

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UNIRIO
Programa de Pós-Graduação em Memória Social

Comissão Rondon (1900-1915):
redesenhando os sertões e os povos indígenas no mapa do Brasil

Pedro Libanio Ribeiro de Carvalho
Rio de Janeiro
2013

PEDRO LIBANIO RIBEIRO DE CARVALHO

**Comissão Rondon (1900-1915):
redesenhando os sertões e os povos indígenas no mapa do Brasil**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito para obtenção do título de Mestre em Memória Social.

Orientador: Prof. Dr. José Ribamar Bessa Freire

Rio de Janeiro

Fevereiro / 2013

PEDRO LIBANIO RIBEIRO DE CARVALHO

**Comissão Rondon (1900-1915):
redesenhando os sertões e os povos indígenas no mapa do Brasil**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito para obtenção do título de Mestre em Memória Social.

Orientador: Prof. Dr. José Ribamar Bessa Freire

Área de concentração: Memória Social
Linha de pesquisa: Memória e Patrimônio

Prof. Dr. José Ribamar Bessa Freire (Orientador) – UNIRIO.

Profa. Dra. Marília Xavier Cury – UNIRIO / USP

Profa. Dra. Izabel Missagia de Mattos - UFRRJ

Rio de Janeiro
Fevereiro / 2013

Para bb.

AGRADECIMENTOS

Vejo agora que mais difícil que pesquisar o imenso cabedal de informações sobre a Comissão Rondon é agradecer a todos que sempre estiveram comigo nesta maratona acadêmica.

Antes de qualquer pessoa, à Elisabeth Lissovsky pela compreensão, amor e companheirismo, e pelas horas lendo e relendo esta dissertação. À Rachel Lissovsky, por sempre ter uma palavra amiga e os ouvidos atentos.

Aos casais Elisa Silveira e Flávio Barbosa, por todas as dicas e pela paciência com que me auxiliaram nessa jornada, e Daniela Santi e Bruno Ferreira pelos incentivos e pelo auxílio com as imagens.

A todos os professores do PPGMS, em especial a Francisco Faria e Amir Geiger.

À Ercília pelo café e biscoitos nas qualificações e defesas e por aguentar o corpo discente do PPGMS. Por falar nele, gostaria de agradecer a todos os colegas alunos que aqui serão representados por Juliana Matos, Rejane Lopes, Ana Carolina Maciel, Renata Nogueira, Fabiano Cataldo, Vítor Corrêa, Bruno Costa e Antonio Tostes.

Por último, e por isso mesmo bastante especial, ao meu orientador, José Ribamar Bessa Freire, por ter levado fé em um estranho que o incomodou por três anos antes de conseguir passar pelo processo seletivo. Ao professor Bessa, digo apenas: obrigado, meu amigo.

Millennia is coming
the modern age is here
it sanctifies the future
yet renders us with fear
so many theories, so many prophecies
what we do need is a change of ideas
when we are scared
we can hide in our reveries
but what we need is a change of ideas
change of ideas, change of ideas
what we need now is a change of ideas

Change of ideas - Greg Graffin

Resumo

Esta pesquisa tem como objeto estudar o trabalho da Comissão Rondon, entre os anos de 1900 e 1915, na inserção efetiva do indígena na identidade brasileira por meio de imagens, textos jornalísticos, relatórios e mapas. Os estudos da Memória Social, com sua natureza transdisciplinar, são os fundamentos da investigação. Pensando a relação dialética entre memória e identidade, e esta última como construção em eterno desenvolvimento, avalio o papel dessa empresa dirigida por Candido Rondon no inventário do patrimônio indígena e na construção de novos suportes de memória coletiva sobre o indígena no Brasil. Neste sentido, os recursos utilizados mantinham uma articulação entre si que permitia ao cidadão urbano modificar os conceitos que tinha sobre o interior do país e seus habitantes. Entendo que Rondon operou uma mudança de visão sobre os índios: do indianismo romântico do século XIX, que compreendia o índio como um mito fundador, para a visão moderna do início do século XX quando começou a ser visto em sua diversidade étnica e também como cidadão brasileiro.

Palavras-chave: indigenismo, Comissão Rondon (texto e imagem), Mato Grosso, mapeamento, século XX.

Abstract

This research aims to study the work of the Comissão Rondon, between the years 1900 and 1915, in the effective insertion of the Indians in the Brazilian identity made through images, newspaper articles, reports and maps. Memory studies, with its interdisciplinary nature, are the groundwork of this research. By thinking the dialectical relationship between memory and identity, and the latter as a perennial ongoing construction, I evaluate the role of this operation ran by Candido Rondon in the inventory of indigenous heritage and the construction of a new support of collective memory about the indigenous peoples of Brazil. In this sense, all the resources were connected to allow the urban citizen to modify the concepts he had on the countryside and its inhabitants. I understand that Rondon operated a change in the point of view about the Indians: from the romantic indianism of the nineteenth century that understood the Brazilian Indian as a founding myth to the modern view of the early twentieth century when he began to be seen in its ethnic diversity and also as a Brazilian citizen.

Keywords: indigenismo, Comissão Rondon (text and image), Brazilian state of Mato Grosso, mapping, twentieth century

Sumário

Introdução	10
1 - Visões sobre os índios, Rondon e o <i>new Brazil</i>	20
1.1 - Os antecedentes de Rondon: índios e o Brasil entre os séculos XIX e XX	26
1.2 - Rondon: imagens e textos	33
1.3 - A descoberta do Brasil pelos brasileiros	38
2 - Deu no <i>New York Times</i>: A Expedição Roosevelt-Rondon na imprensa	46
2.1 - Os jornais e seu tempo	50
2.2 - Sobre os jornais e linguagem jornalística da época	53
2.3 - Brasileiros <i>versus</i> americanos	54
2.4 - As selvas pela imprensa	59
3 - Mapa: o índio em escala	76
3.1 - Esquadrinhando o Brasil	79
3.2 - Dois Candidos, duas histórias	83
Considerações finais	96
Referências	100

Introdução

“O Brasil não é o índio. (...) O Brasil é a resultante directa da civilização occidental. Os selvícolas, esparsos, ainda abundam nas nossas magestosas florestas e em nada differem dos seus ascendentes de 400 anos atrás; não são nem podem ser considerados parte integrante da nossa nacionalidade; a esta cabe assimilá-los e, não o conseguindo, eliminá-los” (Paulo de Frontin. Discurso de abertura da Sessão Magna do Quarto Centenário do Brasil no dia 4 de maio de 1900).

No ano de 1900, quando o país celebrava o seu quarto centenário, o engenheiro Paulo de Frontin, no discurso de abertura oficial das comemorações, excluía do mapa do Brasil os índios e, com isso, o seu patrimônio – línguas, saberes, literatura e arte –, cuja existência ele desconhecia. O país buscava uma identidade nacional, com base no regime que queria se afirmar: a República. Naquele momento, um militar, Cândido Rondon, iniciava um projeto que permitiria redesenhar o mapa do Brasil, incluindo nele territórios e povos até então ignorados ou discriminados. Com esse esforço, constituiu um vasto acervo para o estudo do território e da identidade brasileira e para a construção da memória nacional. Esse é o tema da dissertação que desenvolvo. Para isso, é oportuno situar, em poucas linhas, Rondon e contextualizar a Comissão que levou o seu nome.

Nas primeiras duas décadas do século XX, a Comissão Rondon teve como principal objetivo ligar, via fio telegráfico, a capital federal da época ao norte do país. As elites dominantes não entendiam essa façanha apenas como uma questão física, conectar dois pontos separados no espaço, mas como princípio de dominação, de reivindicação de um território e de uma população. Positivista convicto, Cândido Rondon, além de demarcar terras e estudar usos, costumes e línguas de dezenas de etnias, deu início a um novo processo de inclusão das mesmas na sociedade brasileira. Não apenas realizou uma ligação física entre o Rio de Janeiro e as regiões Centro-Oeste e Norte, mas tentou fazer uma ligação identitária entre porções do Brasil que não se conheciam ou não se reconheciam

como uma unidade. Alguns dados de sua biografia talvez permitam compreender melhor sua atuação à frente da Comissão e a “proteção fraternal” aos índios por ele proposta.

Cândido Mariano da Silva, a polêmica figura central da Comissão, nasceu em 5 de maio de 1865, em Mimoso, no município de Santo Antônio do Leverger, Mato Grosso. Órfão desde muito cedo, foi criado em Cuiabá por um tio materno, Manuel Rodrigues da Silva Rondon, de quem adotou o sobrenome. Entrou como voluntário no exército em 1881, mudando-se para o Rio de Janeiro a fim de cursar a Escola Militar. Recebeu os títulos de engenheiro militar, bacharel em matemática e em ciências físicas e, em 1889, foi promovido ao posto de 1º Tenente. Um ano depois, voltou a Cuiabá para trabalhar nas obras das Linhas Telegráficas do Mato Grosso ao Araguaia (1890-1892). Depois de breve passagem pelo Rio de Janeiro, foi nomeado chefe do distrito telegráfico do Mato Grosso e inspetor dos destacamentos militares ao longo da linha.

O livro *Missão Rondon* (RONDON, 1916) relata as duas principais empreitadas de Rondon, a Comissão de Linhas Telegráficas do Sul do Mato Grosso (1900-1906) e a do Mato Grosso ao Amazonas (1907-1915), e registra a ação de Rondon com os índios, por ele mesmo chamada de “proteção fraternal”. Essa política deu origem ao Serviço de Proteção ao Índio e Trabalhadores Nacionais, o precursor da Fundação Nacional do Índio. A literatura e os testemunhos mostram que o chefe da Comissão era extremamente centralizador, o que torna difícil separar a obra (a Comissão) da figura do homem (o próprio Rondon).¹

A primeira comissão levou o fio telegráfico de Cuiabá (MT) às fronteiras com a Bolívia e com o Paraguai, e a segunda, de Cuiabá à vila de Santo Antônio do Madeira (posteriormente incorporada a Porto Velho [RO]). Foram instalados aproximadamente 3.743 km de linha através do Pantanal mato-grossense, do Cerrado e da Floresta Amazônica. Parte da linha e muitas picadas abertas tornaram-se estradas de rodagem utilizadas até hoje por caminhoneiros com destino à capital de Rondônia.

¹ Considero nesta pesquisa a participação de Rondon no Serviço de Proteção aos Índios e nas Comissões de Linhas Telegráficas. Fernando de Tacca (2002, p. 188) mostra que o próprio Rondon via uma relação direta entre todos os órgãos em que trabalhou e que estes não podiam ser analisados em separado.

No decorrer de ambos os trabalhos, foram executados estudos e medições de coordenadas geográficas, classificações de flora, fauna e recursos naturais, estudos sobre capacidade de produção de riquezas e também sobre as fronteiras brasileiras e a população indígena da região, originando, com isso, um inventário deste patrimônio etnográfico, ambiental, botânico e territorial. Essas atividades geraram uma farta documentação, incluída hoje na memória nacional.

Vale dizer que, antes de Rondon, esse patrimônio etnográfico e ambiental, tanto do Pantanal mato-grossense quanto da Amazônia, era, em grande parte, desconhecido da elite urbana, o que é possível notar no artigo intitulado “Incógnitas geográficas”, de Francisco Bhering (*Jornal do Commercio*, 12/01/1907, *apud* BIGIO, 2001: 10). Segundo Bigio (2001: 6), o estado do Mato Grosso correspondia a 1/5 do território nacional e possuía uma população recenseada de apenas 90 mil, não sendo contabilizados os indígenas. Tal falta de conhecimento de partes do interior do país serviu de pretexto para argumentos dos militares a respeito da defesa do território e da soberania nacional. A questão de defesa do território engloba três outras: a econômica, a de povoamento e a de proteção de fronteiras, todas amalgamadas sob o manto do que hoje se pensa como integração nacional. As incursões e picadas não eram mera forma de descobrir o melhor traçado de uma linha telegráfica, mas maneiras de explorar e tomar posse do território. Inúmeros rios foram mapeados, como o Juruena, o Ji-Paraná, o Teles Pires e o Jamari, no intuito de descobrir a que bacia hidrográfica pertenciam e se eram propícios à navegação e, portanto, ao escoamento de produtos, como borracha e carne. Seguindo as instruções da política da época, diversas estações tornaram-se núcleos populacionais, como Barão de Melgaço, Pimenta Bueno, Jaru e Ariquemes. A preocupação do governo federal com o povoamento da área para uma futura migração de colonos também foi utilizada como moeda de troca para a implantação das linhas telegráficas e o reconhecimento e a proteção das fronteiras do território nacional. Conforme o pensamento da época, a ocupação e a defesa de um território dependiam de uma população passível de controle que lá se estabelecesse. Isso está claro na postura ideológica da Comissão Rondon, calcada no positivismo: a ideia de nação brasileira resultava da ocupação, do reconhecimento, da criação de fluxos de transporte, da comunicação e dos estudos topográficos (TACCA, 2001: 84). Esse movimento acabou

contribuindo para a construção de uma nova ideia de identidade nacional, com repercussões sobre a memória social.

Investigo aqui a atuação da Comissão Rondon no inventário do patrimônio indígena, na construção da identidade nacional e de suportes para a memória social brasileira.

Acredito que um ponto crucial para compreender a Comissão Rondon é entender que sua linha guia era o conhecimento científico do país. Reproduzirei ao longo da dissertação as impressões sobre a região dos diversos funcionários (militares e civis) que participaram das expedições. A intenção dos relatórios era apresentar à sociedade urbana da capital federal da época o que o país ainda não conhecia.

Outra forma de se conhecer o país é por meio das línguas e do vocabulário que usa, para tanto, trabalhei com o inventário das diferentes línguas indígenas e das variações regionais do português levantado pela Comissão Rondon, discutindo, também, a participação dos índios e dos caboclos na Comissão.

A relevância dessa minha pesquisa, a meu ver, é mostrar a nova forma de ver o interior do Brasil apresentada pela Comissão Rondon. Compreendo que o termo mapeamento é envolvido pela polissemia; ele trata do desenho geográfico de uma região e também do conhecimento de suas características humanas e não apenas demográficas, limitadas a uma perspectiva quantitativa. Algumas perguntas se apresentam como base nessa perspectiva: quem eram os habitantes da região e que conhecimentos produziram para nela viver? Como e onde eles viviam? Por que viviam naquele lugar e em tal situação? Em quais estratos sociais estavam inseridos? Qual sua relação com a sociedade regional e nacional da época? Como a sociedade brasileira via essas populações?

No início do século passado, acreditava-se que o interior do Brasil era habitado por índios, possivelmente antropófagos, e por seus descendentes, que tiveram uma representação famosa na figura do Jeca Tatu, personagem de Monteiro Lobato. Esses dois grupos de indivíduos, que, da forma como eram representados, pareciam impedir o avanço do país rumo ao desenvolvimento tão sonhado pelas elites urbanas, no entanto, serviriam como mão de obra barata para a exploração (BIGIO, 2001: 1), o mapeamento e o

desenvolvimento da região e de todas as suas riquezas. Poderiam, assim, dar lugar aos futuros donos das terras, os colonos que viriam depois de aberta uma estrada. Isso pode ser observado no artigo de Herman von Ihering (1908), publicado na *Revista do Museu Paulista*, no qual o autor entende que os índios Kaingang, que ele grafa caingangue, eram entraves à colonização do interior paulista e exorta o governo ao total extermínio de tal nação.

A Comissão Rondon tentou desmistificar esses personagens, apresentando uma nova visão, ainda que por vezes parcial e tendenciosa, sobre eles. A figura de Rondon é bastante polêmica, e foi objeto de uma crítica aguda e criteriosa de vários pesquisadores (LIMA, 1998; GAGLIARDI, 1985), principalmente no que se refere à tutela sobre o indígena. No entanto, sob as condições da época, ele procurou dar uma dimensão mais plural ao Brasil, incluindo efetivamente o indígena nos quadros sociais do país; ao fazer isso, constituiu um vasto acervo para estudo do território e da identidade brasileira. A discussão destes temas possibilita a análise da identidade nacional e da participação indígena nela a partir das relações simbólicas e imaginárias e de seus significados para a memória social no final das primeiras décadas do século XX. A Comissão tentou romper com o paradigma elaborado no século XIX pelo indianismo romântico, o índio primitivo e genérico, embora em uma visão rápida ela tenha também se utilizado da figura do índio como bom selvagem que se integra à civilização por meio da aproximação.

Basearei meus estudos nos conceitos de identidade, mapeamento, memória coletiva, patrimônio e em seus desdobramentos, utilizando os autores e obras explicitados a seguir.

Pretendo dar ênfase ao conceito de identidade como utilizado por Renato Ortiz (2010) em *Cultura brasileira e identidade nacional*. O autor afirma que o que pensamos como identidade nacional é, na realidade, “uma pluralidade de identidades construídas por diferentes grupos sociais em diferentes momentos históricos” (ORTIZ, 2010: 8) e observa uma relação entre memória social e memória nacional. Acredito que a Comissão Rondon tenha sido um mediador entre essas memórias e, ao elaborar uma visão do sertão e de suas populações, tentou alterar a configuração do que se entendia por Brasil.

Passarei à interpretação de Octavio Ianni (1996), em *Teorias da globalização*, sobre a ocidentalização do mundo, em especial do Brasil, e de como Europa e Estados Unidos tornaram-se um padrão a ser seguido, no sentido de valores socioculturais e econômicos, e qual a influência de tais concepções de mundo no trabalho da Comissão Rondon. Meu objetivo é mostrar que a Comissão fazia parte de um projeto maior que visava à integração do índio ao Brasil moderno e do país à nova ordem econômica mundial. No percurso, tratarei brevemente da elaboração de leis ou estatutos que regeram essas transformações e privilegiarei a visão da população urbana em relação ao índio como parte de um país moderno.

Ainda sobre a questão de identidade brasileira, usarei o pensamento de Marilena Chauí (2002) em “A Nação como semióforo”, sendo o semióforo algo que traz sentido em si. Segundo a autora, a nação é algo que dá sentido e direção aos seus cidadãos. Chauí apresenta uma abordagem sobre a nação e considera que há uma disputa pela posse desses símbolos e pela capacidade de produzi-los. Sobre os agentes desses signos, a autora observa que são aqueles que têm o poder de gerar e conservar sistemas de crenças ou de instituições que lhes permitem dominar um meio social (2002: 8). Como visto por Chauí, o Brasil se tornou o semióforo, e é o Estado que tem a primazia sobre o patrimônio nacional (histórico-geográfico e artístico). Assim, a nação surge como semióforo-matriz do qual nascem todos os outros.

O mapeamento é abordado por Benedict Anderson (2008: 239) em *Comunidades imaginadas – reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo*:

Desde a invenção do cronômetro, em 1761, por John Harrison, que permitiu o cálculo exato das longitudes, a superfície curva de todo o planeta havia sido submetida a uma grade geométrica que enquadrava os mares vazios e regiões inexploradas dentro de quadriculados medidos com precisão [...]. A tarefa de, por assim dizer, “preencher” esses quadriculados fica a cargo de exploradores, topógrafos e soldados (destaque no original).

No capítulo “Censo, mapa, museu”, do livro citado, Anderson examina a questão de censo e mapa, e apresenta o primeiro como uma complementação política do segundo. No trabalho de Anderson, o censo é usado não para conhecer quem estava sujeito a um poder colonial, quer por suas identidades raciais ou religiosas, mas para melhor subjugar-lo. Mas, nesta dissertação, quando penso em censo não me refiro exclusivamente à questão demográfica. O trabalho da Comissão Rondon não somente contou os grupos indígenas e seus indivíduos e os inseriu em categorias que poderiam ser redesenhadas de inúmeras formas pela matemática de um recenseamento; ele quis inseri-los em uma categoria simbólica ainda maior, imaginável apenas na cartografia: o mapa do Brasil. Daí a grande quantidade de textos jornalísticos, relatórios, filmes, fotografias, trabalhos cartográficos e etnográficos realizados pela Comissão; todos esses suportes ajudariam a construir uma nova memória social e a apresentar à sociedade brasileira da época o que eram e o que poderiam vir a ser o índio e a região.

Em seu livro *A memória coletiva*, Maurice Halbwachs (2006) atrela a memória individual à memória coletiva, sendo que a primeira é um ponto de vista sobre a última. Muito do que acreditamos ser pessoal é, na realidade, inspirado socialmente. Lembrar não é um processo natural, mas sim uma construção social. Para o autor, a memória é um fenômeno coletivo e social, e por esse motivo está submetida a jogos de forças, transformações e flutuações dos quadros sociais.

O conceito acima pode ser relacionado às ideias de Chagas (2009: 136) sobre o caráter seletivo da memória, ou seja, sobre sua vulnerabilidade à adição e à subtração de certos fragmentos aos quais se atribui a representação do nacional. Chagas observa que um imaginário atrelado à memória social é passível de modulações e interferências “e não está dado de maneira definitiva; ao contrário, está em construção. Imagens que estavam iluminadas podem, de uma geração para outra, ser lançadas na sombra e vice-versa” (CHAGAS, 2009: 159-160). Ele ainda destaca que a memória só pode ser social enquanto puder ser transmitida e, para tanto, precisa de uma articulação. Essa articulação pode ser realizada por meio de palavras ou de imagens, como fez a Comissão Rondon com a transcrição de narrativas orais e o registro fotográfico de danças e rituais para apresentação ao público urbano.

Conforme Tacca (2001: 18) revela, a produção da Comissão “formava o imaginário das populações das cidades sobre o sertão e sobre os povos indígenas”. A Comissão Rondon utilizou-se de todos os recursos disponíveis na época, como fotografias, textos, relatórios, conferências e mapas, em um esforço para criar uma nova referência de memória social e, assim, apresentar o Mato Grosso, com suas paisagens, seus limites, sua topografia e sua população, às elites urbanas.

Os documentos produzidos pela Comissão Rondon funcionam como suporte de memória e patrimônio. Conforme explicitado por Pomian (2000: 510), os objetos têm que ser retirados de seus usos habituais para obter “a qualificação de documentos ou monumentos, ou seja, a qualificação de vestígios”, e é somente pela perspectiva com o presente que o passado ganha dimensão, ou seja, apenas quando surge a comparação entre o passado e o presente que se “formam [...] a memória coletiva e o documento/monumento, que se torna seu suporte”.

Este mesmo suporte é utilizado nos estudos sobre patrimônio, pois, segundo Gonçalves (2009: 26), o “colecionamento”, de certo modo, pode ser considerado um processo de formação de patrimônio. O autor informa que o patrimônio, como visto atualmente, pode ser interpretado “como coleções de objetos móveis e imóveis, apropriados e expostos por determinados grupos sociais”. E que esses grupos, ao expor ou representar este material, realizam uma atividade de colecionamento com objetivo de “demarcar domínio subjetivo em oposição ao ‘outro’”. E, ainda mais, “o resultado dessa atividade é precisamente a constituição de um patrimônio”.

É possível relacionar tais afirmações com a noção de que a Comissão Rondon realizou o “colecionamento” de informações sobre diversos grupos indígenas e sobre o estado do Mato Grosso. Compreendo este colecionamento como formação de patrimônio por meio de registros textuais e imagéticos do tangível e do intangível dos grupos, isto é, da figura humana e do espaço geográfico ocupado por ela, bem como da identidade indígena e da interação entre brancos e índios.

Durante minhas pesquisas para esta dissertação, me deparei com o fato de que o material relativo à Comissão Rondon está dividido em diversas instituições de memória na cidade

do Rio de Janeiro. Preferi concentrar meus esforços no Museu do Índio, no Arquivo Histórico do Exército e na Biblioteca Nacional. Essa decisão foi tomada no decorrer da pesquisa, ao me defrontar com a grande quantidade de informações e ao definir os temas que decidi tratar aqui. Para uma melhor compreensão da dificuldade em estudar os trabalhos rondonianos, apresento um pouco do que encontrei em cada uma dessas instituições. O Museu do Índio, além do vasto acervo etnográfico coletado pelo Serviço de Proteção aos Índios, possui trabalhos dos geólogos, botânicos e médicos que participaram das expedições, além de diversos relatórios com os pagamentos aos militares envolvidos na construção das linhas telegráficas. A Biblioteca Nacional também tem em seu acervo relatórios e livros escritos pelos integrantes das expedições. Ali passei semanas explorando a hemeroteca digital, onde pude ler o mesmo texto que o cidadão urbano da época lia sobre Rondon. Pude ver que as matérias jornalísticas misturavam a integração nacional com a observação etnográfica e com os problemas orçamentários da República Velha. O Arquivo Histórico do Exército, por sua vez, preocupa-se, em princípio, com as questões militares relativas às Comissões de Linhas Telegráficas, mas uma olhada mais atenta em sua mapoteca mostra que nela constam cartas com a posição de aldeias indígenas e o trabalho do primeiro contato, estabelecido pela Comissão Rondon, de algumas etnias com o não indígena e, por extensão, com o Brasil dito civilizado. Nesta instituição, também pude encontrar registro do uso dos índios na repressão à Coluna Prestes (1925-1927). Em qualquer das instituições é possível encontrar material que, pela intencionada divisão, deveria estar em outra. A separação desse material se dá, a meu ver, devido à complexidade de catalogação do trabalho realizado nos 15 anos da Comissão e nos 57 anos do Serviço de Proteção aos Índios.

Tanto no Museu do Índio quanto no Arquivo Histórico do Exército devo mencionar a qualidade do acervo, sua excelente manutenção e a presteza de seus funcionários.

Quanto à divisão específica da dissertação, no primeiro capítulo traço uma pequena história da visão que se tinha sobre os indígenas e os caboclos e as relações destes com a sociedade brasileira da capital federal (Rio de Janeiro). Analiso a produção imagética e textual feita pela Comissão Rondon.

No segundo, observo a repercussão da ação de Rondon sobre os indígenas nos jornais e na sociedade da época, e como isso causou uma mudança na visão que se tinha do índio.

No terceiro, trabalho como os mapas elaborados pela Comissão auxiliaram na inserção do indígena na identidade brasileira.

1 - Visões sobre os índios, Rondon e o *new Brazil*

Para a elaboração deste trabalho tenho como fonte principal, mas não a única, o setor arquivístico do Museu do Índio, especialmente o fundo Comissão Rondon. No material pesquisado até o momento, pude notar pequenos detalhes da vida cotidiana no interior do Brasil no início do século XX. A dureza do sertão e a dificuldade da aproximação com os índios sem contato com a dita civilização ocidental podem ser notadas em algumas ordens do dia e boletins publicados em campo e reproduzidos pelo escritório central, no Rio de Janeiro. Com base em alguns desses relatos e nos conceitos apresentados a seguir, analiso as diversas representações elaboradas sobre identidade nacional no Brasil, entre meados do século XIX e o início do século XX. Traço uma pequena história da visão que se tinha sobre os indígenas e os caboclos e as relações destes com a sociedade brasileira urbana. Mostro como a República, no início do século XX, via o projeto de integração nacional como uma forma de inserção do país na ordem mundial emergente e como o indígena foi inserido nessa questão. Para tanto, primeiro, é necessário ver os conceitos de identidade nacional, como compreendido por Renato Ortiz, e sua relação com a ocidentalização, como apresentada por Octavio Ianni; em seguida, compreender o que é um semióforo, na perspectiva de Marilena Chauí; e sua ligação com a importância do mapa para uma comunidade imaginada, na visão de Benedict Anderson.

Renato Ortiz observa a passagem do particular para o universal, ou seja, observa uma diferenciação entre memória coletiva e memória nacional. Utilizando-se da obra de Maurice Halbwachs, Ortiz indica que a primeira está invariavelmente ligada à noção de tradições repensadas, revivificadas, dentro de um grupo determinado, mas que tal processo de memorização não é estático. Quando da mistura de elementos diversos na memória de um grupo, no caso de Ortiz uma manifestação cultural, ocorre a aculturação e a mutação de aspectos culturais, porém, ele adverte: “No entanto, cabe sublinhar que mesmo as transformações se fazem sob a égide de uma tradição dominante [...]” (ORTIZ, 2010: 132). A memória coletiva está necessariamente ligada a determinado grupo social, e, embora sofra interferências de inúmeras partes, há sempre uma tradição que predomina na manutenção da identidade desse grupo. Já a memória nacional, para Ortiz, não é carregada dentro do grupo, mas imposta como universal e deve fazer parte de diversos grupos ao

mesmo tempo. A memória coletiva é um produto da história social e por isso se projeta para o futuro, enquanto produção política (ORTIZ, 2010: 135). O autor vê aqui uma relação entre nacional e ideologia; a memória nacional é ideológica a partir do fato de que é um produto da história social e não uma ritualização da tradição. Assim, a memória nacional não pode se constituir como o prolongamento dos valores de diversos grupos, mas como um discurso de segunda ordem, por ser abstrata, embora indispensável como ponto de referência (ORTIZ, 2010: 137). Segundo Ortiz, há uma relação ilusória entre o que é o particular, popular, e o universal, suas interpretações.

Renato Ortiz introduz a noção de que a busca por uma identidade brasileira se daria pela diferenciação das diversas fases históricas daqueles que se debruçam sobre a identidade nacional. Segundo o autor, “não há uma identidade, mas uma pluralidade de identidades construídas por diferentes grupos sociais em diferentes momentos históricos” (2010: 8). Compreende-se aqui que a identidade tida como nacional é um projeto, que sempre se vincula às formas sociais que o sustentam. Ele afirma que uma identidade é sempre construída por uma classe de intelectuais em relação, direta ou indireta, com o Estado. Para o autor, a construção requer uma mediação, ou seja, o que é concebido como sendo a identidade nacional em cada período não é imediatamente compreendido pela sociedade, e o mediador simbólico é quem elabora a ligação entre o particular e o universal (ORTIZ, 2010: 139). Para uma melhor compreensão dessa ligação elaborada, é preciso considerar a distinção entre político e política, sendo o primeiro o fato essencial da vida humana enquanto sociedade, e o segundo, uma relação de poder, visto que há uma seleção do que será mediado para a população. O autor mostra que a interpretação de uma expressão cultural, no exemplo dele, só se torna agenda política, relação de poder, quando é apropriada por intelectuais e reinterpretada (ORTIZ, 2010: 142). O período que interessa para este trabalho também é contemplado; o início do século XX vê uma luta pela definição do que seria uma identidade brasileira, luta esta que seria uma forma de delimitar fronteiras de uma política que procura se impor como legítima (ORTIZ, 2010: 9). O autor se preocupa com a primeira formação, durante a República Velha (1889 até 1930), do caráter nacional, baseada nas grandes correntes do pensamento científico dessa época: o positivismo de Comte, o darwinismo social e o evolucionismo de Spencer (ORTIZ, 2010: 14). Refletindo melhor sobre este ponto, o autor considera que o contexto mundial das ciências é a

influência primeira e fundamental sobre a construção da identidade brasileira. É essencial compreender que a ciência, como vista na época, era uma das tônicas da Comissão Rondon. O que se pretendia era ter um conhecimento científico do Brasil.

Conforme explicitado pelas observações de Renato Ortiz (2010), o que é nacional (memória ou identidade) não é espontâneo, no sentido de que é carregado e reatualizado dentro de um grupo, mas selecionado e mediado de acordo com o contexto histórico ou político. Partindo dessa premissa, a concepção de Octavio Ianni (1996) indica que o fenômeno da globalização é mais antigo do que se pensa:

Desde que o capitalismo se desenvolveu na Europa, apresentou conotações internacionais, multinacionais, transnacionais e mundiais, desenvolvidas no interior da acumulação originária, do mercantilismo, do colonialismo do imperialismo da dependência e da interdependência (IANNI, 1996: 11).

As teses de modernização do mundo levam à tese de sua ocidentalização, partindo da concepção de que o Ocidente se tornou padrão de civilização a ser seguido: “A tradução da ideia de que o capitalismo é um processo civilizatório não só ‘superior’, mas também mais ou menos inexorável” (IANNI, 1996: 77, destaque no original). No entanto, o autor também observa que essa modernização civilizatória se adéqua ou se molda aos padrões, valores e instituições das sociedades com as quais se defronta. É interessante perceber que o processo modernização/ocidentalização não leva à destruição de manifestações culturais locais em prol de uma cultura única, mas traz uma simultaneidade de culturas. É interessante traçar um paralelo com Ortiz (2010), quando este afirma que na mistura de elementos na memória de um grupo há sempre uma tradição que se apresenta como dominante, que sobressai. Observo a tradição dominante como sendo a memória oficial, aquela selecionada e mediada por um grupo de intelectuais.

Ianni (1996: 79) também trata da força de uma elite intelectual que se organiza nesse contexto de modernização/ocidentalização; é este grupo que estabelece, dirige e põe em prática técnicas e sistemas simbólicos que induzem o povo e as classes sociais a realizar diretrizes de modernização. Há a necessidade de abraçar a ocidentalização, e as elites

auxiliam este processo mediando uma nação para seu povo e encontrando os meios necessários de persuasão. Surge a necessidade de alfabetizar, profissionalizar, urbanizar e secularizar de modo a viabilizar a execução dos objetivos e meios de modernização. O autor vê uma generalização de instituições que devem funcionar de acordo com o projeto de modernização/ocidentalização desejado. Independente de cultura ou vida social, os povos e países se viram para padrões culturais do que é ocidental/moderno: mercado, livre empresa, telecomunicações, liberdade política, democracia, meios de produção etc. E é nesse contexto que apresento o trabalho da Comissão Rondon.

Outra abordagem sobre a nação é vista nas ideias de Marilena Chauí a respeito da nação como semióforo.² A autora nos leva a uma reflexão sobre como é possível ter uma visão do todo pela parte, mas primeiro é necessário compreender que o semióforo é fértil, pois dele não cessam de brotar efeitos de significação, sentidos (CHAUÍ, 2002: 7). Mais adiante em seu texto, ela considera:

Um semióforo é, pois, um acontecimento, um animal, um objeto, uma pessoa ou uma instituição retirados do circuito do uso ou sem utilidade direta e imediata na vida cotidiana porque são coisas providas de significação ou de valor simbólico [...] (CHAUÍ, 2002: 7).

Seguindo essa linha de pensamento, podemos compreender que o semióforo é produzido e reutilizado. É um objeto de celebração e deve ser público, ou seja, aberto à visitação, mas ele é retirado do circuito da utilidade e se torna o símbolo do invisível espacial ou temporal a fim de celebrar a unidade dos que compartilham uma crença ou um passado comum (CHAUÍ, 2002: 8).

² Semióforo, um conceito apresentado por Pomian, é algo que carrega sentido em si, que permite a observação, a orientação. “De um lado estão *as coisas, os objectos úteis*, tais como podem ser consumidos ou servir para obter bens de subsistência, ou transformar matérias brutas de modo a torná-las consumíveis, ou ainda proteger contra as variações do ambiente. Todos estes objetos são manipulados e todos exercem ou sofrem modificações físicas, visíveis: consomem-se. De um outro lado estão os *semióforos, objectos que não têm utilidade*, no sentido que acaba de ser precisado, mas que representam o invisível, são *dotados de um significado*; não sendo manipulados, mas expostos ao olhar, não sofrem usura” (POMIAN: 1984: 71, destaques no original).

Chauí nos diz que não há mais semióforos na sociedade capitalista devido ao desencanto (em Max Weber) e à perda da aura (em Walter Benjamin), embora ainda se mantenham à tona nessa sociedade como símbolos de poder e prestígio. Dessa forma, o semióforo ganhou outra determinação, adquiriu valor por seu preço em dinheiro. Surge daí uma disputa pela posse desses símbolos e pela capacidade de produzi-los. Sobre os agentes desses signos, a autora observa que são aqueles que têm o poder de gerar e conservar sistemas de crenças ou de instituições que lhes permitem dominar um meio social (CHAUÍ, 2002: 8). Assim, a autora afirma que, em primeira instância, eles são: “Chefias religiosas, detentoras do saber sobre o sagrado, e chefias político-militares, detentoras do saber sobre o profano” (CHAUÍ, 2002: 8).

Mas o poder político sai em vantagem, pois o “patrimônio histórico-geográfico e artístico é nacional” (CHAUÍ, 2002: 8), já que apenas o Estado detém o poder de criá-lo, conservá-lo e modificá-lo. Como visto pela autora, o Brasil se tornou o semióforo, e é o Estado que tem a primazia sobre o patrimônio nacional (como dito anteriormente, histórico-geográfico e artístico). Assim, a nação surge como semióforo-matriz do qual nascem todos os outros; e aqui voltamos à noção de que ele é fértil, produtivo, e que cria inúmeros efeitos de significação. E, ainda segundo a autora, esse semióforo foi montado pela *intelligentsia*, pela escola, pela biblioteca, pelo museu etc. Concluindo: “O poder político faz da nação o sujeito produtor dos semióforos nacionais e, ao mesmo tempo, o objeto do culto integrador da sociedade una e indivisa” (CHAUÍ, 2002: 9).

O conceito original de Pomian indicava que o semióforo não se modificava, mas Chauí introduz a noção de que este conceito passou por transformações quando aplicado pelo Estado. O que se deve ter em mente é a ressignificação do símbolo, porém, esta modificação deve ser lenta, para não causar estranheza. Neta pesquisa, alguns semióforos ligados ao semióforo-matriz (Brasil) foram ressignificados, ou seja, a apresentação como uma visão foi modificada de forma lenta e gradual: o selvagem tornava-se civilizado, o longe ficava perto, o desconhecido tornava-se familiar. A Comissão Rondon apresentou o interior do Brasil à capital federal da época, o Rio de Janeiro, por meio de relatórios, reportagens jornalísticas, fotos etc., modificando o semióforo anterior, do sertão selvagem, por uma visão mais moderna.

Na visão de Benedict Anderson (2008), a nação é definida como uma “comunidade política imaginada – e imaginada como sendo inerentemente limitada e, ao mesmo tempo, soberana” (ANDERSON, 2008: 32). Essa questão é elaborada porque é virtualmente impossível conhecer todos os habitantes de um país e porque essa nação possui fronteiras que as limitam e as separam de outras nações. E é imaginada como comunidade porque a nação se assenta sempre em uma camaradagem horizontal entre seus cidadãos (ANDERSON, 2008: 34).

Para o autor, um dos fatores que auxiliaram na criação desse ente imaginário foi uma língua vernácula, que permitiu a criação de uma consciência nacional por meio da unificação da comunicação. A língua não é o único item desse ente chamado nação. Outro ponto importante é a ideia de que uma comunidade precisa ser delimitada dentro de um território e, posteriormente, visualizada em um mapa.

Pode-se compreender como o mapa foi importante para a formação de uma comunidade imaginada nas observações de Anderson sobre a carta do Sião. Embora não tenha sido colonizado, o Sião teve “suas fronteiras colonialmente determinadas” (ANDERSON, 2008: 236). Em certo sentido, foi a mudança da mentalidade que transformou o mapa desse país. Só a partir da década de 1870 que suas fronteiras começaram a ser compreendidas como linha contínua no mapa “que não correspondia a nada visível no chão, mas que demarcava uma soberania exclusiva contida entre outras soberanias” (ANDERSON, 2008: 238). Ou seja, o território do Sião foi montado pelas mudanças de mentalidade sobre o país e pelas fronteiras impostas pelas potências coloniais da época. O que Anderson nos apresenta é que o Sião foi mapeado de fora para dentro, mas da mesma forma de dentro para fora, com a mudança de mentalidade administrativa siamesa. É possível fazer um paralelo com o que ocorreu no Brasil do começo do século XX: as fronteiras internacionais já estavam lá, mas o conhecimento das entranhas da nação ainda eram motivo de dúvidas. Penso aqui, neste trabalho, que a mudança de mentalidade se deu como forma de explicar o país para si mesmo. O mapeamento de um território é sua descoberta quase definitiva, e que pese aqui a motivação de uma descoberta completamente científica como queriam Rondon e seus colaboradores. A descoberta definitiva é completada com o conhecimento dos povos, da

fauna, da flora etc. Nesta dissertação, apresento pequenas mudanças e observações feitas a partir dos textos dos exploradores.

Uma questão crucial na teoria de Anderson é a possibilidade de reprodutibilidade da língua e do mapa. A língua impressa unificou a comunicação e permitiu a essa comunidade ler e compreender os mesmos fatos. Mas o mapa se tornou algo um pouco diferente; sua reprodução permitiu que fosse usado como uma logomarca atual. A visibilidade e a compreensão imediata desse mapa-logo, como diz Anderson (2008: 242), penetrou fundo na imaginação popular. Assim, todos se sentiam presentes e inseridos dentro de um símbolo, um semióforo.

1.1 - Os antecedentes de Rondon: índios e o Brasil entre os séculos XIX e XX

A política indigenista adotada desde o início da colonização do Brasil e utilizada até meados do século XVII era a do extermínio ou escravidão dos índios tidos como “incapazes de civilização”, ou seja, aqueles que se opunham à catequese ou à conquista de seus territórios. Em 1750, devido ao tratado de Madri, o marquês de Pombal aboliu formalmente a escravidão indígena, proibiu o uso de qualquer língua exceto a portuguesa e nomeou governos leigos para aldeamentos indígenas (até então, administrados por religiosos). Na realidade, o que a gestão de Pombal modificou foi a forma de extermínio do índio. A partir daquele momento, ele morreria aos poucos, perdendo sua identidade étnica. Em 1822, logo após a Independência, nota-se uma mudança na política com relação aos índios, embora esta ainda esteja afastada das grandes discussões da época. Observado de forma simplificada, o ideário de José Bonifácio de Andrade e Silva, posteriormente utilizado por Rondon, se apoiava na ideia de que o meio social que circundava os índios não era correto para sua civilização (ERTHAL, 1992). A perspectiva de Bonifácio era a de que se deviam apresentar as vantagens da civilização ocidental aos índios e estes, inevitavelmente, se aproximariam.

Segundo Antonio Carlos de Souza Lima (1995: 122), quando Rondon se ateu a “civilizar” os índios, isso não caracterizava a ideia de uma exploração pura e simples, mas trazia a ideia de povoação, de dar aos índios meios para que se integrassem ao novo Brasil moderno.

A civilização dos índios – assunção de valores básicos do conquistador pelos seus aliados nativos gerando auto-reconhecimento – dependeria apenas da presença de um Estado imaginado enquanto nacional: os passos básicos implícitos no ato de civilizar seriam tomar os nativos como mão de obra dentro de uma economia de mercado e a incorporação (no sentido de fazer corpo) da língua, vestuário, religião e outros costumes do povo conquistador (destaque no original).

Surge o impasse do tapuio – nome dado aos índios que, se fixando em vilas e povoados, não mais falavam o próprio vernáculo e haviam se tornado monolíngues em língua geral amazônica “ou já bilíngues, adquirindo o português” (FREIRE, 2001: 219) –, que se transformou em uma categoria social ambígua, ou seja, não era nem índio nem brasileiro. O fato curioso é que, com a conquista de seus territórios e a catequese, o tapuio apenas se torna súdito da coroa portuguesa depois da mudança realizada pelo marquês de Pombal, e mais à frente, na era imperial, foi excluído da cidadania brasileira por não ser aquele índio idealizado pelo romantismo. Mais interessante é que este mesmo indivíduo era pensado como “uma grande reserva de mão de obra na Amazônia” (TREECE, 2008: 109). A partir desta citação pode-se pensar sobre uma crítica feita por Walter Benjamin em *Teses sobre filosofia da história*: “Não há nunca um documento de cultura sem ser ao mesmo tempo um documento de barbárie” (BENJAMIN, 1985: 156). Benjamin parte da premissa de que os bens culturais não são apenas produtos do esforço dos grandes gênios, mas também o são do trabalho de seus contemporâneos anônimos. Ou seja, toda cultura se baseia na opressão do outro. Apesar das considerações feitas anteriormente, o índio já era representado iconograficamente como “símbolo da colônia americana em pinturas e ilustrações mesmo durante o reinado de Dom João VI” (TREECE, 2008: 127). Muitos os queriam mortos, para, ainda assim, usar os cadáveres.

Lilia Schwarcz aponta que se pensa a identidade brasileira, como ocorre em muitos países, em momentos isolados na história que são alterados para que se tornem símbolos de nacionalidade:

[...] mas talvez o contexto em que esse tema se associou de forma mais imediata às práticas de Estado tenha sido durante o Império, e mais

particularmente no decorrer do Segundo Reinado, quando se investiu de forma pesada na recuperação e idealização de um ideário nacional e na conformação de um imaginário que colava o rei à imagem do Estado e afastava os cidadãos comuns do fórum de decisões (SCHWARCZ, 2000: 110).

A partir do Segundo Reinado houve uma mudança radical: surgia uma política conciliatória de integração do índio à civilização. Como apresentado por Bessa Freire (2010), esse sistema se aplicava apenas nas regiões próximas ao litoral, onde os índios catequizados se encontravam confinados em aldeamentos. No interior, a expansão agrícola, em particular a cafeeira, tomou terras de índios considerados bravos e expulsou seus ocupantes (FREIRE, 2010). Penso que essas palavras corroboram a visão de que o índio foi mais um recurso do que uma política para dar uma identidade à nação que queria se afirmar. Lilia Schwarcz (2000) fala sobre uma criação do que se pensava como nacional quando Pedro II fundou, em 1838, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). A agremiação alimentava a própria imagem do imperador e fazia surgir uma imagem para o povo.

Composto, em sua maior parte, pela “boa elite” da corte que se encontrava sempre aos domingos e debatia temas previamente selecionados, o IHGB pretendia recuperar a memória nacional, tendo como modelo uma história de vultos e grandes personagens sempre exaltados tal qual heróis nacionais. Fundar uma historiografia nacional para esse país tão recente, “não deixar mais ao gênio especulador dos estrangeiros a tarefa de escrever nossa história...”, eis nas palavras do secretário perpétuo, Januário da Cunha Barboza (Rev. do IHGB, 1839), a meta desse estabelecimento (SCHWARCZ, 2000: 112-113, destaques no original).

Pode-se notar aqui que, durante o Segundo Reinado, a nação se tornou um semióforo no sentido de que o Estado criou uma imagem para si e esta norteava os cidadãos. A produção do IHGB era, segundo Schwarcz (2000), praticamente um discurso oficial: o indianismo romântico. O imperador protegia os literatos e incentivava a criação de uma literatura nacional própria. Domingos José Gonçalves de Magalhães, membro do Instituto, escreveu, patrocinado por Pedro II, *A confederação dos Tamoios* (1857), o primeiro grande texto no

qual era possível enxergar o índio como herói romântico. Tratava-se a obra como “o grande documento de demonstração de validade nacional do tema indígena” (SCHWARCZ, 2000: 116). No poema, há um trabalho de contraposição entre diversos setores: o colono português e o índio sábio, o europeu e o brasileiro. Pode-se ver aqui o conceito de Ortiz (2010), o nacional foi criado e mediado para a população por um grupo de intelectuais. Penso ser este momento histórico um início do índio como um integrante da identidade nacional, embora mais retórica do que efetivamente.

David Treece (2008) mostra que o indianismo romântico, e inclui aí o IHGB, teve grande influência de autores europeus, como Ferdinand Denis, que se dirigiu à elite artística brasileira, em *Resumée de l'histoire du Brésil* (1825), pedindo uma literatura que fosse consoante com a independência do Brasil. Ele apresentava um “novo conjunto de valores literários, populares, primitivos e medievais, a ser encontrado na figura do índio” (TREECE, 2008: 123). O que Denis queria era uma inocência pré-colombiana. Outro fato ainda mais espantoso eram as traduções de mitos e histórias brasileiras para outras línguas (notadamente o francês), com modificações de trechos de obras que depois eram lidas pelos brasileiros:

A importância do *Jakaré-Ouassou* de Gavet e Boucher para o Indianismo brasileiro foi o fato de deslocar os elementos centrais do mito do Caramuru – a ‘conquista’ cultural dos índios por Diogo e seu casamento com Paraguaçu – para um plano histórico secundário (TREECE, 2008: 125, destaque no original).

A noção de uma comunidade imaginada estava se formando, e isso é sempre uma disputa. Ou seja, havia setores da população que não concordavam com essa retórica do índio como integrante da nação ou mais ainda como mito fundador, mas era Pedro II quem ditava as regras. O que se nota é que essa comunidade não era uma camaradagem horizontal, como vista por Anderson, mas uma colocação vertical. Isso pode ser visto a partir do momento em que a ancestralidade indígena, “mesmo sendo mais adotiva que real”, se tornou uma pequena mania na elite imperial (TREECE, 2008: 127). Muitos políticos e nobres adotaram nomes indígenas, o mesmo acontecendo com jornais e partidos políticos.

Segundo Treece (2008: 114-115), as linhas guias do indianismo romântico eram: 1, “a reabilitação das raças ‘primitivas’ dentro do conceito liberal e fraternal da pátria comum”; 2, “o apelo à noção de uma ancestralidade indígena, heróica e aristocrática, que vinculava o brasileiro moderno às lendárias figuras coloniais”; 3, “a noção do universo indígena, e o Brasil, como paraíso de liberdade e abundância”; e 4, “a fê do liberal na integração social, econômica e cultural do índio como passo necessário do progresso da nação independente”.

Colhendo de Treece (2008) informações sobre a iconografia deste período, nota-se a influência de Debret e Taunay. O artista que mais chama atenção entre os dois é Debret, com seus desenhos intitulados “índios civilizados”, em que se percebe a noção do índio genérico, pois, na realidade, trata-se de indivíduos cativos, da tribo dos botocudos, trazidos para o Rio de Janeiro. Após a Independência, o indígena começa a aparecer em “estátuas, nas fachadas de prédios oficiais e integrado na ornamentação das paredes das mansões aristocráticas” (TREECE, 2008: 127). Já se aproximando do final do século XIX, o índio pintado por artistas românticos brasileiros tinha características do imaginário da literatura; as índias de Victor Meireles e Rodolfo Amoedo, por exemplo, traziam os semblantes trágicos de Moemas ou Marabás genéricas, ou seja, indivíduos que não possuíam características de uma tribo específica, mas pessoas vistas como pertencendo a uma tribo única que habitava o Brasil (TREECE, 2008: 127).



Moema (1866), de Victor Meirelles (Acervo: Museu de Arte de São Paulo, SP).



Marabá (1882), de Rodolfo de Amoedo (Acervo: Museu Nacional de Belas Artes, RJ).

A câmera fotográfica muda um pouco o panorama que acabou de ser descrito. Em seus estudos sobre a fotografia, Fernando de Tacca nos aponta que a generalização sobre as fotografias de índios é uma armadilha desde o século XIX.

Sabendo de antemão das dificuldades de tal abordagem e reconhecendo lugares da circulação da imagem pelos quais o imaginário tem articulação e vibração intermitentes, ou seja, lugares nos quais as imagens são referenciadas e elevadas à condição simbólica, as escolhas se darão no campo de conjuntos importantes para a formação e alimentação imagética sobre a construção inicial de um olhar sobre o índio brasileiro como “selvagem”, considerando uma imagem de vivência tradicional, ou na sua condição de passagem para uma imagem civilizada, depois de “pacificado” (TACCA, 2011: 192, destaques no original).

Tacca (2011) apresenta os inúmeros fotógrafos estrangeiros que fizeram imagens do índio brasileiro. Como não cabe aqui enumerá-los todos, é importante dar uma visão geral do que, e como, foi produzido nesse período. Os primeiros daguerreótipos com índios foram feitos na França (c. década 1840), em estúdio. Já as duas primeiras fotos que davam a ideia dos índios em seu habitat —“por serem feitas ao ar livre” (TACCA, 2011: 192) —, feitas por Albert Frisch em 1865, foram encenadas, visto que os índios foram levados para a floresta nos arredores de Manaus (AM). Tacca comenta: “Dos daguerreótipos europeus à floresta temos um salto de conteúdo, no qual o etnográfico incorpora contexto e cultura e não os deslocamentos espaciais da casa ao estúdio; assim, os índios passam a estar em seu habitat” (TACCA, 2011: 192). Surge aí uma mudança no sentido de querer uma

visibilidade. O índio deixava de ser romântico e começava a ser exótico. Mas em Machado e Huber (2010) indica-se que a fotografia do final do século XIX também apresenta a polêmica. Trabalhando as fotos de Louis Agassiz, suíço radicado nos Estados Unidos que, entre 1865 e 1866, chefiou a expedição Tayer ao Brasil, é introduzida a questão de que o exotismo da personagem fotografada era uma forma de retratar as relações de poder entre as raças. Segundo os autores, as imagens dessa expedição se preocupam em marginalizar o exótico.

Ao fotografar os botocudos da Bahia, Marc Ferrez iniciou outra mudança, mesmo que leve. Há nessas fotos uma tentativa de antropometria, o índio surge como um objeto a ser mensurado e dominado (TACCA, 2011: 195). Ainda que Ferrez fosse próximo do imperador, Tacca (2011) nos informa que as fotografias dos povos indígenas tinham pouca presença no conjunto geral do período e na coleção imperial.³ As fotos de Ferrez eram encenações em estúdio, o que dá a impressão de que o lugar onde os índios viviam não era importante; pode-se pensar até que o próprio índio não tinha relevância. “O selvagem aparece cerceado pelo ato fotográfico e alça um sabor inequívoco no imaginário: a existência desses povos tradicionais, mesmo dominados pelo aparelho e pelo olhar do fotógrafo” (TACCA, 2011: 193). Já outros fotógrafos usam a artificialidade para mostrar a imagem de uma futura aculturação do índio. Convém lembrar, contudo, que muitas fotos eram feitas em estúdio devido às dificuldades técnicas da foto em campo.

Com a produção fotográfica desse período, tem-se, mais uma vez, a figura do índio genérico:

Os leigos que observarem esses conjuntos fotográficos podem ser iludidos com a falsa noção de que os nossos primeiros habitantes eram todos de uma etnia chamada Botocudo, uma vez que somente os mesmos aparecem nas imagens. Os portugueses nomeavam vários grupos que usavam botoques labiais e auriculares dessa forma, e assim incluíram etnias diversas, grupos linguísticos diversos como Botocudo, entre eles Kaingang, Xocleng, Krenak e Xetá (TACCA, 2011: 199).

³ Vale lembrar que Pedro II foi grande entusiasta da fotografia, e que a produção dessa época se dava entre o auge e o declínio do romantismo no Brasil.

A técnica mudou, passou-se da pintura para a fotografia, mas a figura continua a mesma: o índio é primitivo e genérico. No entanto, uma notícia publicada no jornal *Correio da Manhã* no dia 3 de outubro de 1915 chama bastante atenção, e não parece ser comentada pelos pesquisadores de Rondon. Com a chamada “Os nossos índios”, tem como título “Uma exposição do pintor Boscagli”, composta de pinturas sobre fotos tiradas pela Comissão Rondon. Será que se pode pensar que a pintura ainda era considerada maior que a fotografia? Criar óleos a partir dessas fotos daria status à Comissão e poderia ser considerada uma tentativa de mudar a perspectiva que se tinha do índio, mostrando-o como era na realidade, em contraposição à pintura romântica do século XIX. Segundo consta no site da Enciclopédia Itaú Cultural, a partir de 1909, o italiano Giuseppe Boscagli (Florença, 1862 - Rio de Janeiro, 1945) passa a ser o pintor oficial de Rondon, reproduzindo fauna, flora, população e seus costumes com base em fotos tiradas pela Comissão. Sobre este pintor, encontrei no Museu do Índio um folheto de 14 páginas, datado de 1934 e em italiano.

Em consonância com as ideias de Ortiz sobre a ascendência do pensamento científico em voga na época, Tacca (2011: 203) também ressalta a força do positivismo sobre a fotografia: o exótico sobressai ao etnográfico, o documental e o artístico caem para segundo plano. Ele ainda prossegue mostrando que estas imagens visavam “alimentar o gabinete de curiosidades do mundo europeu sobre povos distantes e ‘primitivos’” (destaque no original). Essas primeiras fotos caminham entre o exotismo e tentativas de etnografia como informação.

1.2 - Rondon: imagens e textos

Entre o final do século XIX e o início do XX, o Brasil passou por modificações que transformariam profundamente a sociedade: proclamação da República (1889), crescimento das cidades e modernização tecnológica. O país respirava o moderno, a cidade, a indústria e a ciência; o moderno, porém, não se realiza sem o contraponto do arcaico (IANNI, 1996).

A imagem de Rondon veiculada pela imprensa era a do herói nacional, o pacificador de índios e o desbravador dos sertões. Lima (1995: 116) afirma que “os textos, os filmes e as conferências atuavam de modo a construir as imagens de bravura, altruísmo, patriotismo e

desinteresse dos atores ligados ao trabalho de *proteção*” (destaque no original). Essa afirmação se torna patente no texto introdutório das próprias conferências (Rondon, 1946: 10): “um sertanista que lida, há mais de 20 anos, com as rudezas semi-barbaras da linguagem dos caboclos e com as asperezas torturantes dos idiomas indígenas”. Rondon, a Comissão e os auxiliares diretos ou indiretos tinham necessidade de exaltar o trabalho realizado no interior do Mato Grosso e mostrar para a sociedade que o índio poderia ser um fator da integração nacional, o país poderia ser uno e soberano sem o perigo da invasão estrangeira.

A Comissão Rondon é também um elemento fundamental nas mudanças do trato fotográfico com relação ao índio (TACCA, 2011: 204). Entre outros fotógrafos e cinegrafistas que trabalharam com Rondon, destaca-se Luiz Thomas Reis. Os artigos em jornais e os álbuns fotográficos serviam de marketing pessoal para a continuação dos trabalhos da Comissão e:

Visavam principalmente à elite urbana, sedenta de imagens e informações sobre o sertão brasileiro, e principal grupo formador de opinião. Assim, Rondon alimentava o espírito nacionalista construindo etnografias de um ponto de vista estratégico e simbólico: a ocupação do oeste brasileiro através da comunicação pelo telégrafo, pela visualidade da fotografia e do cinema mudo (TACCA, 2011: 206).

A produção de filmes e fotos ganhou importância, principalmente, a partir de 1912. É possível compreender que Rondon usava uma retórica própria, que se baseava na ideologia da República: mostrar que o índio, mesmo selvagem, era capaz de ser integrado ao novo sistema de produção, e que este indivíduo era um componente do que se via como nacional. Sob a ótica de Ortiz (2010) pode-se perceber que havia aí uma ligação entre o Estado, o intelectual e o povo, neste último inclui-se o índio.

Essa retórica da incorporação do índio, porém, pode ter sido demorada, pois Rondon apresentava o índio no processo de civilização de pouco em pouco. Ele deveria passar por estágios (segundo o pensamento positivista: o fetichista, o metafísico e o positivo). Cada estágio foi apresentado em uma etapa da obra rondoniana, mas observo apenas uma época

específica, entre 1900 e 1915, na qual há a tentativa de apresentar tal mudança de estágios. Neste ponto, penso que a massa urbana carioca ainda está impregnada pelo indianismo romântico, e isso se reflete na obra rondoniana do período. É preciso mudar, mas essa mudança não pode ser feita abruptamente. Acredito explicar melhor esse tema usando o texto de Tacca sobre o filme *Os índios coroados*, também conhecido como *Rituais e festas bororo*, “considerado um dos primeiros filmes etnográficos do mundo”.

O índio é mostrado como um ‘mito de origem’ da nação brasileira, que ali se encontravam, com seus costumes tradicionais, desde os tempos ancestrais. Aqueles que veem o filme de Reis pela primeira vez podem ter a impressão de que os indígenas estavam completamente isolados ou quase sem contato com os brancos, em virtude da ênfase nos processos ritualísticos, nas práticas culturais como o artesanato e na busca da alimentação pela pesca (TACCA, 2011: 206, destaque no original).

Ainda sobre o mesmo filme, Tacca (2011: 206) nos informa que Luiz Thomas Reis tinha a intenção de mostrar os índios “como nos tempos do Descobrimento”. A retórica rondoniana informava que os índios mergulhariam em outra cultura e outro modo de produção se estes lhes fossem apresentados da forma correta. Segundo Tacca (2011: 206), Reis filma o cultivo e a moagem de cana-de-açúcar (instituição que os Bororo conheciam), mas os não insere na edição final do filme. Vejo aqui um problema com relação à obra rondoniana, a imagem, que não é inócua, não casa com seu subtexto.



Índios Nhambiquara, Luiz Thomas Reis do Álbum Comissão Rondon (Acervo: Museu do Índio, RJ).

Sobre a feitura de *Rituais e festas bororo*, lê-se no Suplemento nº7 do Relatório da Comissão de Linhas Telegráficas do Mato Grosso ao Amazonas de 1916 – “assuntos relativos ao serviço de cinematografia e fotografia” –, escrito por Luiz Thomas Reis (datado de 9 de março de 1917), encontrado nos microfilmes do Museu do Índio (fundo Comissão Rondon, nº 328, fotogramas 1093 - 1108), que o cineasta, ao ir captar imagens para o filme, passou por Corumbá e exibiu *Os sertões de Matto-Grosso* (1912). O mesmo texto descreve a comoção causada pela fita entre os habitantes da cidade, que organizaram “[...] uma festa [...] a custa dos concorrentes e em benefício dos selvícolas, tendo eu tomado uma película de 500 metros de diversos assuntos de Corumbá, como pretendia fazer também em Cuyabá”. Os espectadores urbanos da região viram os índios e se apiedaram deles.

Passo, então, a buscar compreender a recepção dos filmes rondonianos no Rio de Janeiro. O escritor João do Rio (assinando com o pseudônimo Jõe) dedica sua coluna O Instante, do jornal *A Rua*, do dia 18 de outubro de 1915, aos filmes rondonianos e a como eram compreendidos pelos espectadores cariocas:

Um cinematographo da Avenida dá hoje várias sessões para os flagellados com fitas do interior do Mato Grosso em que tanto se faz sentir o esforço

do cel. Rondon para “chamar á comunhão brasileira os índios nossos irmãos”.

Depois das conferências, o cinema. E como está muito em moda o selvícola, puro, era de esperar uma concurrencia colossal – com senhoras, senhoritas e meninos.

O diabo porém é que da sexta fita em diante, o cinematographista não encontrou mais calças, nem saias, nem nada. Os índios estavam nus em pello. A empreza daqui, conhecendo a rígida moralidade do Rio, e não podendo vestir os índios chamou a attenção do público receando zangas “muito embora, diz o nosso colega O Paiz, os nus sejam absolutamente innocentes e sem impudencia lúbrica de quadros e esculpturas consagradas, etc...” [...]

E finalmente a grande differença que vae entre o brasileiro pretensamente civilisado e o amável brasileiro das florestas. O primeiro anda por ahi amarello, e cada peça do fato representa tantos impostos que é admirável como o pobre se aguenta. O segundo não se rala e não paga positivamente imposto algum. Essa tríplice lição em que o selvícola nú mostra sem dizer palavra: a innocencia do nú, a conveniência do nú e a utilidade contra os impostos do nú – revolucionaria em qualquer paiz os colonos vestidos. Aqui, não. Mas muita gente vendo os innocentes a mostrar com pureza a pelle, há de dizer com raiva:

- Maganões! Esses não pensam em defecit e não pagam imposto! E são os únicos sujeitos sérios desta enorme federação wenceslina (destaques no original).

É preciso compreender que o jornalista João do Rio exerce, ao mesmo tempo, as funções de espectador e narrador, ele é tanto receptor quanto divulgador. Além disso, é preciso entender que o jornalista tem seu próprio subtexto, uma luta contra o que chama de república wenceslina (devido ao presidente da República Wenceslau Brás [1914-1918]). João do Rio faz uma crônica de costumes, e pode-se ver nessas linhas o início da mudança

de atitude com relação ao índio: ele é visto como cidadão brasileiro, e, embora puro e selvagem, deveria estar vestido.

Pensando sobre a recepção de massa nas duas cidades, Corumbá e Rio de Janeiro, podemos ter uma visão sobre a relação entre indivíduo e massa. Interpretando o que Walter Benjamin (1992: 108) escreve sobre essa relação, compreende-se que o indivíduo se modifica quando envolto pela massa. Observo aqui uma relação diferente entre os espectadores das duas cidades, as massas urbanas não são unas, ou seja, não há uma observação coesa em todas as cidades. Tem-se a impressão de que o habitante de Corumbá quer retirar o índio do estado primitivo mostrado no filme, mas há que lembrar que o índio foi apresentado em uma realidade ilusória, elaborada no corte e na montagem do filme. Já o carioca, mostrado pela ótica de João do Rio, tem outro objetivo: lutar pela redução dos impostos da república de Wenceslau Brás, e usa o índio como ferramenta política.

1.3 - A descoberta do Brasil pelos brasileiros

O interesse pela Expedição Científica Roosevelt-Rondon, chefiada pelo ex-presidente americano Theodore Roosevelt e pelo próprio Rondon, e sua produção textual se dá por ela ter sido uma espécie de resumo de todos os trabalhos realizados pela Comissão até aquele momento, pois utilizou a estrada aberta pela Comissão Rondon, passando assim por diversas cidades, aldeias e estações telegráficas. Era um conhecimento que já se tinha, mas que o ilustre convidado auxiliou a propagar.

Theodore Roosevelt foi convidado pelos governos do Brasil e da Argentina para fazer conferências nas capitais dos respectivos países, estendendo-se também para o Uruguai e o Chile. Havia resolvido que, ao terminar os compromissos urbanos, iria subir até a Amazônia atravessando o sertão, em vez de fazer a rota turística tradicional, dando a volta marítima na América do Sul. De início, ele pretendia atravessar a selva brasileira e alcançar a Venezuela. Rondon foi convidado a acompanhar a viagem do estadista pelo antigo colega de Escola Militar e então ministro do Exterior Lauro Müller, no entanto, fez questão de que tal viagem não fosse um mero passeio e pediu para que ganhasse “objetivos científicos de utilidade para a nossa pátria” (MAGALHÃES, 1942: 256). Assim, a comitiva recebeu o nome de Expedição Científica Roosevelt-Rondon — durou quase cinco meses desde

quando Roosevelt se encontrou com a comissão brasileira, em 12 de dezembro de 1913, até abril de 1914 (MAGALHÃES, 1942: 257) — e teve como objetivo principal mapear um rio descoberto durante uma expedição ocorrida em 1909, quando, por não saberem a qual bacia hidrográfica pertencia, recebeu o curioso nome de rio da Dúvida (posteriormente batizado de rio Roosevelt).

Conforme já descrito anteriormente, a Comissão Rondon utilizou-se de todos os recursos disponíveis na época, como fotografias, textos, relatórios, conferências e mapas, em um esforço para criar uma nova referência de memória social e, assim, apresentar o Mato Grosso, com suas paisagens, seus limites, sua topografia e sua população, às elites urbanas. Mas vale também compreender que essa expedição em particular tinha algo a mais, pois a presença de um explorador ilustre poderia dar ao país a projeção internacional que o governo federal desejava. Seguindo a ideia de que era imperiosa a publicação de todo o material, como queria o próprio ministro do Exterior, Lauro Müller, visto que “sem publicar tudo se perde nos arquivos, além de representar um capital inativo, à falta de circulação” (MAGALHÃES, 1942: 260).

Querer apresentar o Brasil cientificamente, para si mesmo e para a comunidade internacional, era a grande tônica da empreitada, como é possível ver no relatório do médico da expedição, Antônio Cajazeira: “O conhecimento de nosso país exerceu em nós sempre determinante poderosa para a escolha das nossas comissões, principalmente a parte mais doentia, – Amazonas, Pará, território do Acre e Mato Grosso” (CAJAZEIRA, 1916: 4). Essa necessidade de conhecimento científico, corroborado pelo uso de técnicas e aparelhos modernos, era uma forma de mostrar eficiência à sociedade brasileira e internacional, como visto na passagem:

O médico militar da atualidade deve estar habituado ao microscópio. Se todos os nossos hospitais possuísem pequeno, mas bem organizado laboratório, muito se poderia conseguir no progresso científico das modalidades mórbidas que acometem os nossos soldados. [...] é por isso que cada vez se evidencia, nos exércitos mais adiantados, a necessidade de possuir-se um corpo de saúde ilustrado, bem aparelhado em todos os

seus ramos, capaz de garantir a saúde do soldado em todas as emergências (CAJAZEIRA, 1916: 5-6).

Seguindo a linha guia dada pelo ministro do Exterior e pelo próprio Rondon, havia a necessidade de descobrir e apresentar essa região à sociedade urbana. Esse conhecimento científico era uma forma de informar, de mapear, o país. O mapeamento a que me refiro não se restringia ao desenho em escala de um território, ele continha grande quantidade de narração, o que é possível perceber pelos relatórios publicados pela Comissão Rondon. Mesmo separados por áreas do conhecimento, por exemplo, geologia, zoologia, saúde, todos os relatórios abordavam áreas além das suas. Tratando sobre esse assunto, o conhecimento científico, e indo para uma forma de mapeamento, o médico, o zoólogo e o militar apresentam o que falta ao Brasil. Compreender as doenças, o território, o povo e a fauna e a flora é a forma de descobrir o país. E como é visto em todos os relatórios estudados, há uma retórica de descobrimento e de que o país está sendo aberto a si mesmo por seus habitantes. Segundo o médico, só quem esteve lá pode falar sobre o assunto de forma correta, e, para ele, deveria haver a mudança de uma visão errônea da Europa sobre os trópicos e especialmente sobre o Brasil:

Sem isso nos deixamos influenciar pelas ideias estranhas sobre a salubridade dos climas denominados quentes, e, proclamamos, comodamente instalados na nossa bela capital, toda a cantillena de exageros sobre aqueles climas, aprendida na leitura dos patologistas e higienistas europeus, principalmente dos franceses, os mais afastados da verdade nesse assunto (CAJAZEIRA, 1916: 6-7).

As explicações do médico apresentam as doenças e possíveis parasitas quase de quilômetro em quilômetro. Ele mostra as doenças mais comuns em cada localidade – malária, chagas, ancilostomose, purú-purú eram mais encontradas nos rios Solimões, Juruá e Purus, por exemplo. Além de nos mostrar quem está doente naquele momento, ele narra que doenças são comuns na região e que doenças as pessoas têm ou já tiveram. Ele mapeia o sertão de outra forma e mostra o que já era conhecido e o que não era conhecido. Indo mais à frente, pode-se notar a retórica do descobrimento ao apresentar a grandiosidade da região, no sentido de apresentar que era propícia à ocupação e ao desenvolvimento. Aqui se percebe

um mapeamento similar ao realizado no Sião, conforme descrito por Anderson (2008); o país é descoberto de dentro para fora. Surge também a ideia de uma mudança de mentalidade por parte de quem elabora esse mapa, o pessoal administrativo, e a mesma modificação também ocorre no texto de Roosevelt.

Os textos da Comissão, como dito anteriormente, auxiliavam na construção do imaginário sobre o sertão, mas também apresentavam a mudança na paisagem, “pequenas colinas aqui e ali, vegetação densa interrompida por clareiras, com ranchos de palha. À noitinha, chegávamos a São Luis de Cáceres...” (VIVEIROS, 1958: 376). Roosevelt relata em seu livro *Through the Brazilian Wilderness* a impressão que teve da cidade de Cáceres, o que corrobora a pretendida ideia de civilização do sertão:

[...] the spirit of the new Brazil is moving; a fine new government school has been started, and we met its principal, an earnest man doing excellent work, one of the many teachers who, during the last few years, have been brought to Matto Grosso from São Paulo, [...] (ROOSEVELT, 1916: 127).⁴

O relatório do dr. Cajazeira era repleto de informações sobre os rios, as malocas etc. As pequenas explicações sobre a planalto dos Pareci, nada muito importante, também traziam a vontade de informar.

As regiões atravessadas até aqui são relativamente salubres, a despeito da ausência absoluta de higiene, e fadadas a grande desenvolvimento futuro, por suas condições mesológicas. O clima ameno, e há grande abundância de água de boa qualidade. Muitas plantas medicinais aqui existem sobrepujadas todas, porém, pela ipecacuanha (*Cephaelis Ipecacuanha*), cuja abundância constitui uma das riquezas da região (CAJAZEIRA, 1916: 18).

⁴ [...] o novo espírito do Brasil está em movimento, uma boa escola pública foi construída, e conhecemos seu diretor, um bom homem fazendo um excelente trabalho, um dos muitos professores que, nos últimos anos, foi trazido para o Mato Grosso vindo de São Paulo [...] (Esta e as demais citações de textos em inglês foram traduzidas por mim.).

O botânico Frederico Carlos Hoehne já havia trabalhado com a Comissão em duas oportunidades (nov. 1908-abr. 1909 e dez. 1910-abr. 1911) e também nos mostra o descobrimento não apenas das plantas, mas das cidades, como quando faz uma descrição breve de Corumbá.

[...] é o porto principal do Estado e a cidade mais bela do mesmo, tem edifícios modernos e ruas bem delineadas, mais ou menos 10 a 12.000 habitantes, muito comércio e alguma indústria. A população compõe-se, na grande maioria, de estrangeiros, predominando paraguaios, argentinos, alemães, italianos, ingleses e árabes, em cujas mãos está quase todo o comércio (HOEHNE, 1914: 6).

Na introdução de seu relatório, o botânico segue a mesma retórica do descobrimento científico e da aproximação, como é possível compreender na seguinte passagem: “antevimos [...] uma magnífica ocasião para levarmos a efeito alguns estudos sobre a flora aquática daquele longínquo e, nesse sentido, tão pouco explorado Estado” (HOEHNE, 1914: 5). Em todos os textos, a retórica é sempre a mesma, o longínquo e pouco explorado estado do Mato Grosso estava sendo apresentado e, dessa forma, aproximado à civilização. Era parte da ideia científica da expedição e da Comissão trazer à luz algo que a capital federal não conhecia. E até, em certo sentido, aproximar mais o Estado da capital federal. Diferente da retórica de perda patrimonial, o discurso é sempre o do descobrimento e da aproximação. Não daquele eterno redescobrimento, mas de um primeiro descobrimento realmente científico. Também é possível compreender essa afirmação no agradecimento do zoólogo Alípio de Miranda Ribeiro feito a Rondon – “..., graças a quem o Museu Nacional tem adquirido quase tanto material pátrio quanto o adquirido em um século de sua existência anterior” (RIBEIRO, 1914: 7, destaques do original).

Nesse sentido de aproximação, pode-se imaginar uma comunidade por meio da língua. Assim, os índios eram mostrados como sendo aproximados à civilização por meio do aprendizado do português. A língua portuguesa também pode ser vista, neste episódio, como um semióforo que sai do semióforo-matriz, o Brasil. Aqui se observa como os índios Pareci são mostrados à capital, já próximos da civilização:

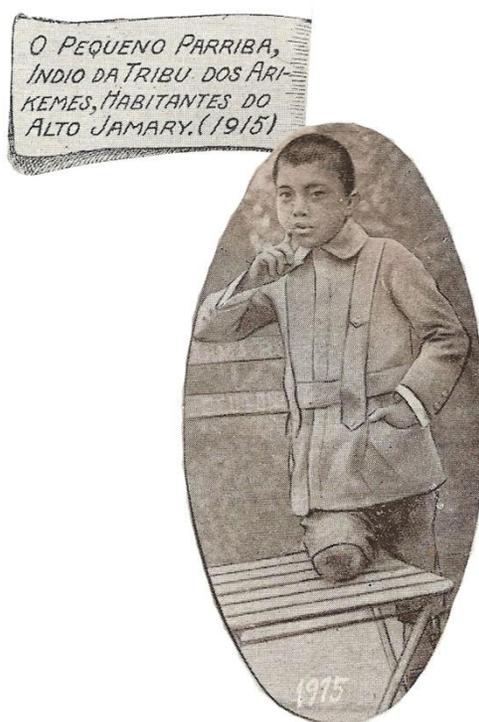
Aliás uma grande parte desta tribo indígena está fazendo vida comum com os empregados da Comissão de Linhas Telegráficas, onde há como tropeiro, guardas de linha e alguns praticando em telegrafia depois de se haverem instruído nas escolas primárias que funcionam sob a direção dos telegrafistas encarregados das estações de Ponte de Pedra e Utiarity (MAGALHÃES, 1916: 77).

Com relação à língua e à população, outra questão também é apresentada: a diversidade. Como forma de descrever, mapear, o estado do Mato Grosso, Magalhães narra as diferenças nos transportes e nas gírias usadas pelos tropeiros. Cada região tinha uma maneira de lidar com os animais de carga e um vocabulário próprio. Seria possível interpretar essas linhas como uma forma de já se ver um país mais diverso?

Nesse sertão, para travessias mais ou menos longas, impõe-se desde o começo a marcha a passo, não permitindo senão excepcionalmente o trote e considerando um crime o galope. Por mais estranheza que possa causar estas indicações, elas são filhas da prática, embora pareçam exageradas a quem quiser compará-las com as médias observadas em idêntico serviço no interior dos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e Goiás. Como os rio-grandenses do sul espantam-se e chegam a duvidar das marchas de 20 léguas tão naturais executadas pelo nosso cavalo crioulo do norte, também os mato-grossenses do noroeste brasileiro mostram-se incrédulos quando o goiano, o fluminense, o paulista ou o mineiro lhe referem suas viagens normais de 6 ou 7 léguas, a maior parte feita a trote, conduzindo cada cargueiro 10 ou 12 arrobas (MAGALHÃES, 1916: 70).

Além das palavras usadas pelos tropeiros para se fazer entender pelos animais e a forma de tratá-los, Magalhães mostra para a população da capital federal como é feita a civilização do sertão e sua aproximação da capital federal. Ele faz um pequeno glossário com palavras utilizadas pelos tropeiros como forma de mostrar essa população para a sociedade urbana, embora tais palavras já estivessem dicionarizadas, por exemplo: a “aguada”, local no qual os animais bebem, e o “encosto” que seria o local de descanso do animal (MAGALHÃES, 1916: 66)

Em conferências realizadas no Rio de Janeiro, podemos ter uma amostra da retórica rondoniana da aproximação do selvagem ao civilizado, percebida em uma foto do pequeno Parriba Parakina Piuaca (RONDON, 1916: 164), índio da tribo dos Arikeme, habitantes do alto Jamari, vestindo uniforme escolar do Instituto Profissional São José, do Rio de Janeiro, e no fato de o menino ter sido entregue a Rondon pelo próprio pai para ser educado (RONDON, 1916: 194). Em seguida, o texto apresenta uma posição que, auxiliada pela retórica, mostra a introdução dos índios em outra cultura como sendo algo que se daria automaticamente.



Parriba, foto do livro Conferências de 1915 (Acervo: Museu do Índio, RJ).

Quem os conhece, sabe por experiência que as disposições morais e mentais de que são dotados, apresentam as mais admiráveis facilidades à ação modificadora que pessoas bem intencionadas e esclarecidas pretendam exercer sobre eles, no sentido de abandonar antigos hábitos e aceitar os que não são próprios. O essencial é merecer e inspirar-lhes confiança; isso obtido, está preparado o caminho para a veneração, que

neles é intensa e vivaz, e que, uma vez nascida, começa logo a produzir os conhecidos frutos, por dispor os homens à imitação do que vêem, admiram e estimam no objeto venerado (RONDON, 1916: 197).

Acredito que o estudo dos textos e imagens elaborados pela Comissão Rondon nos permite observar uma nova idealização de nação, imaginar o semióforo-matriz de outra forma.

2 – Deu no *New York Times*: A Expedição Roosevelt-Rondon na imprensa

Começo este capítulo sobre as visões que se tinham a respeito do índio em órgãos da imprensa, nacional e internacional, com uma pequena parte de uma notícia publicada no *The New York Times*, em 23 de março de 1914: “The entire distance from point of origin to destination as the dispatch came to *The Times* is approximately 7,500 miles”.⁵ O ponto de origem foi Santarém, no Pará, e o de destino, Nova York, EUA. No primeiro parágrafo, tem-se o informe de que a notícia foi emitida via Pernambuco, São Vicente (Cabo Verde, África) e Açores. Curioso notar como um jornal norte-americano trazia notícias sobre algo que acontecia no Brasil enquanto alguns jornais brasileiros apresentavam poucas informações. Vale também mencionar que a Comissão Rondon foi criada com o nome de Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas.

Quero aqui mostrar de que modo a imprensa se colocava em relação ao índio, a visão que era apresentada dele e que ideia a elite intelectual tinha do Brasil como nação. Trabalharei especificamente a cobertura jornalística brasileira e americana da Expedição Científica Roosevelt-Rondon (1913-1914) como agente de memória, reforçando algumas memórias e modificando outras. Neste contexto de visão sobre o índio, nação e memória tomarei a obra de Nelson Werneck Sodré e de Teunen Van Dijk, entre outros, como ferramentas teóricas.

Renato Ortiz (2010) afirma que existe uma diferença entre memória social/identidade e memória nacional/ideologia, e que isso é um jogo de forças sociais. Gostaria, no entanto, de apresentar de que forma um aspecto de memória social é inserido em um contexto social, repassado e reatualizado pelos meios de comunicação, e como isso também é um jogo de forças sociais.

Christina Brandão (2011) elabora a questão de os jornalistas serem agentes de memória, no sentido de serem eles que auxiliam na lembrança e na reatualização do passado por meio das matérias sobre a comemoração do Dia do Índio. Em seu livro, Brandão aponta que há uma intenção de que determinada comemoração faça parte do que compreendemos como

⁵ A distância completa que o telegrama percorreu, desde o ponto de origem ao de destino, até chegar ao *The Times* foi de aproximadamente 7.500 milhas.

nacional, brasileiro, mas outra discussão também aparece: embora alguns aspectos sejam reatualizados, outros são esquecidos (como, por exemplo, a visão de um índio urbano e inserido no modo de vida moderno). Diferente de Brandão, não pesquisei a atuação da imprensa sobre o lugar de memória, a celebração do Dia do Índio, mas ainda seguirei a linha de Pierre Nora (1993). Podemos observar que esse autor vê o fenômeno da memória como sendo exclusivamente contemporâneo. Para ele, a memória em que vivemos não é mais aquela em que viviam nossos antepassados, uma memória vivida todos os dias, mas uma que aparece em lugares artificiais e fabricados de forma deliberada. Ou seja, precisamos de pontos de apoio, suportes de memória.

Cabe sempre lembrar que a memória social é, segundo Maurice Halbwachs (2006), uma atualização do passado pela ação do grupo no qual nos sentimos incluídos. Este autor, no começo de seu texto, afirma que a escrita também é uma fonte de memórias, ainda que de certa forma estáticas. Ele mesmo se achou na companhia de Charles Dickens ao passear por Londres. Embora Dickens não fizesse parte do grupo ao qual Halbwachs pertencia, seu texto o municiava de lembranças e de informações sobre um lugar no qual este andava pela primeira vez (HALBWACHS, 2006: 31).

Gostaria de ampliar minha visão sobre o papel do jornal na transmissão de memórias (refiro-me no plural, pois são inúmeras, e colocadas à luz ou à sombra conforme a necessidade de cada sociedade em determinado momento histórico). Ainda que não seja um meio, ou suporte, de memória por excelência, a imprensa é, hoje em dia, um dos grandes agentes de memória, lembrando passos dados por outros e transmitindo eventos e considerações de outros ao grande público. Para melhor observar essa ligação entre memória e imprensa utilizo a teoria de Teunen van Dijk (2010), que estuda, ao redor do mundo e na América Latina, em particular, como o poder, simbólico e material, é veiculado por meio do discurso e como este discurso é repetido pela massa de forma natural.

Para melhor compreender a teoria de van Dijk sobre a intrincada relação entre discurso e (abuso de) poder, apresento aqui sua definição destes dois temas.

Poder é tradicionalmente definido “em termos de acesso preferencial sobre recursos materiais específicos [...] recursos simbólicos” (VAN DIJK, 2010: 23). Atualmente, esse

mesmo poder foi, em parte, substituído pelo controle da mente do público, ou seja, a coerção é desnecessária quando se sabe persuadir, seduzir ou doutrinar pessoas. Para o autor, ter poder sobre os outros significa controlar o discurso público e, assim, controlar de forma indireta o que o grande público deseja e faz. É possível controlar as emoções sobre determinados eventos e conhecimentos socioculturais coletivos e o senso comum, entre outros aspectos que arrumam e comandam as “representações sociais do público em geral” (VAN DIJK, 2010: 24). Van Dijk estuda como se dá a reprodução de ideologias por meio do livre-arbítrio dos cidadãos. E seus estudos concluem que a imprensa é o meio quase perfeito para essa reverberação de um senso comum.

Já o discurso não pode ser visto de forma independente, ou seja, uma fala ou matéria jornalística não pode ser analisada fora do meio em que foi produzida. É importante compreender que um discurso é parte de um contexto social, cultural, histórico e político (VAN DIJK, 2010: 12). Assim, o autor observa o lugar de fala de cada um, suas participações, as situações sociais em que cada participante se encontra e a relevância do uso da linguagem na interação entre pessoas, além de muitos outros fatores. Van Dijk mostra que certas estruturas sintáticas são obrigatórias, não importa a situação do discurso. Contudo, surge aqui outro fator: a função do poder do falante. Isso significa que o abuso de poder só ocorre no idioma quando há a possibilidade de escolha ou variedade de palavras, ou seja, isso se dá dependendo da posição ideológica de quem fala. Em relação ao jornal, ele comenta que o poder está relacionado mais à forma e ao significado de uma manchete, ou de uma matéria, do que à estrutura sintática em si (VAN DIJK, 2010: 13).

O que mais chama atenção, para a finalidade desta dissertação, é quando van Dijk (2010: 14) introduz a ideia de que o discurso racista é uma forma de relação de poder entre grupos em uma mesma sociedade. É um discurso ideológico em que os membros de um grupo (endogrupo) enfatizam, de várias maneiras discursivas, as características positivas de si mesmos e as características negativas de outros grupos (exogrupos).

Penso ser possível atrelar os conceitos de van Dijk a dois aspectos do meu trabalho: identidade e memória. Já que é possível entender, entre inúmeros outros fatores, a

identidade como a relação de diferença com o outro (alteridade); a transmissão da memória seria, então, comunicar certas ideias ou eventos para outras gerações (discurso futuro).

Van Dijk traça um perfil das formas como o poder é exercido por meio do discurso, mas, para especializar mais os estudos sobre a compreensão do índio por meio da Expedição Roosevelt-Rondon, só me aterei a duas delas. A primeira faz uma ligação entre um tipo específico de fala e de falante: o especialista. Neste ponto, ligo as relações de van Dijk com memória quando apresento a força de Rondon na sociedade; em suas palestras e entrevistas, ele poderia ser visto como um herói nacional, mas também como um especialista em índios e, assim, influenciar discursos futuros.

A segunda é a imprensa. Para van Dijk (2010: 73), de todas as formas de reprodução de poder por meio do discurso, o texto jornalístico é o mais penetrante, justamente pela quantidade de receptores. A força do jornal está em selecionar fontes de informação e assuntos de modo que definam quais serão os atores da arena pública e que tipo de informação a respeito deles será passada para os leitores (VAN DIJK, 2010: 74). É importante também pensar a respeito de como os jornais aprenderam a contribuir para sustentar o poder de sua própria organização, auxiliando na veiculação de certos aspectos de um ou outro grupo. Ainda segundo van Dijk (2010: 74), os jornais se inclinam a reproduzir a ideologia das classes dominantes por serem parte inseparável da estrutura do poder na sociedade. Entre outros aspectos, há uma padronização no modo de abordar certos temas e grupos minoritários (reforçando a relação *nós* contra *eles*); de forma estereotipada, são representados como atrasados e carentes de auxílio para sair dessa condição, além de serem menos usados como fonte confiável de notícia.

É interessante observar o reverso dessa medalha, a contestação do padrão e o dissenso. De forma geral, os jornalistas se mantêm dentro das fronteiras de um “consenso flexível” (VAN DIJK, 2010: 75) no qual existe um lugar para divergências e críticas ocasionais. Este espaço é delimitado pelas corporações de poder, ou seja, pela própria imprensa e pelas elites. Compreende-se que mesmo a contestação tem uma padronização, uma rotina, e se esse texto e seu produtor passarem do que é considerado aceitável para a contestação, correm o risco de cair no ostracismo. É preciso dosar a crítica e o dissenso.

Aprofundo meus estudos sobre a relevância de dois tipos de discursos específicos e suas repercussões sobre a memória: o do próprio Rondon, enquanto figura pública e porta-voz de uma ideia de nação, e penso nele aqui também como especialista; e o dos jornais de sua época, afirmando e negando determinadas visões a respeito do índio, para analisar as mudanças na concepção sobre o índio. Compreendo que a cobertura jornalística da Expedição Roosevelt-Rondon, como resumo de um trabalho de 15 anos, se tornou o dissenso e conseguiu, por um tempo, tornar-se o padrão. Acredito ser também relevante observar a força de Rondon na mudança desse padrão, mesmo de forma ambígua, pois a informação que ele queria passar era mediada pelo jornal, que, lembrando van Dijk, é uma empresa representante e membro de grupos dominantes.

2.1 – Os jornais e seu tempo

Antes de trabalhar a visão sobre os índios é preciso contextualizar os jornais no período em que estudo e entender quais eram suas relações políticas. Para tanto, analisarei neste capítulo uma parte da obra *História da imprensa no Brasil* (1966), de Nelson Werneck Sodré. Ele não apenas apresenta a forma como a notícia era veiculada, mas também as figuras importantes do jornalismo de uma época.

Segundo Werneck Sodré (1966), o desenvolvimento da imprensa se dá em paralelo com o desenvolvimento do capitalismo, no qual ela se insere em uma relação dialética, haja vista a influência que a imprensa tem sobre o indivíduo e as massas e vice-versa. O domínio sobre a difusão da informação é um embate no qual aparecem corporações e indivíduos de diversas posições sociais, culturais e políticas, e que utilizam a informação de acordo com interesses e aspirações próprias (SODRÉ, 1966: 1). Para o autor, a liberdade de imprensa é, na realidade, controlada pela burguesia. Embora ele comente que há algumas barreiras impostas pela nação, língua e cultura, a difusão da informação é padronizada e isso leva à uniformidade de valores éticos e culturais, de comportamento e pensamento (SODRÉ, 1966: 2).

Caminhando em sua análise sobre o desenvolvimento da imprensa, ele mostra a diferenciação entre informação e opinião. Citando jornais americanos e ingleses como *Sun*, *Tribune* e *Morning Herald*, o autor demonstra que informação seria o relato de crimes e

choques de interesses individuais cotidianos, enquanto opinião é o jornalismo político, ligado a interesses partidários. E prossegue apresentando o início da disputa entre opinião e publicidade, ou seja, a queda de braço entre texto jornalístico e publicitário, a luta por espaço de página, por continuação de coluna (SODRÉ, 1966: 4-5).

A época que estudo é um momento de transição no Brasil em inúmeros aspectos, inclusive na comunicação. A relação dialética entre imprensa e capital se intensifica na virada do século XIX para o XX. Sodré vê a mudança de uma pequena imprensa para uma grande imprensa. Trocando em miúdos, o jornalismo se profissionalizava, e o jornal se tornava empresa capitalista de maior ou menor porte (SODRÉ, 1966: 315). O desenvolvimento do capitalismo no Brasil era ainda lento e quase incipiente e, segundo Sodré, a modernidade desejada pelas elites ainda não estava em prática. O país não possuía indústrias, e o capital no Rio de Janeiro se resumia ao comércio. Porém, em outra parte de seu texto, justamente na parte em que fala sobre a imprensa proletária, ele afirma que o “Brasil ‘civilizava-se’”, que a capital federal tinha mais de 700.000 habitantes, e a abertura da Avenida Central é um marco desse avanço (SODRÉ, 1966: 357).

Para Sodré, o que causa a mudança na escrita jornalística não é o fim de uma era de literatos, mas o incremento de relações entre o capital e a imprensa. Ele enumera as modificações em termos de colunas, ou seja, o que estava sendo substituído pelo quê: o folhetim dá espaço ao columnismo e depois à reportagem; cai o artigo político e entra em cena a entrevista e, por fim, o poeta se vê obrigado a ser objetivo (SODRÉ, 1966: 399). Como empresa, o jornal tem que vender para permanecer no cenário.

Porém, um estilo editorial ainda é forte e persistente, a disputa política. Sodré informa que o objeto primeiro do jornalismo é o fato político, ou seja, é uma reação a algo que acontece. A política em si não tem muita relevância. Então, o jornal se vira para o indivíduo que realizou tal fato e é daí que surgem os ataques pessoais. Este jornalismo é organizado em campanhas de ataque ou de defesa de um ou outro personagem (SODRÉ, 1966: 317). Podemos então compreender que as linhas editoriais dos jornais se pautavam pela oposição ou apoio ao governo ou à determinada pessoa.

Com estas considerações em mente, passo à visão sobre os principais jornais cariocas da época, segundo Sodré. *O Jornal do Commercio*, fundado em 1827, já estava estabelecido como meio de comunicação, era o periódico de uma classe conservadora, lido por políticos e altos funcionários. Sodré (1966: 324) mostra que ele era um jornal da situação, com a característica de sempre estar ao lado do poder. É de se imaginar que, por este mesmo motivo, tenha sido este jornal que publicou as conferências de Rondon no teatro Phoenix e que sua gráfica tenha sido uma das que imprimiu diversos relatórios da Comissão.

Outros dois jornais apresentam mais claramente a dualidade das linhas editoriais, a favor e contra, a que Sodré se refere: *O Paiz* e *Correio da Manhã*. Luiz Edmundo (2003: 557) evidencia essas características das linhas editoriais e exemplifica, em *O Paiz*, dirigido por João de Sousa Laje, a política do toma lá dá cá. O editor está sempre ao lado do governo como forma de conseguir benesses. A título de curiosidade sobre esse tipo de jornalismo, Gilberto Amado indica as formas que Laje usava para “cavar” dinheiro do erário. O caso exprime o tipo de jornalismo que era realizado na época. Gilberto Amado, então colaborador de *O Paiz*, fez um elogio a Lauro Müller (na edição de 21 de março de 1912) por ter colocado o ex-presidente Campos Sales como diplomata na Argentina. João Laje fica chateado e o chama às falas sobre quem faz as “cavações” do jornal e pergunta: “Quanto o Lauro lhe deu ou lhe mandou prometer?” (AMADO, 1956: 201). Gilberto Amado, em seu artigo, queria mostrar Müller como “acalmador das apreensões do país suscitadas pela política do Barão [do Rio Branco] no Prata”. Segundo o próprio Amado, dois meses depois foi chamado por Lauro Müller ao palácio do Itamaraty:

[...] disse em duas palavras o que queria que eu fizesse na Europa – um estudo na Holanda sobre as condições e processos de colonização nas possessões das Índias Ocidentais, relatório claro, bem deduzido, ‘como eu saberia fazer’. Não trocamos dez palavras. Conversa de chefe dando ordem de serviço. Não se referiu ao artigo (AMADO, 1956: 203, destaque no original).

É importante pensar no livro de Amado como uma fonte de memória, pois ele fornece uma descrição de Lauro Müller. Alguém que hoje só é lembrado pela memória oficial, pode ser visto de outra forma. Considerado como raposa ou enguia, Lauro Müller tinha ideia de onde

queria chegar e do que fazer com a estrada aberta pelo telégrafo nacional: a colonização. Sempre é bom lembrar que Rondon e Müller foram contemporâneos na Escola Militar da Praia Vermelha.

Na outra ponta dessa dualidade, encontra-se o *Correio da Manhã*. Esta folha distancia-se, efetivamente, dos elogios ao governo e se firma como um jornal de oposição. A posição em que Edmundo Bittencourt, diretor do jornal, se colocava eximia o periódico de neutralidade em dois aspectos: ele não se mostrava neutro como estratégia de sobrevivência, utilizada por muitos; e, por ser de oposição, toma o partido do povo. O que faz dele obrigatoriamente um jornal de opinião (SODRÉ, 1966: 328).

2.2 – Sobre os jornais e linguagem jornalística da época

A modernização da imprensa antecipou-se no Rio de Janeiro: logo ao iniciar-se o século, Paulo Barreto fez, para a *Gazeta de Notícias*, a série de reportagens reunidas depois no volume *Religiões do Rio* [...] (SODRÉ, 1966: 373).

A modernização da imprensa não se dá apenas nas questões de linguagem, mas também no maquinário e nas instalações: os jornais constroem prédios próprios na Avenida Central e modernizam suas oficinas.

É importante salientar que a comunicação, na época estudada, era do pré-lide, e artigos e reportagens baseavam-se em uma instância cronológica de acontecimentos. Acredito que Luiz Edmundo, em seu *Rio de Janeiro do meu tempo*, dá um exemplo deste tipo de escrita ao explicar o nariz de cera⁶ que inicia qualquer matéria policial. O aparecimento do lide, no jornalismo moderno, muda a perspectiva de uma sucessão de eventos no tempo para uma perspectiva de graus de importância: Quem? Quando? Onde? O quê? Como? Por quê?

A notícia de polícia começa sempre por um infalível ‘nariz-de-cera’, desmesuradamente sentimental e florido, alambicado e piegas, que os

⁶ Introdução geralmente longa, vaga e desnecessária a uma notícia ou reportagem, normalmente em corpo menor do que o do restante do texto. Foi usada até o surgimento do lide.

repórteres, que lêem, então, *A Dama das Camélias*, do Sr. Dumas, ou *O conde de Camors*, de Feuillet, escrevem, de gravata à Lavallière, chupando cigarrinhos de palha: *Suicídio*. É o título. E o corpo da notícia: *Na flor-da-idade, aos 16 anos, virgem e bela (Oh! destino infeliz! destino implacável!...)*. *No céu como nascem as rosas que se doiram ao sol meigo da primavera [...]* (EDMUNDO, 2003: 555, destaques no original).

É o início de uma mudança no jornalismo. Da mesma forma que se dá com a memória social, essas transformações são lentas, mas visíveis. Podem-se perceber tais alterações de conteúdo na pequena entrevista dada por Rondon ao *Correio da Manhã*, em 20 de outubro de 1913. O explorador se apresenta ao repórter, e por consequência ao leitor, como um militar que faz seu papel conforme lhe é ordenado pelas autoridades. O repórter pergunta sobre suas opiniões a respeito da expedição: “Mas o coronel foi por certo consultado sobre o itinerário?” A resposta não poderia ser outra: “Não, pois o meu papel é cumprir as determinações de governo e, na expedição do Sr. Roosevelt, serei um simples mateiro por estar mais identificado por aquelas brenhas”. A entrevista segue seu curso, e vemos o que o carioca pensa sobre o sertão. Há perguntas que afloram no imaginário popular sobre a região, como se havia animais para caçadas e se o clima era salubre. As respostas são um tanto evasivas. Isso pode nos dar a dimensão de como Rondon operava sua mudança de interpretação do interior do Brasil.

O país é apresentado como ainda um tanto selvagem, mas é possível perceber que o chefe da Comissão puxa a brasa para a sua própria sardinha ao informar que, para se conhecer o interior, é preciso acompanhar a linha telegráfica. Neste ponto, pode-se entender a escolha de palavras feita por Rondon, e aqui ele se apresenta como especialista, não sobre os índios, mas sobre o sertão.

2.3 – Brasileiros versus americanos

[...] the twentieth century will be the century of South America (Theodore Roosevelt, matéria publicada na revista *The Outlook*, 1914: 837).⁷

⁷ [...] o século XX será o século da América do Sul.

Considero importante apresentar agora as percepções que brasileiros e americanos tinham um do outro e de si próprios. Na tentativa de manter uma ordem cronológica, avanço para a visão que os americanos tinham sobre o Brasil. Conforme indicado por Candice Millard (2005: 21), a América do Sul era tida como remota e perigosa, e, o interior do Brasil era pouco conhecido. Viajar para o sul do Novo Mundo não era comum para a maioria dos americanos, e penetrar em suas selvas e sertões estava fora de cogitação.

Durante a pesquisa nos jornais da época, uma matéria do *The New York Times* chamou atenção pelo inusitado, e pode dar informações sobre as visões do americano mediano sobre o Brasil. Com o título “Roosevelt aided girls in distress” (9 de novembro de 1913) e o subtítulo “Actress on their ship, warned against Brazilian Music Halls, wants to come home”,⁸ a matéria segue o estilo antigo de escrita e nos dá a sequência de ações no tempo. As senhoritas americanas Gladys Wadell, de 17 anos, e Joan Shore, de 20, assinaram um contrato, com um agente em Nova York, para dançar e cantar em um *music hall* (o que eu traduziria como *vaudeville*, ou teatro de variedades) no Rio de Janeiro, mas um rico comerciante americano disse que os *dance halls* (salões de baile) do Rio não eram lugares para elas frequentarem. Os passageiros da primeira classe fizeram uma “vaquinha” e pagaram as passagens para que as duas voltassem imediatamente aos EUA. Ao aportarem no Rio, deu-se um problema com o contrato, e a polícia do porto pediu que comparecessem perante um juiz. Acompanhadas do cônsul americano, elas conseguiram embarcar em outro navio de volta aos Estados Unidos. Outro detalhe interessante dessa notícia é a indagação do cônsul britânico, também envolvido no problema, sobre a autoridade do magistrado brasileiro naquela questão, justificada pela resposta de que elas se encontravam em um vapor brasileiro. O Brasil é apresentado como um lugar perigoso.

Já a repercussão na imprensa da visita de Roosevelt ao Brasil dá certas impressões de como o brasileiro urbano se imaginava. A notícia e a informação jornalística, no contexto dessa dissertação, devem ser consideradas sempre uma representação de um fato, há sempre uma escolha de opinião, de palavras. Em algumas edições de *O Paiz* nota-se, pela escolha das palavras, a linha editorial do jornal e as concepções que o brasileiro urbano tinha de si

⁸ Título e subtítulo, respectivamente: Roosevelt ajuda garotas em apuros s – Atriz a bordo do navio, advertida sobre os *music halls* brasileiros, queria voltar para casa.

mesmo. Na coluna A Semana, da edição de domingo, 19 de setembro de 1913, Oscar Lopes escreve que o “príncipe da democracia” (o ex-presidente americano) já se encontrava em águas brasileiras, caracteriza a terra como um lugar onde existe “ainda um pouco inconscientemente a nova e ainda ingênua democracia que nós somos” e qualifica o povo como ainda temeroso de empreendimentos. Na edição de 21 de setembro de 1913, outro jornalista comenta a turnê oficial pela América Latina, em 1906, do secretário de Estado de Roosevelt, Elihu Root, e como isso demonstrou a cordialidade entre as repúblicas do Novo Mundo, além de enaltecer a política de Roosevelt. E este periódico era favorável ao governo, e, dessa forma, torna-se mais clara a noção de que houve uma “cavada” para engrandecer o governo por ter trazido o estadista americano ao Brasil. Uma visão mais detalhada dessas e de outras edições nos traz a ideia de que o Brasil lucraria imensamente com a excursão, e que o estudo da cultura brasileira pelo outro seria algo que enalteceria o país. Essa visão do brasileiro por ele mesmo também apresenta um viés racista: “[...] as ridículas proporções de certos povos que, como [Roosevelt] mesmo nos descreve, teve ensejo de visitar em algumas regiões pouco civilizadas” (*O Paiz*, 17 de setembro de 1913). Muitas matérias transmitem a noção de que o país será elevado a sua categoria de direito: civilizado e ocidental. Aqui se tem a ideia de Ocidente como paradigma de civilização (IANNI, 1996), e isso traz consigo um modelo de cultura como civilização. O que compreendi na relação entre identidade e discurso, nestes fragmentos, é que o brasileiro queria se inserir no grupo do qual Roosevelt e os americanos faziam parte. Conforme a teoria de van Dijk, os jornalistas se viam como pertencentes a uma classe, e, para enaltecer a si e aos seus, depreciam os demais. Nesse caso em particular, os jornalistas se referem à África (“regiões pouco civilizadas”), que Roosevelt havia visitado em 1909, como o grupo de fora, o exogrupo.

É importante observar que o próprio ex-presidente era, também, jornalista e fez uma série de artigos sobre sua viagem para a revista *The Outlook*, com sede em Nova York. Em seu artigo “O Brasil e o negro” (traduzido e publicado pelo *Correio da Manhã* em 7 de abril de 1914), ele aponta uma síntese sobre a diferença entre os dois países: o trato com o negro. A versão original publicada em 2 de fevereiro de 1914, e os editores dão uma explicação do que o autor descreve.

BRAZIL AND THE NEGRO

BY THEODORE ROOSEVELT

IN THE SERIES ON SOUTH AMERICA

It may be noted that in this article Mr. Roosevelt is not attempting either to justify or condemn the Brazilian attitude toward the Negro as contrasted with that of the United States, but simply to set forth clearly what the Brazilian attitude is in fact.—THE EDITORS.

Deve ser notado que no artigo o Sr. Roosevelt não tenta justificar ou condenar a atitude brasileira com relação ao negro em comparação com a dos Estados Unidos, mas simplesmente apresentar qual é a atitude de fato (*The Outlook*, 1914: 409-411).

Notando as relações de poder entre grupos por meio do discurso, chamo atenção para a escolha de palavras para a representação que Roosevelt tinha de si mesmo como parte de um grupo. A fim de destacar esse grupo, o autor fala dos Estados Unidos como nós (*ourselves*). O artigo também contempla o índio, mas ele é a parte em que os dois países se assemelham, pois é apresentado como absorvido pela população ao “tornar-se civilizado”. Sobre essa aproximação, ele comenta o acontecido no estado de Oklahoma, com a absorção do índio pela população; e é também curioso notar outra parte do texto: “[...] whoever has Indian blood in him is proud of the fact. The President of Brazil is one of these men, and there are a number of others among the leaders whom I met [...]” (*The Outlook*, 1914: 409).⁹ Acredito que isto coincida com os ideais de Rondon sobre a inserção do índio na civilização ocidental e sua participação ativa na sociedade, enquanto absorvido pela mesma. Percebe-se aqui o início do dissenso com respeito a esses povos, ao ver o índio como parte do que o Brasil e os Estados Unidos pensam sobre si mesmos. Indo de encontro às ideias de van Dijk, e pensando na exceção que confirma a regra, a identificação não se dá pela alteridade, mas pela semelhança no trato com o índio. Como veremos mais à frente, as relações com os indígenas em cada país têm suas peculiaridades.

⁹ “[...] e qualquer um que tem sangue índio em si tem orgulho disso. O presidente do Brasil é um desses homens, entre vários outros líderes que conheci.”

Ainda nesse artigo, Roosevelt aproxima o Brasil do Ocidente quando diz ser errado considerar que a população era tão miscigenada que diferia completamente da Europa e dos Estados Unidos e que no Brasil não havia discriminação racial, embora não tenha visto casais inter-raciais nas classes altas. Ele corrobora a tese de branqueamento da população brasileira, em voga desde meados do século XIX. Isso significa que Roosevelt dá voz às políticas de importação de mão de obra impetradas pelos governos imperial e republicano. Uma pessoa proeminente, que Roosevelt não revela o nome, comenta o problema negro. Nos EUA, o negro era segregado, já no Brasil, a absorção do negro não era considerada a solução ideal, mas com certeza melhor que a americana (*The Outlook*, 1914: 411). Segundo essa pessoa, tal solução seria menos danosa e com menor desvantagem para o progresso do país. Na fala deste indivíduo proeminente, encontra-se a identificação pelas duas formas dentro do discurso: aproximam-se por falar no problema negro, o que é uma discriminação com um terceiro grupo, e distanciam-se ao comentar sobre a absorção como sendo melhor que a segregação. Ainda assim, temos aqui a discriminação pela escolha de palavras, pois se refere ao negro nas sociedades dos dois países como problema.

Na edição do *Correio da Manhã* de 21 de janeiro de 1914 é publicada a tradução do artigo de Roosevelt sobre o Rio de Janeiro, originalmente publicado na *The Outlook* em 20 de dezembro de 1913. O autor elogia as belezas naturais, as montanhas, as florestas, as praias de águas limpas e o desenvolvimento da cidade, com bondes elétricos e automóveis, mas aponta que também, como qualquer metrópole, tem seus problemas: carros de bois e favelas, por exemplo. A matéria repercute dois dias depois, na seção Queixas e Reclamações, do mesmo periódico brasileiro, em que um leitor critica a Prefeitura pelo “aspecto selvático” que tinha a região da Muda, na Tijuca, digna de um caçador como Roosevelt. Já na primeira página do dia 25 de janeiro de 1914, o jornal puxa a orelha do prefeito, general Bento Ribeiro, ao usar as impressões de Roosevelt sobre os carros de bois e as negras carregando latas d’água, afirmando que são “reminiscências coloniais e que não estão, absolutamente, de acordo com o nosso progresso”. O texto segue dizendo que tais visões são “de anacronismo e semi-barbárie”, que parece invocar um lugarejo da África no seio de uma cidade ultracivilizada. Essas palavras nos levam a algumas considerações sobre a força da visita do ex-presidente e a ideia que o brasileiro fazia de si mesmo. Primeiro, Roosevelt era mencionado na imprensa como um caçador e não como naturalista;

alongando essa visão para a memória, tem-se a impressão de que a expedição não era científica, mas puro esporte de caça. Já o jornal quer o Rio de Janeiro como moderno, e demonstra uma oposição entre a República e os períodos anteriores.

2.4 – As selvas pela imprensa

Antes de partir para a Expedição Científica Roosevelt-Rondon em si, é importante contextualizar a viagem no tempo e espaço: Roosevelt e Rondon encontraram-se na confluência dos rios Apa e Paraguai (região de fronteira entre Brasil e Paraguai), em 12 de dezembro de 1913; subiram pela estrada aberta até São Luís de Cáceres, partindo para a Estação telegráfica Utiarity para, enfim, descerem o rio da Dúvida. A expedição terminou na cidade de Manaus, em abril de 1914. É também importante esclarecer a dificuldade com que qualquer pesquisador se depara ao buscar separar as informações e matérias que tratam de seu objeto de pesquisa das que noticiam o *fait divers* de uma época. Ainda que este último também seja relevante, por apresentar o interesse do cidadão comum, exponho uma sequência dos fatos referentes à expedição e à representação do índio.

Uma pequena amostra descreve como o índio era visto pelos americanos, tendo seu ex-presidente como porta-voz. No dia 25 de outubro de 1913, o *New York Times* transcreve a palestra realizada na Faculdade de Direito no Rio de Janeiro. Em seu discurso, Roosevelt já considerava as animosidades que aconteciam na Europa e que levariam à Primeira Guerra Mundial, além disso, pode-se também observar a política externa americana e uma pequena representação sobre o índio. Segundo o jornal, o título do discurso era “Nacionalismo americano” (*American Nationalism*) e versava sobre como, na Europa, Ásia e África, havia muitas regiões separadas pelos abismos existentes entre a civilização, o barbarismo e a pura selvageria. Pouco mais adiante, uma passagem é importante para a compreensão sobre a relação entre a política externa americana e o índio:

Here in America the civilized nations do not have to fear huge military barbarism. Neither do we have to dread the presence of vast tracts of country people by savages, which the civilized nations must bring under

control, and which of not possessed by one efficient and civilized nation, merely become the property of some other efficient and civilized nation.¹⁰

O texto evidencia uma correlação entre a questão de trazer o índio para a civilização e, como dito por Ianni (1996), que o Ocidente era o modelo de civilização a ser seguido. Por esse motivo, como orador habilidoso, ele aproxima os dois países logo no início do parágrafo (“Here in America the civilized nations...”). Utilizando van Dijk (2010), penso que o texto traz exemplos do padrão de descrição estereotipada destes grupos na imprensa: são vistos como um grupo único e homogêneo, considerados como atrasados e que necessitam do auxílio dos civilizados para sair da condição em que se encontram. Observando Roosevelt como um especialista, justamente por ser ex-presidente dos EUA, ele apresenta a ideia de trazer os índios sob a tutela — controle — de uma nação, caso contrário, outro país o faria. Era exatamente isso que a política brasileira de integração nacional pretendia: proteger as fronteiras ao transformar os índios em brasileiros.

Em seu discurso, o estadista americano prossegue com os elogios à união das Américas pelo comércio que viria da abertura do Canal do Panamá (em 15 de agosto de 1914) e ao fato de as nações já estarem formadas. Uma parte do texto parece interessante ao versar sobre as terras ainda não abertas à colonização e ao desenvolvimento.

Again, with negligible exceptions, there are no great waste spaces, *tenanted only by savages*, which are open to settlement by and are the potential causes of quarrel among the civilized powers; the remaining tracts of land open to settlement and development – and nowhere are they larger or more inviting than here in Brazil – are substantially all with the well-settled boundaries of fully established nations¹¹ (destaques meus).

¹⁰ Aqui na América as nações civilizadas não precisam temer o grande barbarismo militar. Tampouco temos que temer a presença das vastas áreas de país povoadas por selvagens, que as nações civilizadas devem manter sob controle, e que, caso não possuídos por uma nação eficiente e civilizada, se tornam meramente propriedade de outra nação eficiente e civilizada.

¹¹ Mais uma vez, com poucas exceções, não há grandes espaços vazios, *habitados apenas por selvagens*, que são abertos à colonização e são causas potenciais de disputas entre poderes civilizados, as restantes trilhas de terra abertas a colonização e desenvolvimento – e em lugar algum essas são mais amplas ou convidativas do que aqui no Brasil – estão substancialmente dentro de fronteiras bem delineadas das nações completamente estabelecidas.

Não há um jogo do *nós* contra *eles*, como apresentado por van Dijk, mas apenas um *nós* soberano. Nota-se que estes espaços vazios serão ocupados por outros que não os ‘selvagens’ que os ocupavam naquele momento. Van Dijk afirma que surge daí uma polarização entre a exaltação do *nós* e a depreciação do *eles*. Indo além, o autor mostra como essa relação não é apenas causal ou de correlação, mas é um processo sociocognitivo que envolve as interpretações cognitivas dos participantes de um discurso. Ele ainda trabalha como essas interpretações afetam os discursos futuros, e é nesse ponto que o autor vê o início do circuito de reprodução discursiva do poder. Para ele, o processo de reprodução precisa analisar as várias formas de “‘mudança de mentalidade’: aprendizagem, persuasão, manipulação ou doutrinação” (VAN DIJK, 2010: 20, destaque no original). Seguindo nesse tema, podemos compreender como o discurso do ex-presidente se mostra tendencioso e leva à formação ou confirmação de preconceitos e estereótipos (VAN DIJK, 2010: 20).

Depois dos chefes brasileiro e americano se encontrarem no Mato Grosso, a cobertura da imprensa se torna um pouco morna. O *New York Times* se encarrega das questões mais práticas sobre coleta de material, como na edição do dia 23 de dezembro de 1913, em que informa que os naturalistas americanos são bem-sucedidos na coleta de espécimes zoológicos da fazenda Palmeiras. Já em 10 de janeiro de 1914, o jornal resume o conteúdo de um telegrama do ex-presidente a Lauro Müller, dizendo que até aquele momento a viagem tem sido um êxito devido ao auxílio de Rondon e dos membros brasileiros da expedição.

A título de curiosidade, gostaria de apresentar o que é noticiado nos Estados Unidos e no Brasil entre os dias 4 e 19 de março de 1914. O *New York Times* entra em um colunismo social, e até um pouco de jornalismo marrom, sobre uma possível cobrança que o coronel Roosevelt fez pela palestra no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Na edição do dia 4, o título da matéria chama atenção: “Says Roosevelt shocked Brasil”,¹² a notícia vem de Chicago, onde um senhor chamado John T. Lenfestey disse que o ex-presidente “deixou uma infeliz impressão por onde quer que passou. [...] a Sociedade Histórica e Geográfica recebeu uma conta (*bill*) de \$ 3.000 por uma breve palestra. [...] os brasileiros polidamente

¹² Rumores de que Roosevelt chocou o Brasil.

pagaram, mas não esconderam seu espanto”. Em outros quatro dias (5, 11, 14 e 19 de março), surgem confirmações e desmentidos sobre a cobrança, uma pessoa diz que viu a conta, outros dizem que são apenas boatos. Chegaram a entrar em contato com o conde Mendes de Almeida, dono do *Jornal do Brasil*, para ter melhores informações, mas este informa que não tem certeza e que não confirma. No período entre 8 de fevereiro e 6 de abril de 1914, o *Correio da Manhã* não publica coisa alguma sobre o incidente da cobrança ou sobre a expedição.

O jornal americano é o que traz a primeira informação sobre o desenrolar da viagem no Mato Grosso. Tudo aparece de forma dramática em uma matéria muito longa (ocupando seis colunas) no dia 23 de março de 1914.¹³

SANTAREM, Brazil, (via Pernambuco, St. Vincent, and the Azores,) March 22.—We have lost everything in the rapids, [presumably rapids of a tributary of the Amazon River.] Telephone my wife of my safety.
ANTHONY FIALA.

(Acervo: *The New York Times*, EUA.)

Como dito anteriormente, a expedição foi dividida em dois, enquanto os chefes seguiram para o Dúvida, Anthony Fiala e George Cherrie desceram o rio Papagaio com o capitão Amílcar Botelho de Magalhães. As informações são passadas pelas cartas remetidas para Frank Chapman, curador da seção de ornitologia do Museu Americano de História Natural, além daquelas enviadas por Roosevelt e Fiala para suas famílias. Grande parte da matéria explica o que aconteceu desde a última notícia, sobre a coleta de animais. As partes interessantes para esta dissertação, contudo, são as que fazem menção aos índios, uma de forma indireta e outra, direta. O texto descreve que nada mais pesado que canoas poderiam

¹³ Santarém, Brasil, (via Pernambuco, São Vicente e Açores) 22 março – Nós perdemos tudo nas corredeiras. [possivelmente corredeiras de um tributário do rio Amazonas.] Telefonem para minha mulher sobre minha segurança.

ser carregadas, em lombo de cavalo, das cabeceiras do Paraguai até o rio da Dúvida, mas a frase “Yet it is doubtful if canoes could carry the equipment required for such a long journey”¹⁴ mostra um desconhecimento dos trabalhos realizados e dos conhecimentos adquiridos junto aos índios e caboclos pela Comissão Rondon. No apêndice B de seu livro *Through the Brazilian Wilderness*, Roosevelt usa as palavras do explorador Fiala ao apresentar um embate sobre os tipos de canoas que deveriam ser usadas em tal aventura: a norte-americana e a brasileira (1914: 355). A tradicional canoa dos índios americanos é feita de bétula (árvore nativa do hemisfério norte) e necessariamente precisa de cavernas (peças curvas que dão forma ao casco da embarcação) para a sustentação do casco e dos remadores. Ainda que os exploradores tenham trazido modernas canoas de lona, é curioso notar a quantidade de elementos que o usuário deve carregar para a manutenção desta embarcação. Ainda assim, Fiala termina seu comentário sobre a canoa norte-americana: “[...] I can state that the traveller in South America will find no difficulty in disposing of his craft at the end of the trip” (ROOSEVELT, 1914: 356).¹⁵ Os brasileiros gostariam de ficar com ela por serem de mais fácil manejo em corredeiras. Poderiam ser até melhores, mas custavam caro e precisavam de manutenção constante. Já sobre as canoas brasileiras, o comentário é que podem ser produzidas em quase qualquer situação. Mais uma vez temos um mapeamento das práticas dos índios brasileiros pela escrita na descrição da embarcação e de seu uso:

The native canoe made from the single trunk [...] It is durable and if lost can be readily replaced from the forest [...] But, because of its great weight and low free-board, it is unsuitable for freight carrier and by reason of the limitations of its construction is not of the correct form to successfully run the rapid (ROOSEVELT, 1914: 354).¹⁶

Voltando à matéria do periódico americano, temos mais informações sobre a região, mas pouco sobre as pessoas do local. A mulher de Fiala apresenta a carta que recebeu do

¹⁴ “Ainda é duvidoso se canoas poderiam carregar o equipamento necessário para uma jornada tão longa.”

¹⁵ Posso afirmar que o viajante pela América do Sul não achará dificuldade em se livrar dela ao final da viagem.

¹⁶ A canoa nativa feita de um tronco único [...] É durável e caso seja perdida pode ser rapidamente substituída na floresta [...] Mas, por causa de seu peso e baixo calado, é inapropriada como cargueiro e por razões de limitação de sua construção não é correta para o uso em corredeiras.

marido, na qual ele descreve a natureza no Brasil (parasitas de árvores, animais etc.). Em outra parte da carta, ele explica sobre a visita de Roosevelt como chance de negócios, principalmente no que diz respeito aos transportes, pois, na maior parte das vezes, as mercadorias são transportadas em barcos pequenos pelos rios, impelidos por uma vara.

A menção direta aos índios aparece em um telegrama:¹⁷

The last dispatch received from Rio Janeiro regarding Col. Roosevelt's northward movement was on March 15. It stated that Col. Rondon had telegraphed that the expedition had reached Barao de Malgato after a ride of more than 500 miles on horseback through the interior of the country without being attacked by savages, and that Col. Roosevelt was in excellent health.

(Acervo: *The New York Times*, EUA.)

O interessante aqui é a falsa informação sobre os índios e sobre a Comissão Rondon, pois não havia índios “selvagens” por onde eles passaram. Conforme falado pelo próprio Rondon na entrevista ao *Correio da Manhã* (20 de outubro de 1913) citada anteriormente, a expedição seguiu a estrada aberta pela linha telegráfica em território dos Pareci e Nhambiquara. A primeira etnia já tinha contato com o não índio desde o século XVII, e a segunda fora ‘pacificada’ por Rondon durante os trabalhos de picada e locação em 1908. Mais uma vez, retomo as ideias de van Dijk sobre preconceito e de que modo a imprensa se

¹⁷ O último telegrama recebido do Rio de Janeiro com relação ao movimento do cel. Roosevelt em direção norte em 15 de março. Afirma que o cel. Rondon telegrafou informando que a expedição chegou a Barão de Melgaço depois de mais de 500 milhas a cavalo pelo interior do país sem ser atacada por selvagens, e que o cel. Roosevelt estava em excelente saúde.

mostra como representante de uma classe ou elite: caracterizar o índio como selvagem implica dizer que não é capaz de atos civilizados, que só conhece a agressão.

Ainda na matéria do *New York Times* de 23 de março de 1914, Roosevelt e Fiala descrevem Rondon com um pouco de diplomacia, apresentam-no como um pioneiro experiente que havia passado mais de 24 anos explorando o planalto oeste do Brasil, por território que ainda não havia sido atravessado, exceto por índios, e observam que ele tinha “um grande conhecimento dos dialetos nativos”. Há aqui também uma carga de preconceito, pois faz-se uma diferenciação entre língua e dialeto. As nações indígenas que foram contactadas pela primeira vez pela Comissão possuíam idiomas próprios. E, no mais das vezes, ainda que habitassem território contíguo ao de outra nação que já tinha relações com o Brasil “institucional”, falavam línguas que diferiam tanto entre si quanto o português de Lisboa do chinês de Beijing (como é o caso dos Pareci e dos Nhambiquara). Aponte-se o fato de que ninguém, exceto os índios, conheciam tal região. Isso nos mostra ainda mais sobre o desconhecimento dos trabalhos, ao não informar que os Pareci foram os guias e mão de obra necessários para as explorações, abertura de picadas, locação dos postes etc. que criaram a estrada pela qual os americanos passaram.

Fazendo uma comparação entre a imprensa americana e a brasileira, pode-se ter uma ideia do diferente tratamento dado aos fatos: enquanto o *New York Times* informa que os expedicionários ficarão um mês sem contato com a civilização (28 de março de 1914), o *Correio da Manhã* (16 de abril de 1914) só dá matérias frias, ao traduzir a reportagem da revista *Outlook* com as impressões de Roosevelt sobre a Argentina. A repercussão da viagem no exterior, entretanto, parece ser mais importante para a imprensa brasileira. Na edição de 25 de abril de 1914 pode-se ler um tijolinho com o título: “Mais um artigo do Sr. Roosevelt sobre a sua excursão”, a respeito de um artigo publicado no jornal inglês *Daily Telegraph*. É o quarto artigo que o ex-presidente publica neste jornal, e nele Roosevelt fala sobre a natureza da região, animais e insetos. Acho que isso poderia ser usado para manter o interesse do leitor na importância da visita do americano e não no conhecimento da região.

Em 29 e 30 de abril, tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos, surgem informações relevantes sobre a expedição e sobre os índios. No jornal americano, uma manchete estampa:¹⁸

ROOSEVELT FINDS NEW TRIBE
They Inhabit a Previously Unexplored Part of Brazil.

(Acervo: *The New York Times*, EUA.)

A notícia vem do Rio de Janeiro, onde o capitão Amilcar Magalhães, o chefe brasileiro da expedição que desceu o rio Papagaio, narrou essa descoberta à *Gazeta de Notícias*. No entanto, no corpo da notícia, a única menção aos índios é que a tribo foi chamada de Pauhates e que não usavam roupa alguma. Seguem-se também pequenas informações sobre a terra: “Descobrimos regiões ricas em ferro, ouro, diamantes e outros minerais”. Curioso notar o que o *Correio da Manhã* publica em 30 de abril de 1914:

¹⁸ Roosevelt encontra tribo nova – eles habitam uma parte previamente inexplorada do Brasil.



(Acervo: Biblioteca Nacional, RJ.)

A matéria é uma entrevista com o dr. Euzébio de Oliveira, geólogo da expedição, e não menciona qualquer tipo de primeiro contato com nenhuma tribo ‘selvagem’. Na realidade, este periódico faz uma divulgação dos trabalhos da Comissão. E ainda que Rondon tenha advertido sobre a dificuldade de diferenciar os serviços que comandou, percebo que o SPI não é comentado, mesmo sendo a grande instituição oficial que lidava com os índios desde 1910. O texto informa que foi a Comissão que ‘domesticou’ os Pareci, que agora plantam milho e não hostilizam mais o branco. Mais uma vez não é dito que essa nação já tinha contato com o não índio desde o século XVII e que, desde o século XIX, já trabalhava na extração da poaia. Nesse momento da viagem, uma manifestação cultural dos Pareci, matianá-ariti (jogo de pareci), conhecida de outras tribos por zicunati, chamou bastante a atenção do ex-presidente americano. Rondon descreve esse jogo em diversos livros, indicando que não existia festa na qual esse esporte não aparecesse. Usualmente jogado por duas equipes de 8 a 15 pessoas cada, em certas ocasiões, os times poderiam ser formados por aldeias inteiras. Durante o jogo, os “atletas” só podem usar a cabeça para tocar a bola,

que era feita de um pequeno pedaço de madeira coberto por leite de mangabeira. Esse conjunto era posto em uma fôrma e, quando o tecido formado ganhava consistência suficiente, era retirado, dobrado para fora e colado, por pressão. A bola era então enchida, e o buraco pelo qual passou o ar, fechado. Só então passam camadas de látex fresco para engrossar as paredes. A bola não era maior que as dimensões descritas por J. Barbosa de Faria, no Boletim do Museu Nacional, diâmetro de 0,09m por 0,05m de espessura.

Embora o jogo seja descrito como genuinamente brasileiro, foi chamado pelo próprio Roosevelt de “*head-ball*”, e apresentado pelo jornal carioca “em contraposição ao civilizado *foot-ball*”. Essa fala do repórter mostra ainda uma forma antiga de apresentar o índio. Embora a linha editorial se mostre colaboradora de Rondon, o autor usa o linguajar da época. Pode-se compreender aqui o contrapoder mencionado por Van Dijk (2010) e os limites impostos a ele pelas elites simbólicas e pelo próprio padrão jornalístico. Traz-se o índio para perto da civilização, mas com ressalvas.

A expedição durou 59 dias e percorreu 686 km, segundo Roosevelt foram 750 km. Uma anedota sobre a partida de Roosevelt pode dar ideia da dificuldade de atravessar tal território. Em 30 de abril de 1914, o estadista foi embarcado, de maca, à uma hora da madrugada, para que ninguém visse o estado lastimável de um homem tão importante que, devido aos ferimentos nos glúteos causados pelas formigas, estava impossibilitado de sentar.

Alguns problemas com relação à descoberta, ou melhor, ao mapeamento do rio da Dúvida tiveram grande repercussão, tanto na imprensa nacional quanto na internacional. A celeuma se deu com relação a se o rio era realmente desconhecido. Minha pesquisa mostrou que essa questão foi levantada em Londres por Arnold Henry Savage Landor, explorador e escritor inglês que havia viajado pela Amazônia brasileira entre 1911 e 1912. Sob o título, “Skepticism over Roosevelt River”,¹⁹ o *New York Times* de 7 de maio de 1914 analisa a dificuldade de conhecimento do terreno por ser selva densa. O assunto reverbera do outro lado do Atlântico, e o periódico americano publica comentários e entrevistas de outras pessoas em jornais ingleses. Discute-se sobre o possível erro de Roosevelt com base na

¹⁹ Ceticismo a respeito do rio Roosevelt.

população indígena e cabocla de outro rio e observa-se que índios e seringueiros são usados para dar credibilidade aos opositores de Roosevelt. Essa informação é creditada a Sir Clements Markham, ex-secretário e ex-presidente da Royal Geographical Society, em entrevista para o jornal inglês *The Standard*:

I am afraid, however, that the river discovered is not a new one, because the region where it is stated to flow into the Madeira is frequented by the Mundruca Indians, a well known tribe, who must be familiar with that territory, apart from the fact that the rivers in that region are already, I feel, sure to have been geographically located, excepting the southern source of the Canuma, to which I referred.²⁰

A imprensa brasileira dá voz a pessoas que percorriam a região. No *Correio da Manhã* de 17 de maio de 1914 levanta-se a questão de se o rio da Dúvida não seria o Aripuanã. O seringueiro, que se assina M. Brito, comenta em carta que o rio já era conhecido e que a expedição passou 48 dias sem encontrar vida humana, e não fala sobre os índios que a atacaram. Vale lembrar que este senhor era, provavelmente, um dono de seringais e não um seringueiro no sentido *stricto*. Pode-se até pensar na questão política na Amazônia, pois, como veremos mais adiante, a Comissão tinha o auxílio de grandes seringais, como os pertencentes à Asensi e Cia.

Mais de um ano depois, entre os dias 20 e 29 de agosto de 1915, em três edições, o *Correio da Manhã* traz notícias importantes sobre os trabalhos de Rondon e sobre os índios. Como é sabido, a Comissão tinha colaboradores ilustres que auxiliavam na divulgação da causa da Proteção Fraternal e na sustentação dos recursos federais para a manutenção do projeto. No dia 20 de agosto, a editoria política, que basicamente descreve as sessões da Câmara de Deputados, reproduz um pequeno discurso do deputado José Bonifácio, de Minas Gerais, sobre “A proteção aos selvícolas”. O orador exorta o trabalho de Rondon e pede pelo serviço de “Colonização indígena”. Como apresentado dentro das regras do dissenso, ele quer tratar do ‘problema’ dos silvícolas sob o seu tríptico aspecto: humanitário, nacional e

²⁰ Receio, no entanto, que o rio descoberto não seja novo, porque a região em que se afirma que ele corre para o Madeira é frequentada pelos índios Mundruca, uma tribo bem conhecida, devendo ser conhecedora do território, além do fato dos rios daquela região já terem sido, penso eu, geograficamente localizados, exceto a cabeceira mais ao sul do Canuma, a qual me refiro.

econômico. E para caracterizar melhor tais aspectos, ele se demora em como Rondon realizou um estudo da natureza dos usos e costumes, “até a sua ação sobre terra cultivável, citando trechos das publicações a respeito”. É importante também pensar esse discurso como a continuação do contrapoder iniciado por Rondon e seus colaboradores, não que seja a elaboração de um discurso futuro — como van Dijk (2010) apresenta: o leitor reproduzindo de livre e espontânea vontade as ideias divulgadas pela imprensa —, mas é a ação deste deputado que pode fazer com que isso ocorra.

Porém, surge um revés ao contrapoder na edição de 25 de agosto de 1915. O título da matéria, na página 3, já diz tudo: “A tribo araras ataca uma expedição militar”. Embora Rondon e a causa que advoga sejam bem vistos por muitos periódicos, o que temos aqui é a informação pura. Acredito que o jornalismo brasileiro começa a se ater aos fatos do cotidiano que, por muitas vezes, não podem passar incólumes. É a informação como definida por Sodré (1966), é o choque entre dois modos de vida: o do índio e o do explorador. O esclarecimento vem por meio de um telegrama oficial que versa sobre o ataque à expedição de reconhecimento do rio Ananás, com a morte do 2º tenente Francisco Marques de Souza. Para se ter uma ideia da força da Comissão dentro da imprensa, a notícia sobre a morte deste tenente foi escrita pelo capitão Botelho de Magalhães e publicada no *Jornal do Commercio* (MAGALHÃES, 1942: 170). Além da informação, o que é apresentado é a devoção ao trabalho com o índio e com o Brasil. No fotograma 14 do microfilme número 327, que se encontra no fundo Comissão Rondon, do Museu do Índio, há uma nota sobre os três mortos por ataque atribuído aos índios Arara à estação Pimenta Bueno (29/05 ou 09/1915). Havia uma preocupação por parte dos militares e civis envolvidos e diz-se ainda que o ataque teve grande repercussão na imprensa carioca. Segundo consta na nota, esses índios queriam lutar com os Pauatê. Acredito serem estes últimos os índios ‘descobertos’ por Roosevelt.

Já a terceira edição, em 29 de agosto de 1915, em que aparece algo sobre os índios é de grande importância para a divulgação dos trabalhos da Comissão e ainda mais para a causa da Proteção Fraternal. Em matéria de uma coluna temos a chamada “Comissão Rondon” e o título “Está conseguida a pacificação dos Parintintins”. O texto descreve o fato como a

“nota culminante de todos os trabalhos desse gênero”. Apesar disso, uma parte do terceiro parágrafo chama mais atenção para a figura de Rondon:

Quem viajasse pelo Amazonas, ouvia repetidas vezes esta afirmativa: “*Eu quero ver o Rondon pacificar os Parintintins*”. Conversando, em um barracão do rio Madeira, contava um oficial da comissão Rondon que aquele coronel trabalhava por essa pacificação, quando um dos seringueiros presentes, lhe retrucou: “Foi melhor mesmo que elle deixasse os Parintintins para o fim; assim podia pacificar todas as outras tribus do Brasil, porque há de morrer de tucúára Parintintin sem conseguir coisa alguma”. Quando o coronel Rondon iniciou a pacificação dos Parintintins, essa notícia foi recebida com incredulidade em todo o Amazonas (destaques no original).

O que percebo nessa matéria é o contrapoder e a força do discurso comum sobre o índio. Os Parintintin viviam em luta com os Munducuru, que se associaram ao branco para ter uma vantagem nessa luta. Questões políticas eram um fator importante, tanto na capital federal, quanto no sertão, e o texto esclarece que essa pacificação foi auxiliada pelos empregados dos seringais da Asensi e Cia., utilizando os métodos de aproximação iniciados por Rondon. Mais uma vez, a política se mostra, pois essa companhia era colaboradora e fornecedora de material para a Comissão. Outra prova dessa colaboração se encontra na carta do chefe do escritório central da Comissão Rondon, datada de 10 de março de 1917, para “Carlos Asensi, rua Alice, 92, nesta capital (Rio de Janeiro)”²¹, informando que cinegrafista Luiz Thomas Reis faria trabalhos em seus barracões.

Para terminar este capítulo, gostaria de trabalhar a diferença no tratamento dado ao indígena no Brasil e nos Estados Unidos ao fazer um paralelo entre reportagens, no *The New York Times* e no *Correio da Manhã*, das quais apresento excertos mais à frente. Acredito que tais discursos tratam a relação de sociedades nacionais com o indígena, mas contrastam no uso da força das palavras e dos métodos.

²¹ Microfilme 328, fotograma 27, fundo Comissão Rondon, Museu do Índio.

Na edição do dia 28 de maio de 1914 do *New York Times*, embora estivesse cansado de uma visita à Nova York e Washington, o ex-presidente Roosevelt recebeu repórteres em sua casa em Sagamore Hill, no estado de Nova York. Um fato curioso é que a matéria, que se refere aos eventos ocorridos na mencionada visita às duas cidades, comenta que Roosevelt demonstrou descontentamento com relação às críticas sobre suas explorações sul-africanas (“*South African explorations*”) quando, na realidade, o autor da reportagem — queria escrever sul-americanas. E a questão de se ele ‘descobriu’ um novo rio, ou melhor, mapeou um rio, ainda dava pano para mangas. Os jornais da época não tinham como ponto principal a apuração de informação, e o próprio Roosevelt comenta que outro periódico informou que ele havia dito que o rio Aripuanã se encontrava com o rio Madeira pela esquerda, mas o estadista declara ter dito que a confluência era pela direita.

Mas o importante para esta dissertação é a parte final do texto, em que se pode ter uma ideia da relação dos americanos com os índios de seu território. Acompanhado por um repórter no escritório da revista *The Outlook*, ainda na Grande Maçã, Roosevelt se encontra com Lazy Boy, um índio que habitava a reserva de Glacier Park, no estado americano de Montana — na fronteira com o Canadá. Não é informada a etnia desse homem, mas pode-se imaginar que seja do grupo majoritário da região, os Blackfoot. A única informação sobre Lazy Boy é que ele e Roosevelt eram os únicos membros honorários do Adventurers’ Club of America. Encontro aqui outro engano, pois acredito que a referência devesse ser ao Explorer’s Club of America, do qual Rondon também recebeu a honra de ser membro honorário.

Lazy Boy e sua comitiva (Medicine Owl, White Calf, Bird Rattle, Fish Wolf Robe, White Quiver, Eagle Calf e Ugly Face) chegam à redação à uma da tarde, acompanhados de suas mulheres. Segundo o jornalista, o ex-presidente estava pronto para recebê-los. É importante observar a percepção sobre o índio passada para o americano médio na forma como é descrito o desenrolar do encontro. Roosevelt é mostrado como alguém que é proficiente na língua indígena de sinais, pois ele interrompe uma mulher que vai cumprimentá-lo e “mais rápido que os próprios índios, conversou com eles na língua de sinais sobre a caça e as condições em Glacier Park”. Isso pode ser interpretado como uma demonstração de que este não índio, em particular, é melhor que os índios por falar a língua deles. Na conversa

que se sucedeu, os índios perguntaram ao estadista sobre a futura safra de milho, como estava o tempo e a perspectiva de caça na sua própria reserva. Conversaram sobre a safra de milho e sobre o tempo, mas o ex-presidente indicou com um sinal desesperador que não havia mais caça na região de Oyster Bay. Ao mencionar que o índio pergunta sobre a reserva na qual Roosevelt morava, o repórter pode levar o leitor a ver o índio como alguém que não compreendia o sentido de morada que não fosse uma reserva. Porém, o que difere de verdade as formas de relação com o índio é a seguinte passagem: “Perto do final da conversa, cel. Roosevelt deu um *bom conselho* à tribo, que estava em pintura e chapéus de guerra, calças com franjas e camisas com miçangas” (destaque meu).²²

“ You Indians have got to throw away those tribal trappings,” he said. “ If you don’t you’ll never amount to anything. Get in line; follow the white man! The day of the wild Indian is past. Get rid of that regalia! Wear it for festival occasions if you want to— you American Indians have much to be proud of, but if you ever want to amount to anything you must follow the white man.”

(Acervo: *The New York Times*, EUA.)

Com quase um ano de diferença, a edição de 23 de abril de 1915 do *Correio da Manhã* traz na mesma página duas reportagens, uma ao lado da outra, que mostram as duas vertentes de visão sobre o índio e sobre o estado do Mato Grosso.



(Acervo: Biblioteca Nacional, RJ.)

²² Vocês índios têm que tirar esses adornos tribais”, disse ele. “Se não o fizerem jamais chegarão a lugar algum. Entrem na linha; sigam o homem branco! O dia do índio selvagem faz parte do passado. Livrem-se dessa parafernália tradicional! Vistam-na em momentos de festa se quiserem – os índios americanos devem ter muito orgulho de si, mas se quiserem chegar a qualquer lugar devem seguir o homem branco.

A primeira faz parte do que Sodré (1966) entende como a clássica linha editorial do jornal, a oposição ao governo. Penso que o título diz tudo: “Uma das vítimas do sr. Hermes regressa – chegou ontem, no ‘Itassucê’, de Matto-Grosso, o major Paulo de Oliveira”. A matéria não explica o que aconteceu nem por quanto tempo o referido major e outros militares ficaram “commissionados” para o distante Estado do Mato Grosso, e, um pouco mais abaixo, o jornalista dá nome ao que aconteceu: “voltaram do exílio”. O militar comenta sobre a agitação política com relação à eleição de Caetano Manuel de Faria Albuquerque para a presidência do Estado, apoiado pelo predecessor Joaquim Augusto da Costa Marques. A matéria não é clara sobre o entrevero político no estado, mas é explícita ao informar que o pleito foi vencido “com os votos dos guaranys da fronteira, isto é, dos paraguayos”. Interessante pensar no porquê dessa colocação, pois até hoje os índios guaranis da região, tanto brasileiros quanto paraguaios, transitam de um lado a outro da fronteira. Será que era a língua-mãe destes índios que não os deixava ser brasileiros? É bom trazer à mente que a vida nas fronteiras foi sempre muito miscigenada, e embora, conforme o dicionário Houaiss, o vocábulo “brasiguaiio” tenha sido registrado em torno de 1970, o que o texto do jornal mostra é que a situação é muito anterior. O que se vê nessa reportagem, pelo que parece, é uma forma antiga de apresentar os índios e o estado. Há que se pensar e compreender que esta forma é usada dentro de um contexto, como bem introduzido por van Dijk (2010), ainda que o jornal tenha uma forte oposição à administração federal de Hermes da Fonseca, o índio é descrito como alguém que é massa de manobra para a eleição, e não um eleitor confiável.

Ainda que tenha sido posteriormente criticada por Antonio Carlos de Souza Lima (1995) como sendo uma política de guerra de conquista, com dominação da população e espólio, a Proteção Fraternal é apresentada ao brasileiro urbano como a melhor forma de tratar o índio. O título da matéria dá a entender o que a época compreendia como modo de lidar com o índio: “Os devotados catechistas do Brasil – Chegou ontem o Coronel Candido Rondon”. Chamá-lo de catequista dá a entender que a catequese é a única maneira de cuidar dos indígenas e, como visto no parágrafo anterior, este discurso está a serviço de uma causa. Neste sentido, ainda que houvesse neste período a luta entre diversas visões sobre o tema, o jornal privilegia o trabalho da Comissão ao não tratar de versões concorrentes como a de Leolinda Daltro e a de Hermann Von Iherring. No texto, o repórter mostra um pouco

da personalidade de Rondon quando escreve que este evita falar de si próprio e atribui aos outros a autoria de eventos. E na pequena entrevista dada no salão do Hotel Guanabara, Rondon mostra o contrapoder de apresentar uma nova visão sobre o índio, e acredito que tanto entrevistador quanto entrevistado tinham a mesma intenção, ou seja, queriam dar certas informações sobre os índios para seus possíveis leitores. A escolha de palavras também é uma tônica nessa matéria, pois ambos usam um vocabulário que enaltece o trabalho da Comissão e do índio. Depois de descrever o ambiente do salão, ele começa a conversa falando sobre a linha telegráfica, que conseguiu ligar os 1.492 quilômetros, além de 796 quilômetros de ramais e troncos, entre Mato Grosso e Amazonas “com o auxílio precioso e inestimável dos brasileiros indígenas”. Diferente da matéria anterior, na qual o índio guarani é paraguaio, Rondon faz questão de marcar seu ponto de vista dizendo que o índio é brasileiro. Esse auxílio é apresentado e reforçado para a compreensão do público urbano quando Rondon fala sobre o cacique pareci, major Libânio, “o indígena condecorado pelo dr. Nilo Peçanha, quando presidente da Republica”, faz a fiscalização de mais de 2.000 quilômetros e que “não há fiscalização mais segura e eficaz”. Ainda dentro desse trecho aparece a Proteção Fraternal:

Tudo obteremos dos indígenas, se penetrarmos nos seus paizes, nas suas tabas como emissários da paz e da cordialidade. A força bruta, nada se conseguiria desses homens. Só pelos meios da persuasão, da harmonia, do amor. São, como todos os brasileiros, geralmente, inteligentes. E trabalham com vontade e carinho.

3 – Mapa: o índio em escala

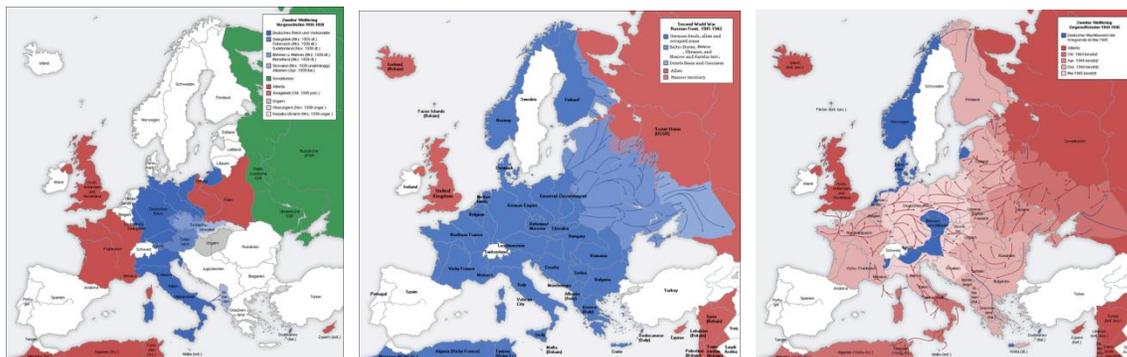
“... uma vez que a imagem de uma região fosse definida de certa maneira, era difícil destruí-la” (Ugo Tucci, verbete Atlas da *Enciclopédia Einaudi*, 2000: 142).

Neste capítulo me deterei na relação entre os mapas confeccionados pela Comissão Rondon e a memória, no sentido de as cartas serem usadas para modificar uma observação sobre o espaço e também sobre o homem. É curioso pensar como um mapa pode transformar uma visão sobre um território, mesmo quando este pouco se modifica. Fica sempre a questão: por que os mapas não são iguais se representam o mesmo espaço? A resposta é simples: técnicas diferentes e práticas diferentes.

A cartografia é “comunicação”, e esta é expressa mais no mapa em si do que no território que ele representa: como foi feito e como pode ser lido e interpretado (ANDERSON, 1982). Compreendendo essa comunicação, observa-se que, como qualquer outra, ela tem uma lógica própria. “Os mapas e plantas são meios de informação sobre alguns aspectos, como localização, orientação e avaliação de distâncias” (KNAUSS, 2010: 10). Por ser uma forma de comunicação, o mapa é repleto de símbolos e significados, ou seja, de convenções. Podemos pensar na primeira convenção que vem à mente: o uso do meridiano de Greenwich para dividir o globo terrestre em oriente e ocidente, por acordo internacional em 1884, e colocar a Europa no centro do mapa-múndi. A percepção do espaço pode ser múltipla, o que faz com que nenhum mapa seja uma invenção isolada. Ele é parte do contexto histórico e social em que foi elaborado. Observando ainda que as convenções são arbitrárias, como é possível representar as escolhas feitas no suporte cartográfico e nos diversos tipos de textos que o acompanham? O meridiano do Rio de Janeiro, por exemplo, é uma escolha afirmativa de Rondon. É comum que os mapas sejam acompanhados de textos, como o caso de um atlas. A legenda traz uma descrição que por vezes apresenta uma sinopse do que se quer narrar. Um mapa é uma narração feita com um motivo (BORGES, 2006; KNAUSS, 2010).

Pode haver inúmeras formas de mapa: político, demográfico, geográfico etc. Voltando à pergunta feita no primeiro parágrafo, penso nas visões sobre o mesmo espaço e como ele é

representado de formas diferentes. Acredito que um exemplo simples é o mapa da Europa durante a Segunda Guerra Mundial que apresenta o avanço das forças do Eixo e dos Aliados ao longo do tempo:



Mapas da Segunda Guerra Mundial (Fonte: <http://commons.wikimedia.org>.)

Essas três imagens são ilustrativas do que quero demonstrar, pois há nelas uma mudança de domínio.

Deixando de lado os primeiros grandes cartógrafos como Ptolomeu, Ortelius e Mercator, para compreender os mapas elaborados no século XX pela Comissão Rondon, traçarei um panorama da história da confecção de mapas a partir da Renascença.

A história do olhar cartográfico é a história do olhar sobre o espaço, é uma das formas de ver o mundo. No verbete Atlas, da *Enciclopédia Einaudi*, Ugo Tucci afirma que o mapa é um produto da cultura que o cria. E, conseqüentemente, uma representação do tempo em que foi produzido. Utilizando também as ideias de Paulo Knauss (2010), a realidade é construída, ela é uma interpretação dos fatos ou dos dados que se têm à mão. A cartografia não foge à regra, ela é parte de práticas de apropriação e de percepção do espaço. Até a cartografia chegar a ser considerada ciência, obedecia à estética e à imaginação da população para quem era direcionada e por quem era elaborada (TUCCI, 2000: 143). A cartografia científica, como imagem técnica de um país, é muito recente.

É possível perceber que as cartas são elaboradas para um tipo de público e, como qualquer objeto de leitura, precisam ser direcionadas para o leitor. Têm que ser redigidas de forma que não haja enganos. Sob este aspecto, compreende-se que os atlas da Renascença

possuíam uma relação muito íntima com a pintura (TUCCI, 2000: 131). O leitor desse atlas antigo é um espectador, apenas mais tarde ele vai querer informação técnica. Os mapas não eram produto do empirismo geográfico, mas de especulações cosmológicas. Eram explicações de mundo com base nas sociedades que os produziam.

Segundo Tucci (2000), a cartografia serve para a dominação e o mercado. Ele mostra que os primeiros mapas-múndi confeccionados na Europa eram uma representação do que se imaginava haver nos quatro, ou três, cantos do mundo na Antiguidade e Idade Média. As figuras humanas e animais utilizadas nas cartas são igualmente uma representação do que se imaginava haver nas partes do mundo que não se conhecia. No caso das Américas, surge a figura de uma índia segurando uma cabeça humana, e percebe-se que o medo também tomava conta desse imaginário (TUCCI, 2000: 130-131). A cultura gera uma hierarquia de figuras e de continentes. Há sempre uma graduação de conhecimento e de interesse pelo que era representado na cartografia, o periférico era esquecido ou quase não era visto. Esse sentimento de centro não é privilégio europeu, o autor indica que mapas budistas e chineses também seguem essa mesma lógica. Eram ovais e traziam no centro a capital da China, do Tibete, da Índia etc., ou seja, a concepção de mundo se resume à cultura que criou aquele mapa e, por isso, sua cidade mais importante fica no centro. O fato de não conhecer o resto do mundo, ou não querer conhecer, cria distorções, não apenas cartográficas, na relação entre meridianos e paralelos, mas em relação a outras etnias (TUCCI, 2000: 135). Esse atlas da Renascença era confeccionado com base em relatos de viagens e de mercadores. Estes mapas não eram cosmologias por si sós. Com a experiência e as viagens, o europeu ganha consciência etnológica. Neste ponto, não há, ou não é vista, a igualdade substancial do homem, ou seja, a noção etnocêntrica se apresenta na diferença entre os povos (TUCCI, 2000: 132). Como indicado por Tucci, acredito que o exemplo máximo dessa etnocentria é visto no que os venezianos pensavam sobre os turcos.

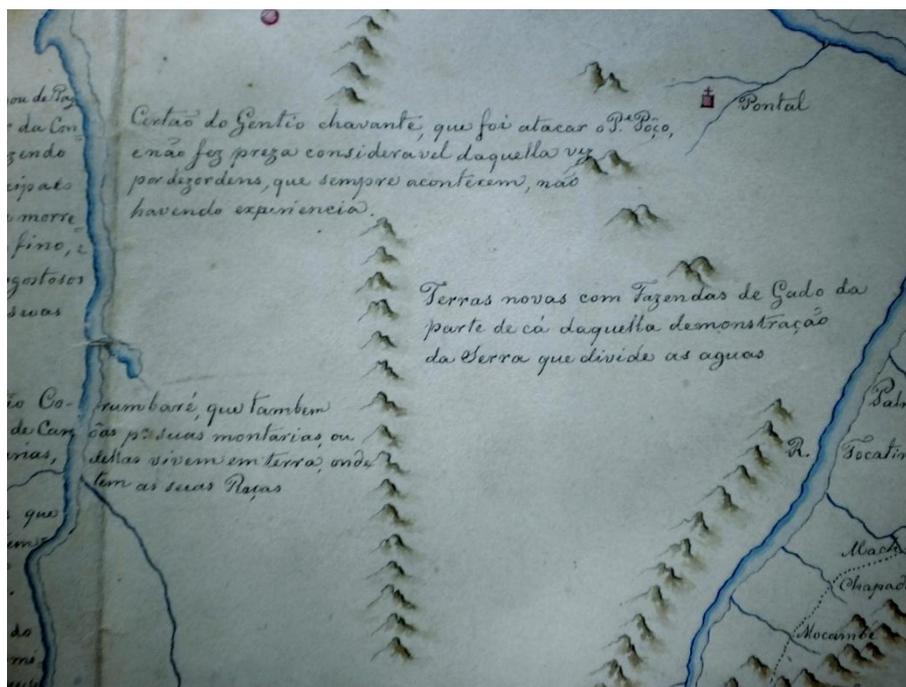
Preconceitos raciais, intolerância religiosa, costumes diferentes decretam durante vários séculos a inferioridade dos turcos na opinião corrente veneziana; e não obstante as relações intensas e frequentes e o conhecimento direto maturado por estadias, muitas vezes longas, de mercadores e de diplomatas [...] (TUCCI, 2000: 142).

Conforme detalhado pelo autor, as modificações de representação sobre o outro são difíceis de serem transformadas, e, da mesma forma, pode-se pensar isso sobre o mapa. O início de maior quantidade de informação na cartografia se dá nas cartas náuticas e nos mapas regionais, estes tinham fins práticos, eram baseados em cálculos e informações concretas. No entanto, ainda podemos ver resquícios do mapa antigo no moderno, se pensarmos nas novas configurações do que se queria mostrar em um mapa, ou seja, o que o cartógrafo quer apresentar dentro daquele espaço geográfico (TUCCI, 2000: 137). Sobre este aspecto, vê-se a força do primeiro relato, as velhas imagens coletivas ainda tinham impacto sobre o leitor de um mapa.

3.1 - Esquadrinhando o Brasil

Dedico esta parte da dissertação ao desenho geográfico do Brasil, em particular a quatro cartas que indicam as mudanças de visão e de interpretação sobre um território. Segundo Paulo Knauss (2010), a primeira parte do país a ser mapeada foi a costa. Ou seja, o Brasil foi mapeado da mesma forma que foi colonizado, do mar para o sertão. Knauss (2010: 11) enfoca o valor da disputa dos mares como questão histórica, mas ainda atual, porque o direito ao mar é firmado por meio de convenções internacionais. Pretendo focar meus estudos na cartografia que foi descobrindo o interior do Brasil e demarcando fronteiras nacionais, também apontada por Knauss. O importante para esta dissertação é a construção do sertão dentro do mapa. O que é possível ver nestes primeiros mapas é o vazio; o sertão significa o perigo do que não se conhece e até do que se conhece, nesse caso, o índio. Segundo Knauss (2010), o sertão era uma área de outra soberania. Em consonância com as ideias apresentadas por Tucci (2000), pode-se compreender o etnocentrismo do colonizador europeu. O outro e seu território são vistos como aterradores e como um empecilho à colonização, um ambiente hostil e selvagem. Ideia ainda presente até o início do século XX. Nestes primeiros mapas, nota-se que o sertão é constantemente um terreno sem informações, sobre o qual o mapa não disponibiliza dados para o leitor. Knauss informa a respeito do uso dos índios nesse início de mapeamento quando chama atenção para a “contribuição indígena, especialmente dos índios que serviam de guias àqueles que ousavam atravessar essas áreas” (KNAUSS, 2010: 57). Durante as pesquisas no Arquivo Histórico do Exército me deparei com um mapa de 1860, copiado pelo capitão Luis Pedro

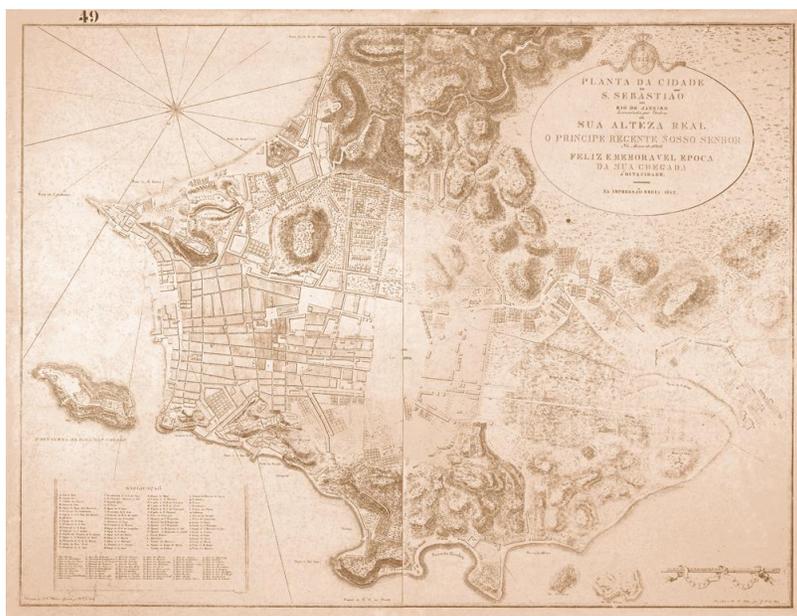
Lecor, chamado *Carta de partes da capitania de Matto Grosso e Goyaz*, que acredito ser esclarecedor do que Knauss apresenta sobre o sertão e seus habitantes. O autor do desenho original dava pequenas informações sobre partes do território, porque não era explorado, e o que possivelmente se encontraria ali.



Detalhe da Carta de partes da capitania de Matto Grosso e Goyaz (Acervo: Arquivo Histórico do Exército, RJ).

Trabalhando ainda o conceito introduzido por Knauss (2010) de que a história da cartografia é um olhar sobre a história da construção e do controle do território e da soberania nacional, passarei para um mapa que é importante por ser uma nova visão sobre um mesmo território, a *Planta da cidade do Rio de Janeiro*, de A. J. Reis, publicada em 1812. A chegada da família real, em 1808, foi essencial para a cartografia. A imprensa régia possibilitou a impressão e difusão de novas cartas. O surgimento do Arquivo Militar no Rio de Janeiro e da Academia Real Militar fez com que os militares dominassem a função cartográfica, por acumular material para os estudos da cartografia e por criar a primeira escola de engenheiros cartógrafos militares no Brasil (KNAUSS, 2010: 64). O que sobressai nesta planta é a urgência do poder português, recém-instalado no país, de fazer a sua própria interpretação deste território. Como apresentado por Knauss (2010: 78), ao alterar o ângulo de enquadramento da cidade cria-se uma nova perspectiva que estabelece

como a cidade será vista até a proclamação da República. A grande alteração notada por mim é que o Norte se situa à direita da imagem e não acima, como se convencionou nos anos posteriores. Ao destacar mais o interior que o porto, A. J. Reis atesta o controle do interior da cidade (KNAUSS, 2010: 64).



Planta da cidade do Rio de Janeiro (Acervo: Biblioteca Nacional, RJ).

Após a independência, a questão de fronteiras se tornou definidora da identidade do novo Estado. O mapa a ser trabalhado nesse momento é a *Carta corográfica do Império do Brasil*, que ficou conhecida como Carta Niemeyer, devido a seu idealizador, Conrado Jacob de Niemeyer. O importante dessa imagem de Brasil é que ela começa a ser realizada por uma mobilização civil, dentro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (KNAUSS, 2010: 65). Como já apresentado no primeiro capítulo desta dissertação, este grupo de intelectuais alimentava a própria imagem do imperador e fazia surgir uma imagem para o povo, tratava-se basicamente de um discurso oficial. Vale ressaltar que essa entidade era “bancada” pelo imperador Pedro II, o que torna mais curioso o fato de uma mobilização civil ter diversos de seus membros patrocinados pelo chefe do Estado.

Uma convenção chama bastante atenção por ser definidora de nacionalidade. Até onde se sabe, esta carta foi a primeira a usar o meridiano do Rio de Janeiro como origem do sistema

de coordenadas. Como descrito por Tucci (2000), vê-se nessa carta a força dos mapas e relatos anteriores. Como membro do IHGB, Niemeyer tinha acesso a inúmeros documentos, mas utilizou principalmente duas cartas estrangeiras e roteiros e crônicas de viagens para sua criação (KNAUSS, 2010: 65). Outra informação se destaca, Niemeyer era engenheiro militar e “comandou tropas e dirigiu inúmeras obras públicas no país, especialmente de abertura de estradas e de canalização de águas” (KNAUSS, 2010: 65). Acredito que, por esse motivo, ele apresente diversos rios e estradas. O que levanta uma questão: será que a produção do cartógrafo se mistura com o trabalho que tinha antes da execução do mapa? Como dito anteriormente, a cartografia não pode ser compreendida como uma informação isolada, com um sentido fechado em si, ela é obra do momento histórico em que foi produzida, dos homens que a produziram e de como intencionavam representar o espaço.



Carta Corográfica do Império do Brazil (Acervo: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, RJ).

Acredito ser possível compreender que Rondon também jogou com símbolos e hierarquias, embora tenha horizontalizado essa ordenação. Pode-se considerar que Rondon tirou os índios e o Brasil da periferia das cartas que produziu.

3.2 - Dois Candidos, duas histórias

Trabalho as diferenças nas interpretações cartográficas do Mato Grosso com base em mapas produzidos por dois Candidos, Mendes e Rondon. Antes da mais nada, gostaria de contextualizar os meios que foram utilizados para veicular essas imagens de Brasil. O *Atlas do Império do Brazil*, de Candido Mendes, era um atlas escolar, trazia informações para serem usadas pelos filhos da elite política e econômica. Já a *Carta Schematica do Estado de Mato Grosso e Regiões Circunvizinhas*, apresentado ao público na exposição comemorativa do centenário da Independência, realizada na capital federal da época (o Rio de Janeiro) entre 7 de setembro de 1922 e 23 de março de 1923, era um mapa que tinha, entre outras funções, apresentar uma sinopse dos trabalhos realizados pela Comissão Rondon. Pensando outros aspectos dessas duas representações, elas foram criadas em momentos históricos diferentes e destinadas a empregos distintos: uma queria mostrar o Império e outra, a República.

O Atlas de Candido Mendes auxiliou na afirmação do Estado nacional durante o século XIX. Como apresentado no frontispício da obra, o autor dedica “a sua Majestade o senhor D. Pedro II” e a destina “à instrução publica no imperio com especialidade à dos alunos do Imperial Collegio de Pedro II”. Observando essas palavras e fazendo uma correlação com o que Knauss descreve sobre esse livro, que ainda serviu como modelo e continuou sendo usado por várias escolas no período republicano, “mapas do Brasil se definiram como emblemas da afirmação da identidade nacional” (KNAUSS, 2010: 65). A obra, porém, privilegiava os alunos do Colégio Pedro II, ou seja, tinha como objetivo formar os filhos da elite do então município neutro, como o Rio de Janeiro era chamado na época e como também é representado no atlas. Citando Benedict Anderson, Knauss indica que o trabalho de Candido Mendes possui características de formação de cidadania justamente por ser um atlas escolar (KNAUSS, 2010: 11). Acredito ser necessário compreender como Benedict Anderson formalizou suas ideias sobre a função do mapa na formação da nação. A comercialização dos mapas ajudou a construir a noção de alargamento de patrimônio na Europa (BORGES, 2006: 370), no sentido da compreensão de um desenho como algo em que nos reconhecemos. O que Anderson apresenta em seu livro clássico *Comunidades imaginadas* com relação ao mapa é uma totalidade capaz de ser reproduzida ao infinito, pelas novas técnicas de impressão, dentro de um estado colonial. Ele traz a ideia do “mapa-come-logo”, uma representação na qual uma comunidade imaginada pode se inserir e se reconhecer como pertencente. Não há, nesse conceito de Anderson, a obrigatoriedade de se mostrar montanhas, rios ou outros acidentes geográficos, mas delimitar um território que poderia muito bem estar pintado de rosa, azul ou verde e amarelo. Sobre a afirmação do estado nacional, o mapa de Candido Mendes, como já dito, foi feito para ser usado pelas elites, que não reconheciam o índio como parte integrante do Brasil, mas como um mito fundador há muito superado. Já a carta de Rondon tinha o intuito de identificar e incluir os índios dentro de um espaço geográfico, de forma explícita e figurativa.

Maria Elisa Borges (2006) compreende que um atlas, por possuir texto, parte da lógica de catalogação de uma enciclopédia, que cria uma unidade entre partes supostamente dispares. Coadunando-se com Tucci e Knauss, também compreende que este tipo de obra constrói uma narrativa, na qual o presente explica o passado e indica o futuro. E, portanto, atua como um lugar de memória (BORGES, 2006: 370). Mas como observado pelo próprio

Pierre Nora (1993), os lugares de memória são artificiais e concebidos para transmitir uma mensagem específica de passado. Nenhuma imagem é inócua, pois sempre traz consigo um subtexto que é operado pelo autor (BENJAMIN, 1992). Voltando ao pensamento de Borges, compreende-se que há uma intenção no que é apresentado em um atlas:

[...] organizadores jogavam com a balança lembrar/esquecer para que os mapas cumprissem suas funções sociopolíticas e culturais. Recursos textuais, visuais e estatísticos, já devidamente assentados na cultura de seus consumidores, eram reunidos com a finalidade de fazer dos mapas um lugar de celebração de determinados fatos e da ordenação dos espaços segundo uma perspectiva temporal e funcional (BORGES, 2006: 370).

O que é importante perceber nessa citação é a recepção dos leitores desse atlas. A escola auxilia na compreensão dos signos cartográficos, e isso auxilia na força de uma comunidade imaginada de cima para baixo. Como também observado por Anderson (2008), o ensino da cartografia ajuda na visão espacial e imaginária da elite sobre o território que domina.

Retomando a questão sobre a influência do trabalho do autor de um mapa em sua obra, é bom lembrar que Candido Mendes foi professor de história, deputado geral (com cinco mandatos), senador pelo Maranhão e advogado. A biografia do homem se mostra um pouco no que ele quer destacar no Atlas, ele conhecia a força de um discurso histórico como ferramenta para a criação de uma nação e, ao ressaltar determinados fatos e dar menos ênfase a outros, pôde elaborar uma história que forneceu uma identidade para o leitor. A participação política pode ser compreendida ao mostrar o Brasil em suas divisões Administrativa, Eclesiástica, Eleitoral e Judiciária. A título de curiosidade, Candido Mendes também se dirige a outros leitores, os do poder legislativo, com a introdução da província de Pinsônia, que ganharia esse nome devido ao suposto desbravador da costa norte brasileira, o espanhol Vicente Pinzon (1462-1514). Na realidade, ele antecipou o segundo desmembramento da província do Grão-Pará, que só ocorreu em 1943, com a criação do Território Federal do Amapá.

Pela biografia de Candido Rondon, o destaque que é dado e a história contada em sua *Carta Schematica* são outros. O fato de ser engenheiro militar, explorador e positivista de carteirinha faz com que seu mapa mostre o que realmente havia no interior do Mato Grosso. Não há divisões eclesiásticas, visto que esta carta estava a serviço de um governo republicano, que separou Igreja e Estado. É importante ressaltar que o positivismo, como “religião da humanidade”, prega como seu primeiro dogma o desapego total ao sobrenatural. A mensagem que se quer passar é de um Brasil que se conhece de forma científica. A história por trás da imagem é de conhecimento, tomada e ocupação de território.

Tanto um atlas quanto um mapa devem ser compreendidos como uma forma de comunicação visual e textual, gostaria, então, de me deter na legenda destas duas imagens e nas informações que passam aos seus leitores. É neste ponto que se pode observar melhor a intenção do autor, e de que modo Mendes e Rondon usam essas legendas.

No *Atlas do Império do Brasil*, depois da listagem de fontes, Mendes discorre sobre as questões de divisas entre as províncias, as fronteiras internacionais e a história da ocupação do Mato Grosso. Obviamente, este último tópico só começa com a chegada dos colonos portugueses. O que é apresentado, com base nos relatos dos primeiros exploradores, é uma visão unilateral sobre o tema. Como exemplo do que surge em cada relato utilizado por Candido Mendes, pode-se ver como o colonizador português e o cidadão do Império brasileiro se relacionavam com as diversas etnias indígenas, pois o que temos no texto é também uma releitura de Mendes. O primeiro relato de viajantes é do explorador Aleixo Garcia (1526 ou 1527), que saiu de São Paulo para buscar riquezas no rio Paraguai: “Nessa exploração por Garcia, commandada, além de indigenas Carijós, e Guaranys do Paraguay, a quem convidou ou forçou a acompanha-lo na empresa, mui poucos portugueses” (MENDES, 1868: 31). O interessante dessa pequena história é que Aleixo Garcia não voltou para São Paulo, pois foi assassinado pelos companheiros, justamente os “Guaranys do Paraguay”. Os registros de viagens seguem invariavelmente uma mesma retórica, que pode ser compreendida nestes pequenos excertos: “Cidade ou antes a povoação de Xeres, destruída mais tarde pelos indígenas Mbiais ou Guaycurús (1580)”; “Tribus bellicosas”; “Caçadas de índios nas reduções Jesuíticas do Paraguay”; “Manoel Corrêa se internou no

sertão em 1670 assim como o primeiro Anhanguera”; “Índios carijós escravos”; Payaguás inimigos irreconciliáveis dos portugueses”; “ataques e desastres e mortes pelos índios”; “povoado por tribus bellicosas não convida ao estabelecimento dos Colonos” (MENDES, 1868: 31).

Contudo, mais adiante Mendes segue o discurso oficial do indianismo romântico, como foi visto no primeiro capítulo. Neste sentido, ele comenta os exemplos dados como erros dos nossos antepassados, as hecatombes de indígenas. O índio é visto como o mito fundador que, mesclado com o português, resultou na população brasileira. Isso é uma forma de enaltecer o Império, nas palavras do próprio autor: “o grande Império Americano, a união brasileira” (MENDES, 1868: 32). Alinhando-se ainda mais à política de sua época, o autor do atlas enaltece o trabalho da catequese religiosa ao comentar como os jesuítas tiveram um bom resultado ao mostrar ao mundo “o que pode uma educação viril sob a base religiosa” (MENDES, 1868: 32). O medo de que os índios se virassem contra o país parecia ser real, e isso surge como uma desculpa para a catequese.

Já as legendas da *Carta Schematica* mostram o trabalho da Comissão como uma forma de estabelecimento de um Estado e institucionalização de um território pela República (RIBEIRO, 2005: 8), mas também pode-se pensar em uma mudança de consciência sobre a ocupação deste mesmo espaço. Entendo que o uso de mapas anteriores ainda era comum, mas o descobrimento desse território era a tônica, como é possível notar pelo desenvolvimento e evolução dos mapas copiados para os produzidos pela Comissão, que se encontram no Arquivo Histórico do Exército. A carta pode ser vista como etno-histórica, mas na realidade é a narração dos trabalhos da Comissão sobre o homem e o espaço. Ou seja, é a história da apropriação do território de um pelo outro. As terras habitadas pelos índios não são mais domínios de outra soberania, como visto em outros mapas e como comentado por Knauss (2010). Os índios são inseridos neste mapa como parte do Brasil.

Retomando o conceito de mapa-como-logo de Benedict Anderson (2008), a informação deve ser compreendida de imediato, pois o intuito de um logotipo é não deixar dúvidas sobre a informação passada. A *Carta Schematica*, no entanto, deve ser lida devagar, devido à quantidade de informação que possui. Os vinte tópicos da legenda, suas cores e

convenções se misturam de maneira que o observador deve parar para pensar e fazer um vai e vem entre texto e imagem para conseguir identificar tudo o que se passa na imagem. Deve-se ter em mente que os autores eram engenheiros e cartógrafos militares e não diagramadores e *designers*. Mais uma vez, observa-se a mão do autor na obra.

Curioso que o nome oficial da instituição chefiada por Rondon era, como aparece na carta, “Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas”. Porém, logo na primeira linha da legenda lê-se: “Linha telegráfica construída pela Comissão Rondon”. Acredito que se trate de agilizar a compreensão do público e economizar espaço.

Passando para a questão histórica, é importante observar essa legenda: “Época e sentido das explorações (por terra, por água)”. Três comissões são mais importantes, e as setas indicam o sentido dos trabalhos realizados sempre a partir de Cuiabá, a capital do estado. Devem se notar as direções seguidas pelas expedições: entre 1890 e 1900, a Comissão Construtora de Linhas Telegráficas de Cuiabá ao Araguaia, chefiada pelo major Antônio Ernesto Gomes Carneiro, segue o rumo leste; as explorações entre 1900 e 1906, realizadas pela Comissão Construtora de Linhas Telegráficas no Estado de Mato Grosso, seguem rumo sudoeste em direção ao Paraguai; e a que realmente deu projeção aos trabalhos rondonianos, a Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas, segue rumo noroeste.

Creio ser interessante trabalhar alguns conceitos que podem ser encontrados nesta carta: descoberta, conquista, pacificação e desterritorialização. Todos são importantes para a época e para a desejada integração nacional.

Antonio Carlos de Souza Lima (1995) vê a diferença entre conquista e descoberta na forma como cada empreitada lida com as populações com as quais se depara. Os conquistadores enfrentam as populações a fim de dar respostas adequadas para a obtenção dos fins pretendidos, enquanto os descobridores se interessam pelos espaços a serem mapeados, e o encontro com novas populações não é o centro da empresa. O autor mostra que a conquista é, em menor parte, transformar o nativo, fazê-lo pertencer a outra identidade social, mesmo que esta seja composta de diversas outras que não se mostram à primeira vista. Como Lima interpreta o trabalho de Rondon como guerra de conquista, deve-se perceber que uma das finalidades desse esforço é o butim. O que ele chama de *guerra de conquista* deve ser

compreendido com relação às alianças e fusões dos povos nativos (quer sejam etnicamente diferentes ou tenham inimizades entre si) ao conquistador para que aumentem as forças deste (LIMA, 1995: 52).

A conquista implica em fixação de parte do povo conquistador nos territórios adquiridos [...] Este processo se amplia após a vitória militar [...] Envolve o desdobramento da organização militar [...] em uma dada forma de administração [...] e a transmissão de alguns elementos culturais e valores principais do invasor capazes de, por sua presença, definirem o pertencimento dos ocupantes daquele território a uma totalidade social mais inclusiva e com maior dependência funcional entre as partes, signos e valores [...] seria realizada através de instituições concebidas para esse fim (LIMA, 1995: 52-53).

Seguindo essa linha de pensamento, a desterritorialização do índio dentro da *Carta Schematica* surge nos núcleos indígenas, já a ideia original da Proteção Fraternal era reunir as diversas tribos em núcleos. O que se tem neste momento é o trabalho conforme apresentado por Lima (1995); o butim da guerra de conquista era a terra. O índio seria retirado de onde vivia anteriormente e realocado em terras reservadas especialmente para ele. No entanto, o que Rondon apresenta em outros textos era que estes seriam levados a terras mais férteis, já que estavam sendo integrados à civilização brasileira. Nessa mudança de terras há ainda uma questão de fronteiras identitárias e espaciais que pode ser vista na citação do cacique pareci Tôlôiri (conhecido pelo nome em português de Matias), em resposta à indagação de Rondon se trocava suas terras por outras, mais ricas, com grande número de seringais e solo melhor:

Não saio do rio Verde. Gosto do Chapadão onde Camaicôrê caçava veado, caçava ema. Olho para esse campo e fico saudoso. Não quero ser seringueiro. Fico poaieiro mesmo. Dizia o amúri. Dizia que as terras deles iam desde as cabeceiras do Júba até o Papagaio, que ele considerava – ‘seu marco’ (RONDON, 1947: 37).

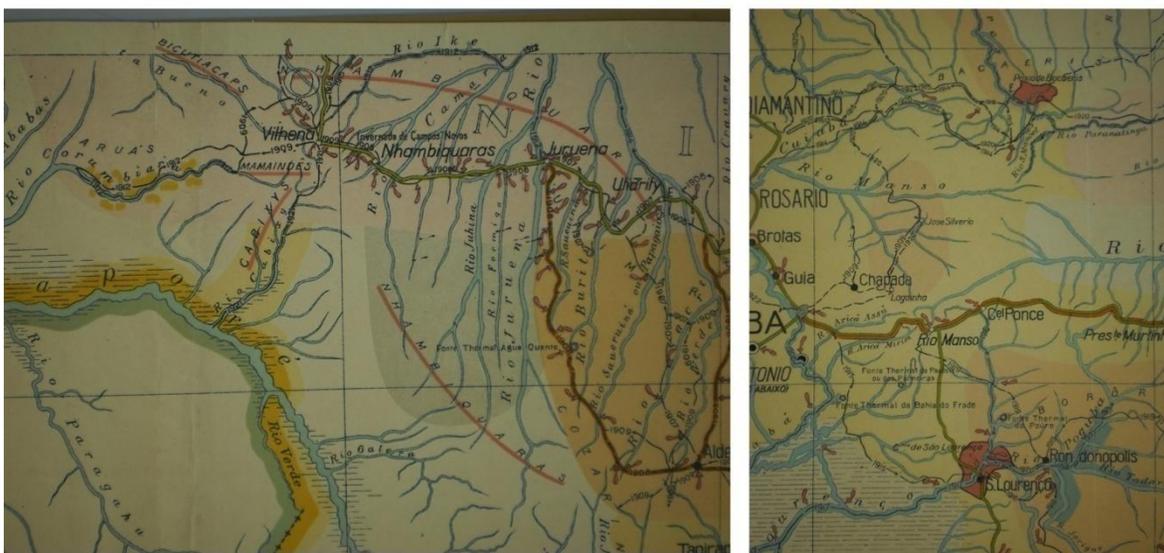
Ainda sobre a desterritorialização, e entrando na autodeterminação dos índios, Lima (1995: 121) apresenta uma questão bastante interessante ao indicar que a retórica rondoniana de

não intervenção e respeito pela família indígena, pelos seus usos e costumes se mostra anterior às concepções atuais sobre autodeterminação dos povos e respeito pela diferença étnica. Porém, o autor também salienta que Rondon queria, na realidade, trazer estes povos para o seio da pátria e não deixá-los autodeterminados. Parece conflitante, mas não é se pensarmos que os positivistas acreditavam que os índios sairiam do estado fetichista e um dia chegariam ao estado positivo. Seriam autodeterminados quando atingissem este último estágio.

Já a pacificação não é apenas com relação ao índio que não tinha contato com a civilização, mas também com relação ao território. O primeiro contato com diversas etnias e o mapeamento do espaço demarcam quem está dentro e quem está fora do Brasil. Ao lado dos relatórios e matérias jornalísticas, essa demarcação coloca as práticas e saberes indígenas dentro de comunidade brasileira que se imaginava. Considero que, ao esquadrihar a terra e informar quais tribos estavam em que parte deste espaço cientificamente delimitado e, como dito no capítulo anterior, ao chamá-los de “brasileiros indígenas”, a Comissão inseriu estas etnias na identidade brasileira. Acredito que essa visão do que é nacional é reforçada pela expressão “Guaranys do Paraguay”, encontrada nos textos jornalísticos e na legenda do Atlas de Candido Mendes. Mesmo que sejam usadas de forma pejorativa, tais palavras denotam limites identitários e espaciais.

Creio ser interessante retornar ao conceito de semióforo, elaborado por Marilena Chauí (2002), no qual o Brasil se transforma no símbolo máximo de que saem todos os outros confeccionados pelo Estado, que tem a preponderância sobre o patrimônio nacional (histórico-geográfico e artístico). O trabalho da Comissão Rondon é um esforço oficial de reconhecimento e, sob este aspecto, as legendas dão visão do que e de quem aflora no Brasil, como, por exemplo: os Nhambiquara são os “Índios que foram pacificados pela Comissão Rondon”; os Parintintin são os “Índios em via de pacificação”; os Bacarei são os “Índios mansos em contacto com a Comissão”; a parte em rosa é a “Região selvagem descoberta e estudada pela Comissão Rondon”; e a parte marrom claro é a “Região semi-selvagem na qual a Comissão Rondon também realizou os primeiros levantamentos

geográficos”.



Detalhe da Carta Schematica do Matto Grosso (Acervo: Arquivo Histórico do Exército, RJ).

A correspondência entre relatório e mapa é boa para se perceber como diversas etnias são distintas entre si e, ao mesmo tempo, brasileiras. A título de amostra, comentarei rapidamente dois relatórios escritos por figuras de peso da Comissão Rondon: o próprio chefe da empreitada e o capitão Amilcar Botelho de Magalhães.

O primeiro relatório é intitulado *História natural: índios Ariti (Pareci) e Nhambiquara Etnografia* (1947) e indica para a população brasileira que o encontro entre a Comissão Rondon e os Pareci se deu pela primeira vez em 1907, quando do início das explorações para o traçado da linha telegráfica que ligaria Cuiabá a Santo Antônio do Madeira (a futura cidade de Porto Velho, RO). Na época, os Pareci habitavam a Chapada dos Parecis e se subdividiam em três grupos: os Caxiniti, na parte oriental; os Uaimare, na parte central; e os Cozarini, na parte ocidental. Essa informação complementa a *Carta Schematica* e mostra a diversidade dentro de uma mesma etnia. Rondon coletou algumas lendas dessa tribo, e um desses relatos é curioso por trazer um episódio que vejo como outra forma de mostrar o índio ao cidadão do Rio de Janeiro. Contudo, como observado pelos pesquisadores Vich e Zavala (2004: 18), uma narrativa de vida ou lenda primordial é uma construção política, baseada nos jogos de forças e tensões entre o falante e o ouvinte. Utilizando-se desse jogo de forças, os Pareci incorporaram “elementos” do colonizador branco (destacados por mim

na citação a seguir) ao articularem o mito de criação com a chegada do “não índio” e o modificarem para atender a necessidade de adaptação. Essa lenda foi contada pelo cacique dos Pareci Uaimare, Coluizorocê (conhecido pelo nome em português de Libânio, o mesmo que foi condecorado pelo presidente Nilo Peçanha), ao próprio Rondon (1947: 40), que a apresenta de forma traduzida e resumida:

Enorê, o ente supremo, apareceu em Atiu – (rio Sacuriu-iná) – [...] Enorê chamou Zalúie e perguntou-lhe se queria ficar com espingardas, bois, cavalos, etc. ou si preferia as flechas, os arcos, etc. Zalúie respondeu que não queria espingarda, porque é pesada, nem bois e cavalos porque esses animais sujam muito o terreiro das casas. Aceitou as flechas e outros utensílios selvagens que Enorê lhe ofereceu. Então foi perguntado a Camaicorê si êle queria o que Zalúie tinha recusado. Camaicorê respondeu afirmativamente, ficando com tudo quanto hoje têm os brancos. Enorê acrescentou que Camaicorê faria assim a felicidade dos filhos. Levou-o ao Haloliaquí – (cabeceira do rio Jauru) onde fez a primeira casa de pedra que lá ainda existe – (?) – e onde lhe mostrou o boi e o cavalo, também gravados em pedra como estão lá (?).

Como observado por inúmeros pesquisadores, a identidade é uma construção sempre reorganizada com base na natureza das relações sociais – intragrupo e extragrupo. Entendo que Sabine Dedenbach-Salazar Saens (2012), em suas pesquisas sobre a mito-história do povo Chipaya da Bolívia, expõe tais considerações de forma perspicaz. Ela considera que a narrativa de eventos do passado é relevante ou crucial para criação, explicação, formação ou conservação da identidade de um grupo étnico e sua concepção social. Considera-se ser verdade, ter autoridade e legitimidade e, por isso mesmo, deve ser adaptada às novas circunstâncias. Ou seja, compreendo que há uma necessidade de uma explicação mítica para cada novo evento ou experiência dentro de um grupo. Sob esse aspecto, acredito que o índio queria se mostrar integrado ao branco. E, como posto por Ortiz (2010), penso que, ao incluir essa lenda no relatório, Rondon queria integrar o branco ao índio.

Botelho de Magalhães, por sua vez, em seu relatório da Expedição Roosevelt-Rondon, (1916), mostra a transformação da região ao comentar sobre as pequenas roças que já eram

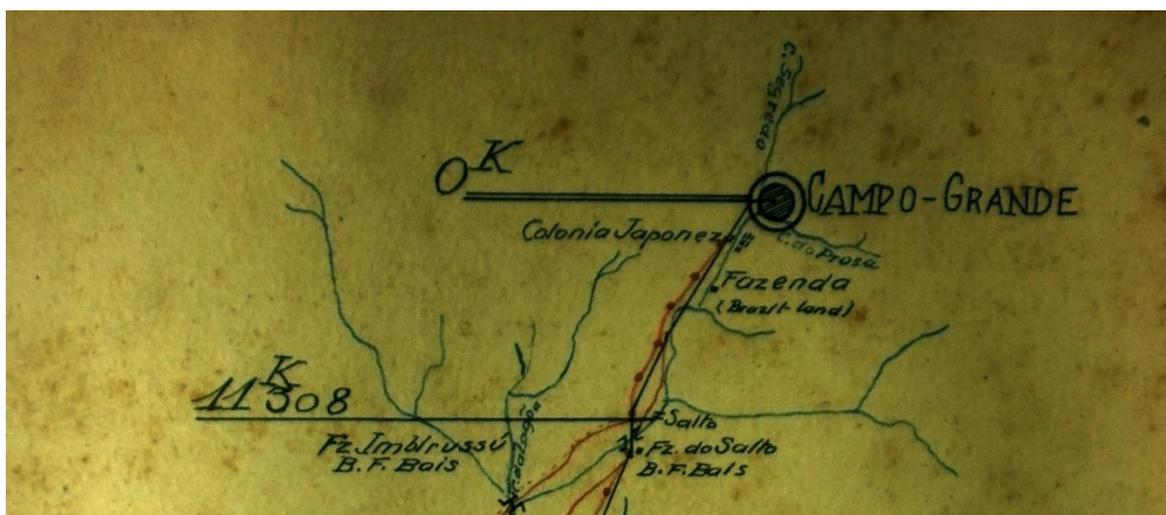
cultivadas nas proximidades das aldeias indígenas e vilas. O militar considera que há uma “espécie de transição entre a civilização das cidades e a selvageria do sertão bruto” (MAGALHÃES, 1916: 79). Os relatórios de militares e civis expressam para a população urbana a conversão de um território de semicivilizado, selvagem, para habitável. No capítulo VII, intitulado “Ligeira notícia sobre os índios da zona percorrida”, vê-se os anteriormente temidos Nhambiquara como pessoas inteligentes que conseguem compreender as cartas que lhes são apresentadas e que desenham mapas simplificados na areia. Outra informação é o espaço que ocupam dentro do Brasil, descoberto e conquistado pela Comissão, entre o vale do rio Papagaio e a estação telegráfica de José Bonifácio (MAGALHÃES, 1916: 78). Já o caboclo é visto pelo autor de forma ambígua, pois parecia não compreender tão bem o mapa quanto o Nhambiquara, mas é exaltado como “tipo genuinamente nacional” (MAGALHÃES, 1916: 60) e dedicado ao trabalho.

Retomando a cartografia elaborada pela Comissão, entendo que as informações dadas na *Carta Schematica* pouco mostram o trabalho de geógrafos anteriores, mas minhas pesquisas no Arquivo Histórico do Exército me permitiram ver a diferença entre os mapas de estudo e os apresentados ao público. Isso significa que algumas informações podem ser retiradas conforme a vontade do autor. Penso que, para terminar esta parte da dissertação, duas cartas exemplificam a distinção entre o rascunho e o texto final.

Na carta *Município de Mato Grosso*, de 1939, que é um extrato da futura *Carta do Estado do Mato Grosso e Regiões Circunvizinhas*, lê-se abaixo do título que a organização realizou múltiplos trabalhos de campo entre 1890 e 1930 e que esta é elaborada com documentação impressa e inédita proveniente de diversas fontes. Mas o que chama atenção está na legenda sobre as montanhas, que se divide em três: as que foram estudadas pela Comissão, as que não foram estudadas pela mesma empresa, e as que foram inseridas com base em informações de outras cartas ou de viajantes. Rondon confessa que também elabora seus mapas com uso de informações de terceiros. O que não foi visto na *Carta Schematica*, apresentada ao digníssimo público da Exposição do Centenário da Independência, em 1922. Em outra parte da legenda, esta carta introduz a noção da divisão entre as moradas indígenas e caboclas, com aldeia, barracão, barraca, maloca, tapera, tapiri de índio. Isso

mostra que, diferente da *Carta Schematica*, aqui o espaço foi preenchido pelos seus habitantes originais.

Já na *Planta de Trabalhos Executados entre Campo Grande e Ponta Porã...*, executado pela Comissão de Linhas Telegráficas do Mato Grosso ao Amazonas, não há legendas. O que se lê, na planta em si, são os acidentes geográficos e a ocupação da região que margeia a linha telegráfica. De quilômetro em quilômetro, têm-se os povoados e estações telegráficas. Até onde pude ver, não há aldeias ou taperas, e a população que ocupa esse território é outra: a colônia japonesa e as muitas fazendas de propriedade da empresa americana Brasil Land and Cattle Co., que não são mostradas em outros mapas.



Detalhe da Planta de Trabalhos Executados entre Campo Grande e Ponta Porã
(Acervo: Arquivo Histórico do exército, RJ).

Para finalizar, gostaria de voltar à pergunta feita no primeiro parágrafo deste capítulo: por que os mapas não são iguais se representam o mesmo espaço? A resposta é agora diferente: houve modificação e ampliação na interpretação de um espaço geográfico.

Considerações finais

Conforme ponderado por toda a dissertação, penso que relatórios e matérias jornalísticas trabalharam em conjunto com fotos, filmes e mapas produzidos pela Comissão Rondon para a inserção do índio na identidade brasileira. Não busquei estudar as profundas relações entre a Comissão Rondon e o Estado brasileiro ou as dos diversos membros desta empresa entre si, mas as relações entre a Comissão e a população urbana, notadamente a carioca.

Em consonância com Halbwachs (2006), que observou que o que entendemos como memória é uma ligação e projeção do coletivo sobre o individual, Ortiz (2010) esclarece que a memória nacional/ideologia é o trabalho da mediação de intelectuais atuando em comunhão, direta ou indireta, com o Estado. No caso da Comissão Rondon, essa relação era a mais direta possível, visto que esta era a empresa oficial que ligou, pelo fio telegráfico, as regiões Norte e Centro-Oeste ao Rio de Janeiro, capital federal. Mas, como foi apresentado na introdução, essa conexão elaborada por Rondon era maior do que apenas espacial. Seguindo a linha guia da integração nacional, aqueles locais e suas populações deveriam ser incorporados ao Brasil. Esse país que ansiava por ser moderno precisava romper com tradições anteriores a ele; o que quero dizer é que o governo republicano não pretendia criar tradições diferentes para poder explicar-se à população. Carecia a ele conhecer-se.

Como é possível um país se conhecer? Ainda seguindo as ideias de Ortiz (2010), a exploração científica do território foi a alternativa escolhida. Como mostrado ao longo da dissertação, as operações da Comissão Rondon podem ser definidas como tentaculares. As inúmeras expedições de reconhecimento, localização de coordenadas geográficas, o contato com nações indígenas, entre outras coisas foram a maneira de saber o que havia no interior, considerado até aquele momento como região de doenças, canibalismo e atraso.

Acredito que é importante retomar o conceito do semióforo, como apresentado por Marilena Chauí (2002), para observar melhor o trabalho da Comissão Rondon. A filósofa afirma que o Brasil é um emblema, um símbolo, que produz muitos outros. Acredito que a língua portuguesa é um destes símbolos que emergem do primeiro. Ainda que tenha permanecido na tática do glotocídio, tônica dos períodos colonial, imperial e republicano, a Comissão apresentou narrativas míticas e práticas indígenas em português e mostrou que

diversas tribos poderiam trabalhar como guarda-fios e telegrafistas, e que usariam a língua portuguesa para desempenhar tais serviços. A intenção era aproximá-las do Brasil moderno que se desejava. Levando em conta que a ideia de modernização traz consigo a ideia de ocidentalização, e que esta não se realiza com o predomínio de uma cultura única, mas com a simbiose entre manifestações culturais distintas. Ainda assim, a comunicação deveria ser efetuada em uma língua única, neste caso, o português. Embora não tenha me aprofundado nas relações entre esta língua e as línguas indígenas, acredito que a Comissão Rondon conseguiu dar uma visão de como o país poderia ser diverso e uno ao mesmo tempo, ao apresentar ao público variações dialetais do português, a pluralidade de identidades e costumes entre as diversas etnias com quem manteve contato.

Penso que matérias jornalísticas e mapas possuem força especial sobre o aspecto da pluralidade de identidades e de etnias, pois apresentaram essa diversidade à população da capital federal. Por meio dos textos, a Comissão rompeu com o paradigma do indianismo romântico, o índio primitivo e genérico, elaborado no século XIX. Como visto no decorrer da dissertação, esse rompimento se deu de forma lenta, e sua elaboração deve ser compreendida como a luta discursiva entre o poder das elites intelectuais e o contrapoder exercido por Rondon e seus colaboradores, conforme explicitados por Van Dijk (2010). Já o mapa, por também ser uma forma de comunicação, possui uma lógica própria que deve ser levada em conta, embora simbolize uma ruptura mais aguda. Creio que essas duas formas de representação devem ser esmiuçadas sob o relevo da pessoa de Candido Rondon.

Nos jornais, a figura de Rondon era enaltecida, e seu serviço, reverenciado. A primeira imagem transmitida era a da bravura de explorador dos sertões, pacificador de índios e patriota abnegado. Percebi que, com o passar do tempo, principalmente entre 1910 e 1922, ocorreu uma mudança na ênfase dos trabalhos e das reportagens, das linhas telegráficas para a proteção aos índios. Isso se deve em muito ao fato de os trabalhos de instalação das linhas telegráficas terem chegado ao fim e ao advento do telégrafo sem fio, que acabou com a necessidade de manutenção constante dessas mesmas linhas. Ainda assim, as relações políticas entre Rondon e o governo tinham importância devido ao problema de orçamento da Velha República. O Serviço de Proteção aos Índios não era prioridade orçamentária, mas, pelo que notei durante a pesquisa, a ocupação e o conhecimento do Estado do Mato

Grosso eram. Por tal motivo, havia a necessidade de permanecer na mídia, retratando os índios como brasileiros que fazem parte dessa ideia de nação. Isso é percebido na cobertura da viagem de Roosevelt ao Brasil e na influência dos colaboradores diretos e indiretos em periódicos importantes como o *Jornal do Commercio* e *Correio da Manhã*.

Já o mapa é um discurso de outro estilo. Trabalhei o mapeamento como polissêmico, pois ele é a narração da tomada de território e do descobrimento de pessoas. No capítulo sobre os mapas, apresentei que o índio foi inserido no território brasileiro e como isso se deu. A imagem cartográfica transmite a ideologia do seu autor. Candido Mendes retrata o índio romântico, mito fundador de uma nação baseada na figura do imperador. Rondon, por sua vez, apresenta ao seu leitor em que lugar os diversos “brasileiros indígenas” se encontravam dentro das fronteiras de uma república. Neste sentido, entendo que esse discurso cartográfico não se mostra como um contrapoder, que funciona dentro de limites estabelecidos por outros, mas como uma afirmação. Ainda que as explorações fossem exaltadas, com setas indicativas dos mais de vinte anos de trabalho, a diversidade étnica é uma tônica. Voltando ao conceito de comunidade imaginada e do mapa-como-logo, o índio foi colocado dentro do Brasil por força da mediação do que se queria nacional. Mesmo que não se considerasse uma camaradagem horizontal, mas uma imposição vertical, as fronteiras internacionais demarcam o que e quem é brasileiro.

Rondon conseguiu a mudança de mentalidade com relação ao índio, ainda que existam críticas à forma como ele se relacionava com os índios e como queria que a sociedade também o fizesse. Coletou e transcreveu lendas e práticas da região do Mato Grosso, realizou o colecionamento e a exposição de informações e objetos, e creio que o reconhecimento e o esclarecimento sobre a população e a terra é uma formação de patrimônio. Como interpretado por José Reginaldo Gonçalves (2009), o patrimônio é uma apropriação e demonstração de poder sobre o outro, mas visto em perspectiva com o mapa e com o texto, que indicam quem faz parte dessa comunidade imaginada, essa apropriação torna-se aceitação do que é do outro como sendo parte de algo maior, do emblema Brasil.

Analisando patrimônio e identidade juntos, e levando em conta o que foi explicitado sobre o primeiro, a identidade também se forma na diferença. A construção identitária baseia-se

no que se quer projetar para si e como quer ser compreendido pelo outro. O que quero dizer é que podemos nos identificar pela visão que o outro tem de nós. Sob este ângulo, a Expedição Roosevelt-Rondon teve duas características principais: gerar mídia para a Comissão e para o Brasil no exterior e obter o reconhecimento internacional da construção da identidade planejada.

Referências bibliográficas

Imagens:

MEIRELLES, Victor. Moema. 1866. 1 Óleo sobre tela 129 × 190 cm. Disponível em: < http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/f/f9/Vitor_meirelles_-_moema02.jpg >. Acessado em: 21 jan. 2011.

AMOEDO, Rodolfo de. MARABÁ. 1882. 1 Óleo sobre tela, 151,1 x 200,5 cm. Disponível em: < http://www.dezenovevinte.net/obras/ra_indianismo.htm >. Acessado em: 21 jan. 2011.

REIS, Luiz Thomas. Índios Nhambiquara. 1 fotografia. *Álbum Comissão Rondon. Linhas Telegráficas estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas. Photographias de construção, expedições e explorações desde 1900 a 1922*. V.1.

PARRIBA, 1 fotografia, *Conferências realizadas nos dias 5, 7 e 8 de outubro de 1915, pelo Cel. Candido Mariano da Silva Rondon no teatro Fênix do Rio de Janeiro sobre os trabalhos Expedição Roosevelt e da Comissão Telegráfica*. Publicação nº 42. CNPI: Rio de Janeiro, 1916.

Periódicos:

A Rua

RIO, João do. A lição do índio nu, coluna O instante. *A Rua*, Rio de Janeiro, 18 out. 1915. p. 1.

Correio da Manhã

A EXPEDIÇÃO Roosevelt-Rondon – os incidentes da longa travessia dos sertões brasileiros. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 30 abr. 1914. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1914_05544.pdf>. Acessado em: 21 mar. 2012.

A PROTECÇÃO aos selvicolas. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 20 ago. 1915. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1915_06021.pdf>. Acessado em: 21 mar. 2012.

A TRIBU araras ataca uma expedição militar. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 25 ago. 1915. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1915_06026.pdf>. Acessado em: 21 mar. 2012.

A VIAGEM do sr. Theodor Roosevelt á Argentina. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 16 abr. 1914. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1914_05530.pdf>. Acessado em: 21 mar. 2012.

COMISSÃO Rondon – está conseguida a pacificação dos parintintins. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 29 ago. 1915. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1915_06030.pdf>. Acessado em: 21 mar. 2012.

CORONEL Rondon chega hoje. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 20 out. 1913. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1913_05377.pdf>. Acessado em: 21 mar. 2012.

MAIS um artigo do sr. Roosevelt sobre a sua excursão. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 25 abr. 1914. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1914_05539.pdf>. Acessado em: 21 mar. 2012.

O CORONEL Roosevelt sabedor que o “evinrude” – anúncio. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 20 out. 1913. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1913_05377.pdf>. Acessado em: 21 mar. 2012.

O QUE Roosevelt pensa do Rio de Janeiro (tradução de artigo publicado na revista norte-americana “Outlook”). *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 21 jan. 1914. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1914_05470.pdf>. Acessado em: 21 mar. 2012.

O RIO da Dúvida, ou Roosevelt, não será o Arypuanã. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 17 maio 1914. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1914_05561.pdf>. Acessado em: 21 mar. 2012.

OS DEVOTADOS catechistas do Brasil – Chegou hontem o Coronel Candido Rondon. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 23 abr. 1915. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1915_05902.pdf>. Acessado em: 21 mar. 2012.

SEM TÍTULO. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 25 jan. 1914. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1914_05474.pdf>. Acessado em: 21 mar. 2012.

UMA DAS victimas do sr. Hermes regressa – chegou hontem, no ‘Itassucê’, de Matto-Grosso, o major Paulo de Oliveira. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 23 abr. 1915. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1915_05902.pdf>. Acessado em: 21 mar. 2012.

UMA EXPOSIÇÃO do pintor Boscagli. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 3 out. 1915. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1915_06065.pdf>. Acessado em: 21 mar. 2012.

O Paiz

LOPES, Oscar. coluna A Semana. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 19 set. 1913. p. 1.

O GRANDE Americano. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 21 out. 1913. p. 1.

ROOSEVELT a sua próxima chegada a esta capital. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 17 out. 1913. p. 1.

The New York Times

COLONEL plans river hunt. *The New York Times*, Nova York, 10 jan. 1914. Disponível em:

<<http://query.nytimes.com/gst/abstract.html?res=9804E2DD1730E733A25753C1A9679C946596D6CF&ref=theodoreroosevelt>>. Acessado em: 7 jun. 2011.

MESSAGE from Anthony Fiala to the Times chronicles Accident, *The New York Times*, Nova York, 23 mar. 1914. Disponível em:

<<http://query.nytimes.com/gst/abstract.html?res=9F0DE3D71730E733A25750C2A9659C946596D6CF&ref=theodoreroosevelt>>. Acessado em: 7 jun. 2011.

NOT critic of Roosevelt, *The New York Times*, Nova York, 11 mar. 1914. Disponível em:

<<http://query.nytimes.com/gst/abstract.html?res=9401EFDD163AE633A25752C1A9659C946596D6CF&ref=theodoreroosevelt>>. Acessado em: 7 jun. 2011.

RIO fears from Roosevelt. *The New York Times*, Nova York, 28 mar. 1914. Disponível em:

<<http://query.nytimes.com/gst/abstract.html?res=9C01E7DA1E39E633A2575BC2A9659C946596D6CF&ref=theodoreroosevelt>>. Acessado em: 07 jun. 2011.

ROOSEVELT aided girls in distress. *The New York Times*, Nova York, 9 out. 1913.

Disponível em:

<<http://query.nytimes.com/gst/abstract.html?res=9D04EFD7133FE633A2575AC0A9679D946296D6CF&ref=theodoreroosevelt>>. Acessado em: 7 jun. 2011

ROOSEVELT finds new tribe. *The New York Times*, Nova York, 29 abr. 1914. Disponível em:

<<http://query.nytimes.com/gst/abstract.html?res=9C00E2D81E39E633A2575AC2A9629C946596D6CF&ref=theodoreroosevelt>>. Acessado em: 07 jun. 2011.

ROOSEVELT successful. *The New York Times*, Nova York, 23 dez. 1913. Disponível em:

<<http://query.nytimes.com/gst/abstract.html?res=9D04EFD7133FE633A2575AC0A9679D946296D6CF&ref=theodoreroosevelt>>. Acessado em: 7 jun. 2011.

ROOSEVELT'S Lecture, *The New York Times*, Nova York, 19 mar. 1914. Disponível em: <<http://query.nytimes.com/gst/abstract.html?res=9C07E4D71730E733A2575AC1A9659C946596D6CF&ref=theodoreroosevelt>>. Acessado em: 7 jun. 2011.

ROOSEVELT'S praise fires Brazilians. *The New York Times*, Nova York, 25 out. 1913. Disponível em: <http://topics.nytimes.com/top/reference/timestopics/people/r/theodore_roosevelt/index.html?offset=1710&s=oldest>. Acessado em: 7 jun. 2011.

SAW the Colonel's bill, *The New York Times*, Nova York, 14 mar. 1914. Disponível em: <<http://query.nytimes.com/gst/abstract.html?res=9B03E7DB133EE733A25757C1A9659C946596D6CF&ref=theodoreroosevelt>>. Acessado em: 7 jun. 2011.

SAYS Roosevelt shocked Brasil. *The New York Times*, Nova York, 4 mar. 1914. Disponível em: <<http://query.nytimes.com/gst/abstract.html?res=980DE1DD113FE633A25757C0A9659C946596D6CF&ref=theodoreroosevelt>>. Acessado em: 7 jun. 2011.

SEM TÍTULO, *The New York Times*, Nova York, 5 mar. 1914. Disponível em: <<http://query.nytimes.com/gst/abstract.html?res=9A01E4DD1E3AE733A25756C0A9659C946596D6CF&ref=theodoreroosevelt>>. Acessado em: 7 jun. 2011.

SKEPTICISM over Roosevelt River. *The New York Times*, Nova York, 7 mai. 1914. Disponível em: <<http://query.nytimes.com/gst/abstract.html?res=980DEEDD173AE633A25754C0A9639C946596D6CF&ref=theodoreroosevelt>>. Acessado em: 7 jun. 2011.

TRIP tired Roosevelt. *The New York Times*, Nova York, 28 mai. 1914. Disponível em: <<http://query.nytimes.com/gst/abstract.html?res=9A04E4D8173AE633A2575BC2A9639C946596D6CF&ref=theodoreroosevelt>>. Acessado em: 7 jun. 2011.

The Outlook

ROOSEVELT, Theodore. Rio de Janeiro, *The Outlook*, Nova York, 20 dez. 1913. p. 837-841. Disponível em: <<http://www.unz.org/Pub/Outlook-1913dec20-00837>>. Acessado em: 25 ago. 2012.

ROOSEVELT, Theodore. The Brazil and the Negro, *The Outlook*, Nova York, 2 fev. 1914. p. 409-411. Disponível em: <<http://www.unz.org/Pub/Outlook-1914feb21-00409>>. Acessado em: 25 ago. 2012.

Cartografia:

CARTA da Parte da Capitania de Mato Grosso e Goiás 1860, medindo 77,5 cm x 68,5 cm (Acervo: Arquivo Histórico do Exército).

CARTA Schematica do Estado de Mato Grosso e Regiões Circunvizinhas indicando os principais serviços realizados sob a direção do General Candido Mariano da Silva Rondon, 1890/1922, medindo 95,5 cm x 70 cm (Acervo: Arquivo Histórico do Exército).

ESTADO de Mato Grosso – Município de Mato Grosso (...) 1939, Cópia heliográfica, medindo 90 cm x 64 cm (Acervo: Arquivo Histórico do Exército).

GERMAN rule of Europe, 1941-1942. Disponível em: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Second_world_war_europe_1941-1942_map_en.png>. Acessado em: 11 dez. 2012.

MENDES, Candido. Atlas do Império do Brazil compreendendo as respectivas divisões Administrativas, Eclesiásticas e Judiciárias Elaborado por Candido Mendes de Almeida. Rio de Janeiro: Lithografia do Instituto Philomathico, 1868.

NIEMEYER, Conrado Jacob de. Carta corográfica do Império do Brazil, 1849. Disponível em: <http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/mais_info.php?idVerbete=1312&idMaisInfo=74>. Acessado em: 11 dez. 2012.

PLANTA de Trabalhos executados entre Campo Grande e Ponta Porã incluindo a linha telegráfica, estradas de rodagem e trilhas de auto, pela CLTEMTA, S/D, escala 1: 400.000, 52 cm x 68,5 cm (Acervo: Arquivo Histórico do Exército).

REIS, A. J. Planta da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1812. Disponível em: <<http://www.exposicoesvirtuais.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=212>>. Acessado em: 12 dez. 2012.

SECOND world war Europe, 1939. Disponível em:

<http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Second_world_war_europe_1939_map_de.png>. Acessado em: 11 dez. 2012.

SECOND world war Europe 1943-1945. Disponível em:

<http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Second_world_war_europe_1943-1945_map_de.png>. Acessado em: 11 dez. 2012.

Bibliografia:

AMADO, Gilberto. *Mocidade no Rio e primeira viagem à Europa*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1956.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas – reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDERSON, Paul S. *Princípios de cartografia básica*. Rio de Janeiro: FIBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1982.

BENJAMIN, Walter. Teses sobre filosofia da historia. In: KOTHE, Flávio R. (Org.) e FERNANDES, Florestan (Coord.). *Walter Benjamin*. São Paulo: Ática, 1985.

_____. A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica. In: _____. *Sobre arte, técnica, linguagem e política*. Lisboa: Relógio d'Água, 1992.

BIGIO, Elias dos Santos. *Cândido Rondon: a integração nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

BORGES, Maria Elisa Linhares. Atlas histórico: com eles também se escrevem memórias nacionais. In: DUTRA, Eliana de Freitas e MOLLIER, Jean-Yves (Orgs.). *Política, nação e edição*. O lugar dos impressos na construção da vida política. Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX. São Paulo: Annablume, 2006. p. 369-391.

BRANDÃO, Cristina de Jesus Botelho. *A cena do índio na TV*. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2011.

CHAGAS, Mário. Memória política e política de memória. In: ABREU, R. e CHAGAS, M. (Orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p. 136-170.

CHAUÍ, Marilena. *Brasil – mito fundador e sociedade autoritária*. Terceira edição. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Brasília: Edições do Senado Federal, v. 1, 2003.

ENCICLOPÉDIA de Artes Visuais Itaú Cultural. Disponível em <http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia_ic/index.cfm?fuseaction=artistas_biografia&cd_verbete=1943&lst_palavras=&cd_idioma=28555&cd_item=1> Acessado em: 10 ago. 2012.

ERTHAL, Regina M. de C. *Atrair e pacificar: a estratégia da conquista*. Dissertação (Mestrado) PPGAS – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1992.

FARIA, João Barbosa de. Zicunatí. *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 4, p. 271-273, 1924.

FREIRE, José R. Bessa. Nheengatu: a outra língua brasileira, In: Orlandi, Eni P. *História das ideias linguísticas*. Cáceres: Unemat, 2001.

_____ e MALHEIROS, Márcia Fernanda. *Aldeamentos indígenas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2010.

FRONTIN, Paulo de. Discurso de abertura da Sessão Magna do Quarto Centenário do Brasil no dia 4 de maio de 1900. In: Associação do Quarto Centenário do Descobrimento do Brasil. *Livro do Centenário (1500-1900)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1910, p. 187.

GAGLIARDI, José Mauro. *O indígena e a República*. São Paulo: Edusp/Hucitec, 1989.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, R. e CHAGAS, M. (Orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 25-33.

HALBWACHS, Maurice. Memória individual e memória coletiva. In: _____. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006. p. 29-70.

HOEHNE, Frederico Carlos. *Botânica: relatório apresentado ao Sr. Coronel de Engenharia Cândido Mariano da Silva Rondon*. Rio de Janeiro: Tipografia Leuzinger, 1914.

IANNI, Octavio. *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

IHERING, H. von. A questão dos indígenas no Brasil. *Revista do Museu Paulista*, n. 8, p. 112-140, 1908.

KNAUSS, Paulo; RICCI, Claudia e CHIAVARI, Maria Pace. *Brasil: uma cartografia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: _____. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 1990.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. *Um grande cerco de paz: poder tutelar e indianidade no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1995.

MACHADO, Maria Helena e HUBER, Sasha (Orgs.). *Rastros e raças de Louis Agassiz: fotografia, corpo e ciência, ontem e hoje*. São Paulo: Capacete. 2010.

MAGALHÃES, Amilcar A. B. de. *Relatório apresentado ao snr. coronel de engenharia Cândido Mariano da Silva Rondon*. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Commercio, 1916.

_____. *Impressões da Comissão Rondon*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1942.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2010.

POMIAN, Krysztof. Memória. In: *Enciclopédia Einaudi*, v. 42. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2000. p. 507-516

_____. Coleção. In: *Enciclopédia Einaudi*, v. 1 (Memória-História). Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984. p. 51-86.

REIS, Luiz Thomaz. *Relatório da Comissão de Linhas Telegráficas do Mato Grosso ao Amazonas de 1916: assuntos relativos ao serviço de cinematografia e fotografia*. (Microfilme), 1917.

RIBEIRO, Alípio de Miranda. *Expedição Científica Roosevelt-Rondon – Relatório de História Natural: Zoologia*. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Commercio, 1914.

RIBEIRO, Rafael Winter. *A invenção da diversidade: construção do Estado e diversificação territorial no Brasil (1889-1930)*. Tese (Doutorado) – Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2005.

RONDON, Cândido Mariano da Silva. *Missão Rondon: Apontamentos realizados pela Comissão de Linhas Telegraphicas Estratégicas de Matto-Grosso ao Amazonas de 1907 a 1915*. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1916.

_____. *Conferências realizadas nos dias 5, 7 e 8 de outubro de 1915, pelo Cel. Candido Mariano da Silva Rondon no teatro Fênix do Rio de Janeiro sobre os trabalhos Expedição Roosevelt e da Comissão Telegráfica*. Publicação nº 42. CNPI: Rio de Janeiro, 1916.

_____. *História natural: índios Ariti (Pareci) e Nhambiquara*. Etnologia pelo coronel Cândido Mariano da Silva Rondon. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, 1947.

ROOSEVELT, Theodore. *Through the Brazilian Wilderness*. Nova York: Scribner, 1914.

SAENS, Sabine Dedenbach-Salazar. Construção de identidade étnica através das narrativas míticas: os Chipayas da Bolívia. Rio de Janeiro, 6 nov. 2012. Palestra proferida aos alunos do Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Romantismo tropical: A estetização da política e da cidadania numa instituição imperial brasileira. *Revista Penélope*, n. 23, p. 109-127. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2000.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

TACCA, Fernando de. *A imagética da Comissão Rondon*. São Paulo: Papyrus, 2001.

_____. Rituais e festas Bororo. A construção da imagem do índio como “selvagem” na Comissão Rondon. *Revista de Antropologia*, v. 45, n. 1, p. 187-219. São Paulo: USP, 2002.

_____. O índio na fotografia brasileira: incursões sobre a imagem e o meio. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 18, n.1, p. 191-223. Rio de Janeiro: Fiocruz, jan.-mar. 2011.

TREECE, David. *Exilados, aliados, rebeldes: O movimento indianista, a política indigenista e o Estado-nação imperial*. São Paulo: Nankin Editorial/Edusp, 2008.

TUCCI, Ugo. Atlas. In: *Enciclopédia Einaudi*, v. 42. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 2000, p. 130-158.

VAN DIJK, Teun A. *Discurso e poder*. São Paulo: Contexto, 2010.

VICH, Victor e ZAVALA, Virginia. *Oralidad y poder, herramientas metodológicas*. Bogotá: Norma, 2004.

VIVEIROS, Esther de. *Rondon conta sua vida*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1958.